

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAEL ALMEIDA FERREIRA ABRÃO

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O
CASO BRASILEIRO (1980-2014)**

Marília
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAEL ALMEIDA FERREIRA ABRÃO

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O CASO BRASILEIRO (1980-
2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Relações Internacionais e Desenvolvimento

Orientação: Prof.^a Dra. Marina Gusmão de Mendonça

Marília
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Abrão, Rafael Almeida Ferreira.

A161d Desindustrialização: um estudo sobre o caso brasileiro (1980- 2014) / Rafael Almeida Ferreira
Abrão. – Marília, 2018.
129 f.; 30 cm.

Orientador: Marina Gusmão de Mendonça.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade
de Filosofia e Ciências, 2018.
Bibliografia: f. 116-129

1. Industrialização – Brasil – 1980-2014. 2.
Relações internacionais. 3. Desenvolvimento
econômico. I. Título.

CDD 330.18

Ficha catalográfica elaborada por André Sávio Craveiro Bueno
CRB 8/8211

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

RAFAEL ALMEIDA FERREIRA ABRÃO

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O CASO BRASILEIRO (1980-
2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais na área de concentração Relações Internacionais e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. **MARINA GUSMÃO DE MENDONÇA**

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais / UNESP

Prof. Dr. **FRANCISCO LUIZ CORSI**

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais / UNESP

Prof.^a Dra. **CLAUDIA ALESSANDRA TESSARI**

Programa de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento / UNIFESP

São Paulo, 17 de agosto de 2018

RESUMO

Este trabalho investiga as causas do processo de desindustrialização no Brasil e discute os impactos de tal processo para a indústria nacional. Inicialmente, caracteriza-se o processo de industrialização do Brasil e se comparam a desindustrialização ocorrida em países desenvolvidos, tida como normal, e a desindustrialização precoce, verificada em países subdesenvolvidos. Entende-se que a desindustrialização brasileira teve início na década de 1980 e se fortaleceu no decênio seguinte, a partir da mudança do papel do Estado na economia brasileira, verificado pela abertura comercial e financeira, e, principalmente, após o Plano Real. Além disso, considera-se determinante o aumento do grau de dependência tecnológica e, conseqüentemente, a lacuna de desenvolvimento industrial entre o Brasil e as nações desenvolvidas para a ocorrência da desindustrialização no país. Para compreensão do processo, buscou-se caracterizar a industrialização brasileira e identificar as origens da desindustrialização para, enfim, analisar a especificidade do caso brasileiro: o paradoxo de crescimento econômico com desindustrialização. Conclui-se que a indústria brasileira se tornou obsoleta após décadas de impasses, tendo o paradoxo do caso brasileiro progredido em um contexto de políticas de estímulo à indústria nacional que, no entanto, foram combinadas com políticas macroeconômicas prejudiciais ao setor.

Palavras-chave: Desindustrialização; Industrialização; Indústria Nacional; Desenvolvimento Econômico; Relações Internacionais.

ABSTRACT

This research investigates the causes of deindustrialization in Brazil and its impacts in national industry. Initially, we approach the Brazilian industrialization and compare the deindustrialization in developed countries (considered as normal) and the premature deindustrialization that took place in underdeveloped countries. Such process began in the 1980s and was intensified in the following decade by the change in the role of Brazilian State in the economy, the commercial and financial opening and especially after *Plano Real*. In addition, the increasing technological dependence is considered critical and, therefore, the gap between Brazil and developed countries. This dissertation also identifies the particularity of the Brazilian case: the economic growth with deindustrialization paradox. The evidence suggests that Brazilian industry became obsolete after decades of difficulties in a context of policies to stimulate national industry that, however, were combined with macroeconomic policies connected to the hindrances in the industrial sector.

Key-words: Deindustrialization; Industrialization; National Industry; Economic Development; International Relations.

AGRADECIMENTOS

Um grande número de pessoas contribuiu direta e indiretamente para a elaboração desta dissertação. Tais contribuições manifestaram-se na forma de palavras de estímulo e confiança e demonstrações de amizade e paciência, especialmente durante os períodos em que estive longe de casa ou imerso em minhas leituras. Agradeço profundamente a todos os amigos e familiares que se envolveram, de diferentes formas, para que esta jornada pudesse chegar ao fim.

Agradeço imensamente à minha orientadora, a Professora Dra. Marina Gusmão de Mendonça, pela amizade, pelos ensinamentos, pelo comprometimento e, principalmente, por sua paciência de ler e comentar cada linha escrita por mim ao longo destes anos de trabalho conjunto, prevenindo-me de erros e sinalizando os caminhos corretos a seguir. Também agradeço pela confiança depositada desde 2014, quando eu ainda elaborava o trabalho de conclusão da graduação, e por me encorajar a seguir buscando compreender a realidade do nosso país.

Meus agradecimentos às preciosas sugestões e críticas feitas pela Professora Dra. Cláudia Alessandra Tessari e pelo Professor Dr. Francisco Luiz Corsi durante a banca de qualificação. Os ensinamentos de ambos foram uma oportunidade de discutir, aprofundar e melhorar o presente trabalho.

Agradeço também ao Professor Dr. Marcos Cordeiro Pires pela amizade e pela confiança ao longo dos valiosos ensinamentos em Marília.

Agradeço à CAPES, instituição que, ao conceder a bolsa no último ano de mestrado, permitiu a minha dedicação exclusiva ao estudo e à investigação, necessários para produzir a presente dissertação.

À UNESP de Marília e às pessoas que dela fazem parte, pela experiência inesquecível de desfrutar de tal universidade.

À UNIFESP, onde fiz a graduação e amigos para a vida toda.

Por fim, agradeço aos meus pais, Paulo e Simone, pelo apoio incondicional aos meus sonhos.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 Participação da Indústria de Transformação no PIB, segundo a metodologia de Bonelli & Pessoa (2010): 1947-2016	69
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Alíquotas nominais médias de importação (em %) – Brasil (1988-1998)	61
Gráfico 2.2 Inflação – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) – jan/1985-dez/1996 (% mensal).....	70
Gráfico 3.1 Trajetória da Indústria de Transformação no Emprego Formal Brasileiro (% , 1985-2016).....	87
Gráfico 3.2 Ingresso de investimento estrangeiro direto no país (1980-2014) – em bilhões de dólares	90
Gráfico 3.3 PIB - Valor adicionado segundo grupo de atividades (Brasil, 2015)	104
Gráfico 3.4 Utilização da capacidade instalada na indústria de transformação do Brasil (% dessazonalizada, jan/2003-fev/2014)	106
Gráfico 3.5 Faturamento na indústria de transformação do Brasil (jan/2003-fev/2016, Base fixa = 100)	107
Gráfico 3.6 Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) – (2000-2016) – em países selecionados	109

LISTA DE QUADROS

Quadro A. Panorama teórico: conceitos, definições, causas e efeitos da desindustrialização	115
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Brasil: taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), da produção industrial e da produção agropecuária em períodos selecionados, 1901-1999 (%).....	19
Tabela 1.2 Aumento da produtividade no período de industrialização (variação anual %).....	24

Tabela 1.3 Distribuição percentual do valor agregado industrial no período de industrialização.....	25
Tabela 1.4 Estrutura da Produção da Indústria de Transformação no Brasil (%)	28
Tabela 1.5 Composição das exportações brasileiras por seus principais produtos (1968-1980, %).....	29
Tabela 1.6 Valor adicionado da indústria de transformação no Produto Interno Bruto em países selecionados	38
Tabela 1.7 Participação da indústria no emprego em regiões selecionadas (% do total)	39
Tabela 2.1 Taxas de crescimento total e setorial, taxa de investimento (FBCF/PIB) e taxa de inflação (IGP-DI): Brasil (1973-1979, em %)	53
Tabela 2.2 Variáveis macroeconômicas selecionadas: Brasil (1978-1985, em %) ...	53
Tabela 2.3 Evolução da dívida externa bruta, das reservas internacionais e da taxa média de juros internacionais (1970-1989)	54
Tabela 2.4 Participação do setor financeiro no PIB brasileiro (em %)	57
Tabela 2.5 Taxas médias anuais do crescimento da produção industrial no Brasil em períodos selecionados (%)	57
Tabela 2.6 Resultado das privatizações pelo Programa Nacional de Desestatização (PND) no âmbito federal – 1991-2001 (US\$ bilhões)	63
Tabela 2.7 Histórico do regime de metas de inflação, IPCA e variação do PIB (1999-2014)	68
Tabela 2.8 Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil, indicadores selecionados (1976-2000).....	72
Tabela 2.9 Brasil: Investimento na indústria de transformação (1971-2000) - % do PIB, a preços constantes de 1980	74
Tabela 2.10 Taxas anuais de crescimento do PIB, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e coeficiente de investimento (FBCF/PIB) – médias de períodos selecionados (a preços constantes de 1980)	74
Tabela 2.11 Formação Bruta de Capital Fixo, total e selecionados (em % do PIB)..	75
Tabela 2.12 Participação relativa da indústria de transformação no valor adicionado (VA) e no pessoal ocupado (PO) (1980-1998, em %)	76
Tabela 2.13 Brasil - Variáveis macroeconômicas selecionadas (1990-2001)	78

Tabela 3.1 PITCE: Impacto fiscal das medidas de desoneração tributária – 2004 -2006 (R\$ bilhões)	83
Tabela 3.2 Produto Interno Bruto – Brasil (1996-2015)	85
Tabela 3.3 Indicadores selecionados da economia brasileira (1997-2014)	88
Tabela 3.4 Estrutura das exportações brasileiras para a China (%)	93
Tabela 3.5 Exportações brasileiras por fator agregado e participação dos grupos no total exportado (%) (1998-2014) – Valores em US\$ FOB	94
Tabela 3.6 Exportações brasileiras por intensidade tecnológica (1997-2014) – US\$ FOB.....	96
Tabela 3.7 Produção industrial no Brasil - indústrias de transformação e extrativa – (quantum, índice dessazonalizado, jan/2002-dez/2016, ano base: 2002 = 100).....	105
Tabela 3.8 Variação (var.) e contribuição em pontos percentuais (contr. em p. p.) do valor adicionado bruto – indústria de transformação, Brasil (2011-2015)	106
Tabela 3.9 Formação Bruta de Capital Fixo e taxa de investimento (FBCF/PIB) – (2001-2015).....	108
Tabela 3.10 Componentes da formação bruta de capital fixo a preços constantes – (2010-2015).....	108

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	12
Capítulo 1 - Industrialização e desindustrialização em perspectiva	16
1.1 O modelo brasileiro de industrialização	16
1.2 Ruptura do modelo de desenvolvimento	29
1.3 Desindustrialização: conceituação, causas e efeitos	34
1.4 A hipótese de doença holandesa	43
Capítulo 2 - As origens da desindustrialização (1980-2002)	48
2.1 Transformações da Economia Mundial.....	48
2.2 A década de crise (1980-1990)	52
2.3 A adoção do neoliberalismo (1990-1994)	58
2.4 O Plano Real (1994)	64
2.5 Modernização Conservadora (1994-2002).....	71
Capítulo 3 - O caso brasileiro: paradoxo de crescimento econômico com desindustrialização (2003-2014)	80
3.1 Os governos social-desenvolvimentistas (2003-2014).....	80
3.2 Interpretações sobre o caso brasileiro	89
3.3 A questão tecnológica	97
3.4 Panorama da crise na indústria.....	103
<i>Considerações finais</i>	111
<i>Apêndice</i>	115
<i>Referências bibliográficas</i>	116

INTRODUÇÃO

A escolha do tema para elaboração desta dissertação foi determinada pela busca de respostas para algumas questões que muito nos intrigavam sobre as transformações que a economia brasileira vinha sofrendo desde 2003. O otimismo com o futuro do país, especialmente após o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,5% em 2010, e a descoberta das reservas de petróleo na camada de pré-sal, nos intrigava a investigar se tal euforia era condizente com a realidade. Interessavam-nos as transformações profundas da economia e, para tal fim, iniciamos, em 2014, uma pesquisa sobre os possíveis efeitos das descobertas de petróleo para a desindustrialização do Brasil. Passada esta etapa, ainda não nos sentíamos satisfeitos com as explicações sobre o que estava, de fato, resultando em tal efeito sobre a indústria brasileira.

Desse modo, lançamo-nos à pesquisa de fontes que pudessem satisfazer nossa curiosidade. Algumas delas merecem ser comentadas. É o caso do relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2003). O documento identificou que estava ocorrendo a diminuição da participação da indústria no PIB de países da América Latina, especialmente no Cone Sul, e apontava que tal efeito era nocivo para o desenvolvimento da região. Foi a partir desse relatório que se iniciou a controvérsia sobre a desindustrialização e os efeitos das decisões econômicas aplicadas desde a década de 1980 para a indústria nacional. Tal debate estende-se até os dias atuais, com discussões variadas sobre a ocorrência (ou não) do processo, suas causas e consequências para o desenvolvimento do Brasil.

Das diversas linhas que estão colocadas nesse debate, destacam-se as contribuições de Bresser-Pereira (2006; 2008; 2009; 2010), por instigar uma corrente de autores que acreditam que a desindustrialização do Brasil é causada pela ocorrência da doença holandesa e por fatores ligados à valorização da taxa de câmbio. Esta seria prejudicial às exportações, ao mesmo tempo em que facilitaria a importação de produtos industriais, enquanto a doença holandesa pode ser definida como a valorização do câmbio em decorrência da exploração de recursos naturais abundantes, o que ocasiona a perda da competitividade do setor industrial nos mercados externo e interno e, como consequência, desencadeia a desindustrialização.

Ademais, cabe mencionar as contribuições de autores heterodoxos, que seguem uma corrente estruturalista, como Wilson Cano (2012) e Rubens Ricupero (2014). O presente texto, apesar de considerar variadas abordagens do tema, alinha-se com a visão estruturalista de tais autores. Para esta vertente, a desindustrialização tem início ainda na crise dos anos 1980, e suas causas são agravadas pela mudança no papel do Estado na economia brasileira, pela abertura comercial e financeira, tendo sido acentuada significativamente após o Plano Real. Além disso, consideram-se os impactos da política e da economia internacionais para a ocorrência da desindustrialização no Brasil. A indústria de transformação passou a declinar especialmente após 1985, em meio à hiperinflação, quando detinha 21,8% de participação no Produto Interno Bruto (PIB). Para efeitos de comparação, o setor passou a representar apenas 11,7% do PIB em 2016 (FIESP/DEPECON, 2018, p. 6).

Outra abordagem que se alinha com a nossa visão sobre a desindustrialização é a de autores neoshumpeterianos, que destacam a política industrial e o aumento do grau de dependência tecnológica como fatores determinantes para a ocorrência do processo no Brasil. Tal argumentação, cujos principais autores são Laplane (1992), Arend (2015) e Hiratuka & Sarti (2017), expõe o *falling behind* da indústria brasileira, ou seja, o aumento da lacuna de desenvolvimento industrial entre o Brasil e os países mais avançados.

Na verdade, uma ampla produção acadêmica tem discutido a questão da desindustrialização no Brasil e, apesar de alguns autores questionarem sua ocorrência, este estudo parte da hipótese inicial de que a desindustrialização brasileira está de fato ocorrendo e não se caracteriza como um processo isolado, pois é resultado de uma convergência de fatores internos e externos.

Em face dos esforços de incontáveis autores para compreender a desindustrialização do Brasil, parece-nos justificável o estudo de tal processo. Cabe lembrar, ainda uma vez, que a opção por investigar um tema atualmente em voga não se deveu a modismos. A compreensão da trajetória assumida pelo desenvolvimento nacional é uma questão de necessidade para que este possa avançar.

Para execução desta pesquisa, foi realizada uma revisão da bibliografia especializada no tema, com enfoque na produção científica nacional e internacional. A investigação baseou-se principalmente em três tipos de fontes: livros, artigos publicados em periódicos e bancos de dados, e disponibilizados por instituições como

o Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Banco Mundial (BIRD) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), entre outros. Essas fontes nos forneceram interpretações e dados detalhados sobre o objeto de estudo e permitiram nossas análises e reflexões.

Cabe ressaltar que o trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro deles apresenta os principais conceitos necessários para compreender nosso objeto de estudo. Dessa forma, destacam-se inicialmente algumas características da industrialização brasileira para, em seguida, introduzir o debate sobre a ocorrência da desindustrialização em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Busca-se diferenciar duas variações do conceito de desindustrialização: 1) a desindustrialização normal, que se caracteriza pela redução da relevância do setor industrial em países desenvolvidos, sem prejuízos para o desenvolvimento econômico; e 2) a desindustrialização precoce, que pode ser sintetizada como a redução da relevância do setor industrial em países ainda pobres, com impactos sobre o emprego e a produção, e antes de dar origem a uma economia mais dinâmica. Por fim, o capítulo discute a possível relação entre o debate sobre a doença holandesa e a desindustrialização no Brasil.

O segundo capítulo destaca a gênese do processo de desindustrialização, abordando um período de crise e instabilidade iniciado na economia mundial durante a década de 1970, as transformações econômicas (novas tecnologias, globalização, fortalecimento da indústria em países asiáticos etc.) e o esgotamento do modelo brasileiro no decênio seguinte. Por fim, busca-se qualificar as características que a economia brasileira assumiu a partir da aplicação de políticas neoliberais, na década de 1990, e os resultados das mesmas para o setor industrial, uma vez que ocorreu a quebra do paradigma de desenvolvimento em que a indústria nacional foi criada: papel ativo do Estado no processo e elevada proteção ao setor industrial.

Finalmente, o terceiro capítulo refere-se à análise mais aprofundada do caso brasileiro de desindustrialização. Revisa-se o período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), analisando as mudanças verificadas em decorrência da retomada do crescimento econômico, do papel do Estado como indutor do desenvolvimento nacional por meio de investimentos públicos e as políticas de estímulo à indústria que foram aplicadas, mas que falharam no objetivo de recuperar o setor. Em seguida, interpreta-se a

desindustrialização por meio do exame do debate em curso no Brasil acerca do tema e, posteriormente, investiga-se a particularidade tecnológica da questão. Por fim, realizamos um panorama da crise na indústria.

Dessa forma, esperamos poder contribuir para o intenso debate no qual o nosso objeto de estudo se insere. E, ao final, apresentamos algumas considerações, com as conclusões a respeito da investigação sobre o tema.

CAPÍTULO 1

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM PERSPECTIVA

Constantemente revisitamos o passado em busca de respostas para os desafios que nos são colocados no presente. É dessa forma que discutiremos nesse trabalho uma inquietação imposta ao desenvolvimento brasileiro: a perda da relevância da indústria manufatureira em relação aos demais setores da economia, fenômeno que chamamos aqui de desindustrialização. Essa inquietação carrega o pressuposto de que o setor industrial é o motor do crescimento econômico, possuindo maior capacidade de geração de empregos, aumento da produtividade e elevação da renda *per capita*. Portanto, a desindustrialização se coloca como uma ameaça ao desenvolvimento nacional.

No presente capítulo, buscamos mostrar que o modelo de industrialização brasileiro foi demorado, árduo e difícil de se reproduzir. Isto porque envolveu décadas de investimentos, subsídios e políticas direcionadas ao suprimento das necessidades da indústria. Desde o início do processo, o setor industrial brasileiro avançou de forma significativa e parecia demonstrar que a expansão futura era garantida. No entanto, a realidade mostrou-se bem mais complexa. Na década de 1980, a indústria iniciou um padrão sequencial de redução de sua relevância, levando-nos, hoje, a interpretar esse período como de início de um processo de desindustrialização.

Uma ampla produção acadêmica tem discutido a questão do processo de desindustrialização no Brasil e, apesar de alguns autores questionarem sua ocorrência, ao colocarmos a questão em perspectiva, observamos que o país está regredindo à mesma situação econômica em que se encontrava no início do século XX: dependência da exportação de produtos primários aliada à importância reduzida de artigos industriais na produção nacional.

Antes de tratar das questões da desindustrialização, convém destacar algumas características da industrialização brasileira.

1.1 O modelo brasileiro de industrialização

O desenvolvimento industrial do Brasil estende-se desde a década de 1930, com elevada participação do Estado como indutor do processo, o que se deu com base num modelo que teve as seguintes características:

- a) participação direta do Estado no desenvolvimento econômico e industrial, por meio da prioridade às áreas consideradas estratégicas, do suprimento da infraestrutura necessária e da concessão de crédito, com o objetivo de superar os pontos de estrangulamento da economia;
- b) elevada proteção à indústria nacional, mediante tarifas e barreiras não-tarifárias, como o uso de instrumentos cambiais e restrições quantitativas, que possibilitaram a substituição de importações.

De acordo com Wilson Suzigan (1986, p. 23-47), entre as diferentes interpretações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, destacam-se quatro argumentações principais: a) a teoria dos choques adversos; b) a industrialização liderada pelas exportações; c) o capitalismo tardio; e, por fim, d) a industrialização promovida intencionalmente por políticas governamentais.

Entre os principais autores da teoria dos choques adversos¹ estão Werner Baer (1966), Celso Furtado (1969) e Maria da Conceição Tavares (1983), que argumentam que a industrialização brasileira teve início com as dificuldades impostas às importações por eventos externos, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise de 1929 e a consequente depressão econômica durante a década de 1930, além da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nessa perspectiva, até a década de 1930, o crescimento industrial era resultado do aumento da renda interna, ocasionado especialmente pelo crescimento das exportações de café e, a partir do estrangulamento do setor externo, o dinamismo econômico deixou de estar associado aos setores exportadores, com o investimento industrial passando a ser a principal origem do crescimento da economia.

Uma segunda corrente, cujo principal representante foi o autor estadunidense Warren Dean (1971, p. 9-22), argumenta que o crescimento industrial teria ocorrido em momentos de expansão dos setores ligados à exportação, especialmente de café, e foi interrompido pelos eventos citados pela teoria dos choques adversos como indutores da indústria. Portanto, o processo de industrialização teria sido possível em decorrência dos excedentes proporcionados pelo comércio de café e liderado pelo setor agroexportador em seus momentos de bom desempenho.

¹ Por 'choque adverso' entende-se que dificuldades externas, como crises econômicas internacionais e guerras, restringiriam mercados do setor agroexportador, aumentariam os preços e dificultariam o acesso a artigos produzidos no exterior e, como consequência, deslocariam a atividade econômica para a substituição de importações (SUZIGAN, 1986, p. 25).

Uma terceira interpretação caracteriza o desenvolvimento do capitalismo no Brasil como tardio e corrobora a visão de que a acumulação de capital necessária para o desenvolvimento industrial ocorreu em compasso com a acumulação de capital do setor agroexportador, especialmente em seus momentos de expansão. Essa corrente difere da anterior ao assinalar que o desenvolvimento da indústria e o crescimento do setor agroexportador eram, no entanto, contraditórios. Embora a expansão da economia cafeeira estimulasse a indústria, o desenvolvimento industrial acabava limitado pela dinâmica do setor exportador e do comércio internacional. Essa visão, que tem especial contribuição de Sergio Silva (1976) e João Manuel Cardoso de Mello (1984), sugere que o desenvolvimento brasileiro é particularmente capitalista e determinado primeiramente por fatores internos e, em segundo plano, por fatores externos.

Por fim, outros autores, como Versiani & Versiani (1977) e Topik (1979; 1980), reconhecem a importância da expansão do setor exportador, mas defendem que a industrialização teria sido promovida por políticas governamentais intencionalmente concebidas para desenvolver a indústria no país, com destaque para a proteção aduaneira e a concessão de incentivos e subsídios ao setor industrial. Dessa forma, essa corrente contesta as afirmações de que o Estado teria assumido um papel relevante no desenvolvimento industrial apenas a partir da década de 1930, argumentando que não podemos abordar de forma homogênea o período anterior à crise de 1929, pois a atuação estatal estava similarmente orientada à proteção da indústria desde a Primeira Guerra Mundial (SUZIGAN, 1986, p. 23-47).

Embora seja extremamente importante analisar todas as interpretações apresentadas sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, a teoria dos choques adversos e as considerações sobre o desenvolvimento capitalista tardio e periférico nos parecem leituras mais adequadas e complementares sobre a origem e o desenvolvimento da indústria no Brasil².

Assim, admitimos que o início do processo de industrialização resultou da crise do sistema capitalista internacional em 1929, em virtude da qual a economia brasileira deixou, pela primeira vez, de estar voltada para o abastecimento de mercados externos, e iniciou um movimento de constituição de uma economia capitalista

² Dada a amplitude da produção acadêmica relacionada à industrialização do Brasil, este trabalho não tem a pretensão de esgotar a literatura e as discussões acerca do tema.

nacional³. A partir de 1930, ocorreria a dinamização da economia brasileira, com o crescimento tanto do setor agrícola, agora mais diversificado e também direcionado ao consumo interno, quanto do setor industrial (PRADO JR., 1978, p. 218-220). Este teve, entre 1933 e 1938, taxas de crescimento real de aproximadamente 11% ao ano, mesmo com a recessão nos países desenvolvidos (OLIVEIRA, 1977, p. 78-79). Ao manter-se a demanda interna mais aquecida que a externa, a crise internacional possibilitou que o mercado interno passasse a oferecer melhores oportunidades que o setor agroexportador (FURTADO, 1969, p. 207).

Os dados da tabela 1.1 ilustram as taxas médias de crescimento da economia brasileira como um todo, comparando com as taxas de crescimento da indústria e da agropecuária em períodos determinados. Podemos observar que a indústria teve uma taxa de crescimento sólida entre as décadas de 1930 e 1970, o que se modificou no início do decênio seguinte. As taxas relativas à agropecuária tiveram crescimento expressivo ao longo dos períodos selecionados. No entanto, o crescimento de 8,7% da indústria, entre 1933 e 1980, resultou no período de maior expansão econômica do século XX e em profundas transformações da sociedade.

Tabela 1.1 Brasil: taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), da produção industrial e da produção agropecuária em períodos selecionados, 1901-1999 (%)

Períodos	PIB	Indústria (*)	Agropecuária
1901-1929	4,5	4,3 (**)	3,7
1933-1980	6,7	8,7	3,8
1981-1999	1,9	0,7	2,8

(*) Até 1946, os dados incluem somente a indústria de transformação; após 1947 referem-se à indústria em geral. (**) Refere-se apenas ao período 1912-1929, em decorrência da escassez de dados relativos ao período anterior.

Fonte: SUZIGAN, 2000.

Este processo de transformação sofreu oposição de setores tradicionais, ligados ao modelo agroexportador (PRADO JR., 1978, p. 221) e, a partir de então, três lutas ideológicas foram o pano de fundo para o processo de transformação política, social, econômica e cultural ocorrido entre as décadas de 1930 e 1970. De um lado,

³ A crise de 1929 e os seus anos subsequentes colocaram fim ao crescimento do mercado externo e impactaram negativamente as exportações brasileiras de produtos primários. Além disso, as importações foram limitadas, o que incentivou a substituição de importações. Para efeitos de análise, em 1934 as importações haviam caído à metade do que representaram em 1929 e, então, ficaram estagnadas pelos cinco anos seguintes (FISHLOW, 2013, p. 26).

estavam o industrialismo, o nacionalismo e o intervencionismo desenvolvimentista, de outro, encontravam-se o agrarismo⁴, o cosmopolitismo e o liberalismo (BRESSER-PEREIRA, 1973, p. 98).

O nacionalismo⁵ se tornou uma característica importante do pensamento econômico e da ação governamental, tendo como tese central a necessidade de o Brasil se tornar uma nação verdadeiramente independente, o que ocorreria por meio da industrialização do país⁶ (IANNI, 1986, p. 76-80; BRESSER-PEREIRA, 1973, p. 100). Com a vulnerabilidade econômica dos setores voltados para a exportação, estabeleceu-se a ideia de que a transformação do sistema político e econômico aconteceria apenas por meio da nacionalização, mesmo que parcial, das decisões sobre a política econômica do país. De fato, a política econômica do Estado brasileiro passou a ter o nacionalismo como elemento básico, então associado às ideias de desenvolvimento econômico e soberania nacional: industrialização, redução da dependência externa e defesa dos interesses econômicos do país (IANNI, 1986, p. 76-80).

Em contraposição ao nacionalismo, organizou-se o cosmopolitismo, um movimento contrário às ideias de desenvolvimento, industrialização e emancipação econômica (IANNI, 1986, p. 81-82; BRESSER-PEREIRA, 1973, p. 100). O cosmopolitismo tinha como ponto de partida o descrédito em relação às potencialidades de desenvolvimento do Brasil, muitas vezes argumentando, com um discurso de cunho racista⁷, a inferioridade do país. O movimento negava qualquer possibilidade de desenvolvimento sem a participação de capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que defendia a vocação agrária do país, apoiando-se na lei das vantagens comparativas⁸ do comércio internacional (BRESSER-PEREIRA, 1973, p. 101).

⁴ Apesar do termo 'agriculturalismo' ser utilizado por Bresser-Pereira (1973), optou-se por se referir a esse movimento como agrarismo.

⁵ A esse respeito, veja-se Jaguaribe (2013).

⁶ Segundo Celso Furtado (1969, p. 203-211), a partir da crise internacional de 1929, ocorreu o deslocamento do centro dinâmico da economia, à medida que o dinamismo econômico passou a ser exercido pelo mercado interno. Outros autores, como Werner Baer (2002, p. 26), acreditam que a industrialização foi, em parte, motivada por um anseio dos formuladores das políticas econômicas de reduzir a dependência externa do país em relação aos países desenvolvidos.

⁷ O cosmopolitismo afirmava que as condições de clima e as características raciais da população brasileira impossibilitavam o desenvolvimento de uma civilização, o que ficou conhecido como 'complexo de inferioridade colonial' (BRESSER-PEREIRA, 1973, p. 101). Para uma amostra de interpretações racistas sobre a sociedade brasileira, ver Oliveira Vianna (1938).

⁸ De acordo com a lei das vantagens comparativas, cada país deveria se reger por suas vantagens naturais (ligadas à produção agrícola e à extração de recursos) e artificiais (ou adquiridas, ligadas à

Outra luta ideológica que merece destaque é a do industrialismo em oposição ao agrarismo⁹. Este idealizava o Brasil como um país agrário, pois não haveria condições para construir uma indústria nacional, a não ser sob custosa proteção governamental e, além disso, não haveria necessidade de industrializar o país, pois a agricultura poderia oferecer taxas de crescimento satisfatórias. O argumento mais comum entre os seus defensores era a lei das vantagens comparativas de Ricardo (2001, p. 88-89). Ao contrário do agrarismo, o industrialismo afirmava a necessidade de transformar o Brasil em um país industrial para se desenvolver, apesar de os custos iniciais serem elevados e da necessidade de políticas governamentais. O industrialismo passou a ser relevante apenas a partir da década de 1930, com o estrangulamento dos setores ligados ao mercado externo, e mais intensamente após a Segunda Guerra Mundial, quando se tornou, de fato, uma força de oposição política ao agrarismo (BRESSER-PEREIRA, 1973, p. 98-99).

A terceira luta ideológica ocorreria entre o intervencionismo desenvolvimentista (ou desenvolvimentismo) e o liberalismo. O desenvolvimentismo é uma ideologia reformista, e não deve ser confundido com o intervencionismo estatal aplicado radicalmente no socialismo ou no comunismo. Entre os autores que defendiam o desenvolvimentismo estão Celso Furtado (1968) e Maria da Conceição Tavares (1983), e entre os adeptos do liberalismo destacaram-se Roberto Campos (1963)¹⁰ e Eugênio Gudin (1968). O objetivo do desenvolvimentismo é a definição de como se deveria dar a industrialização brasileira, pois a sua tese central é a de que a intervenção do Estado é necessária para que o desenvolvimento industrial possa ocorrer na periferia capitalista¹¹. As intervenções poderiam ocorrer por meio do planejamento econômico¹² ou do investimento direto em setores básicos da economia.

produção industrial) para produzir bens ao menor custo possível, ampliando a taxa de lucro obtida. Ou seja, possuem vantagens comparativas os bens produzidos em determinado país, cujos custos de produção sejam menores que os de outro país. Em um sistema de livre comércio, cada país ampliaria seus ganhos, o capital e o trabalho empregados. Assim, nesse conceito clássico de economia política, todos os países seriam beneficiados (RICARDO, 2001, p. 88-89; LACERDA *et al.*, 2013, p. 25). Tais pressupostos foram contestados por Raúl Prebisch (1949, p. 16-64), por meio da elaboração da teoria da deterioração dos termos de troca. Sobre o tema, ver Prebisch (1949) e Bielschowsky (2000).

⁹ A esse respeito, veja-se Gudin & Simonsen (2010).

¹⁰ Cabe-nos destacar que apesar de as posições de Roberto Campos serem atualmente consideradas liberais, este era tido à época como um desenvolvimentista não-nacionalista.

¹¹ A visão desenvolvimentista acerca do papel do Estado foi diretamente influenciada pela corrente keynesiana. Assim, o desenvolvimentismo tem como característica a crença no papel essencial do Estado para possibilitar o planejamento econômico, a acumulação de capital e o desenvolvimento industrial (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 140-141; MANTEGA, 1984, p. 23).

¹² Apesar de medidas intervencionistas terem sido adotadas por governos brasileiros em décadas anteriores, a Segunda Guerra Mundial marcou o início da incorporação do planejamento econômico à

Em contrapartida, o liberalismo defendia a crença na economia de mercado¹³, autorregulada pelo mecanismo de ajuste automático de preços (BRESSER-PEREIRA, 1973, p. 101-103).

Portanto, temos três ideologias complementares: o industrialismo, o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Essas três correntes dariam suporte ao nascimento da indústria nacional, direcionada ao mercado interno. A constituição de uma economia nacional provocou transformações estruturais na sociedade brasileira: a formação e a ampliação de centros urbanos, a diversificação da estrutura produtiva, o surgimento de um mercado interno consumidor e, conseqüentemente, de novos grupos sociais, em particular, a burguesia industrial e o proletariado urbano, além da expansão da classe média (PRADO JR., 1978, p. 220; TAVARES, 1983, p. 44-47; IANNI, 1986, p. 29) e da formação de uma camada tecnoburocrática originária da atuação estatal (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 117-118).

Para efeitos de demonstração, em 1940, 30% da população brasileira residia em áreas urbanas. Em 1976, esse número havia aumentado para 56%, alcançando 78% em 1999 (BAER, 2002, p. 25). Dados mais recentes demonstram que 84,36% da população reside em áreas urbanas (IBGE, 2010). Assim, entre a década de 1930 e o início da década de 1960, a economia brasileira apresentou uma impressionante mudança sob a liderança do setor industrial, com rápido crescimento do PIB.

Quanto ao papel do Estado nesse processo, mais centralizado e intervencionista, provou ser uma condição para a expansão da atividade industrial no Brasil¹⁴, mesmo quando submetida ao capital estrangeiro (FAUSTO, 1975, p. 111). Em outros processos industrializantes, o Estado certamente tinha um papel importante. Entretanto, suas ações tinham certo grau generalista, articulando o comércio, regulando mercados, controlando salários e a estrutura tributária ou

política governamental, devido ao desenvolvimento de uma estrutura técnica estatal capaz de responder aos problemas econômicos e financeiros criados pela guerra: isolamento de mercados externos, dificuldade de importar e exportar, e uma onda inflacionária que agravaria a situação social e econômica dos trabalhadores urbanos (IANNI, 1986, p. 54-61). Sobre as origens da ideologia e da prática do planejamento econômico no Brasil, ver Octavio Ianni (1986).

¹³ A esse respeito, vejam-se Smith (2017) e Ricardo (2001).

¹⁴ Segundo Maria da Conceição Tavares (1983, p. 46-47), o processo de substituição de importações não pode ser dissociado da atuação estatal. Os investimentos de base, por exemplo, só foram promovidos por intermédio da ação governamental. Além disso, os investimentos conduzidos pela iniciativa privada foram induzidos pela política econômica, sobretudo as políticas cambial e tarifária. Destaca-se, no entanto, que a autora revisou posteriormente essa perspectiva sobre a substituição de importações em sua tese de livre-docência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sobre o tema, veja-se Tavares (1974) e Bielschowsky (2010).

fomentando a formação do sistema financeiro. É preciso destacar que, no modelo de desenvolvimento brasileiro, o Estado teve papel fundamental, adquirindo modernidade, refinamento e controle¹⁵. Ao longo de seu processo de consolidação, o Estado brasileiro adquiriu alto grau de centralização do poder e de reforço do aparelho econômico central. A experiência brasileira deixou claro que o processo industrializante, tardio e periférico, tinha como característica específica a necessidade da presença estatal em grau até então desconhecido¹⁶. E esclareceu para os defensores da separação entre ordens pública e privada que era impossível o mesmo efeito ser equacionado por meio de medidas liberais (DRAIBE, 1985, p. 131-6).

Além disso, o advento da atuação estatal ocorreu em um momento em que a teoria econômica ortodoxa e a crença na autorregulação dos mercados passaram a ser confrontadas, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos¹⁷. A contestação das teorias clássicas era feita dentro dos limites do capitalismo, identificando-se que a industrialização na periferia era retardatária, possui uma dinâmica de acumulação específica e diverge, portanto, do processo de industrialização dos países desenvolvidos, principalmente por necessitar do setor externo como meio de acumulação de capital e do Estado como agente planejador das políticas e investimentos necessários para o desenvolvimento industrial (MELLO, 1984, p. 97).

A substituição de importações foi uma das principais características desse processo tardio e periférico da industrialização brasileira. Nesse modelo, a

¹⁵ Segundo Draibe (1985) e Evans (2004), os Estados Nacionais tiveram um papel central no fortalecimento do capital necessário nos processos de industrialização que tiveram curso, primeiramente, nos países de industrialização inicial, e posteriormente, nos países de industrialização tardia. Essa relação entre Estado e indústria ganhou um novo patamar de envolvimento nos processos de industrialização que ocorreram em países da América Latina, onde Argentina, Brasil e México conseguiram instalar parques industriais expressivos e, assim, alcançaram um ritmo acelerado de crescimento.

¹⁶ O grau de participação do Estado na economia foi influenciado por uma série de outros fatores, como o sucesso dos planos quinquenais soviéticos, que comprovaram a eficiência do planejamento econômico estatal, os avanços das técnicas de contabilidade social, que possibilitaram o acesso a informações essenciais para esse planejamento, e a aplicabilidade da teoria keynesiana (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 201-202).

¹⁷ Destacam-se as contribuições de autores de países latino-americanos, como Raúl Prebisch (1949, p. 16-64), por contestar a lei de vantagens comparativas por meio da elaboração da teoria da deterioração dos termos de troca, e Celso Furtado (1968, p. 153-192), por analisar a problemática do subdesenvolvimento e da dependência, com especial enfoque no subdesenvolvimento brasileiro. Destacam-se também os trabalhos de autores de países desenvolvidos, como Paul Baran (1964, p. 200-232), por expor a dinâmica de exploração do capital internacional em relação ao excedente produzido nos países subdesenvolvidos, e Gunnar Myrdal (1960, p. 22), por defender que as políticas governamentais dos países subdesenvolvidos deveriam conduzir o desenvolvimento econômico, pois observava que o subdesenvolvimento não era uma condição estática.

industrialização se origina do estrangulamento externo e parte da produção começa a se internalizar. Em suas diferentes fases, o modelo substitutivo de importações possibilitou o desenvolvimento de um amplo parque industrial, concentrado na Região Sudeste¹⁸, com empresas de diferentes níveis tecnológicos e de produtividade. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o setor exportador era o centro dinâmico da economia e, de forma geral, as nações latino-americanas se apoiavam na exportação de apenas um ou dois produtos primários. Dentre as transformações estruturais decorrentes do processo de substituição de importações está a alteração dessa dinâmica econômica, que deixa de se basear nas exportações e passa a ter o investimento como determinante para o desenvolvimento (TAVARES, 1983, p. 34-35; MELLO, 1984, p. 92).

A tabela 1.2 ilustra as estimativas de crescimento do PIB e da produtividade em períodos selecionados do desenvolvimento industrial do Brasil. Conforme pode ser observado a seguir:

Tabela 1.2 Aumento da produtividade no período de industrialização (variação anual %)

Período	PIB	Emprego	Estoque de Capital	Produtividade total	Produtividade industrial
1901-1930	4,3	1,5	-	-	-
1931-1950	5,1	1,8	5,3	2,4	6,1*
1951-1963	6,9	2,8	8,7	2,7	2,9**

Nota: (*) 1940-1950 (**) 1950-1960

Fonte: FISHLOW, 2013, p. 33.

De modo geral, os dados acima demonstram que a produtividade aumentou no período de 1930 a 1960, à medida que se consolidava o processo de substituição de importações. Tal processo provocou mudanças decisivas na estrutura industrial do país, especialmente no que se refere ao aumento da representatividade da produção de bens intermediários e bens de capital. Como se vê na tabela 1.3, a seguir:

¹⁸ A industrialização brasileira, guiada pelo modelo substitutivo de importações, ocorreu de forma concentrada na Região Sudeste do país, com elevado peso no estado de São Paulo. Sobre o tema, ver Cano (2007).

Tabela 1.3 Distribuição percentual do valor agregado industrial no período de industrialização

	1907	1919	1939	1949	1959
Bens de consumo	77,9	80,2	69,7	61,9	46,6
Alimentos	21,8	32,9	23,6	20,6	16,4
Têxteis	25,3	24,4	22,0	19,7	12,0
Vestuário e calçados	8,4	7,3	4,8	4,3	3,6
Bebidas	9,3	5,4	4,3	4,5	2,9
Bens de consumo duráveis	2,5	1,8	2,5	2,5	5,0
Bens intermediários	19,6	16,5	22,9	30,4	37,3
Bens de capital	–	1,4	4,9	5,2	11,1
Total	100	100	100	100	100
Importações como % da oferta	31,5	24,7	20,4	–	–

Fonte: FISHLOW, 2013, p. 31.

Ao verificar tais números, percebe-se o aumento da diversidade da estrutura industrial nacional entre 1907 e 1959 à medida que a substituição de importações avançava, especialmente no último decênio ilustrado.

Outra característica da industrialização que merece destaque é a dinâmica imposta à taxa de inflação. A inflação seria um tema recorrente durante todo o processo de industrialização, pois o aumento dos preços estava incorporado na dinâmica estabelecida pelo processo de substituição de importações. Portanto, os surtos iniciais de inflação estão ligados à substituição dos produtos que anteriormente eram importados por artigos nacionais com preços mais elevados. Posteriormente, o processo inflacionário estaria relacionado ao caráter monopolista ou oligopolista de diversos setores industriais que surgiram com a substituição de importações e que impunham preços elevados como forma de acumulação de capital (SINGER, 1977, p. 29). Ou seja, a inflação¹⁹ acabou por se tornar um dos aspectos do desenvolvimento industrial brasileiro²⁰.

Além disso, a situação de equilíbrio do câmbio sempre foi um fator primordial na análise do empresário, que tendia, sempre que vantajoso, a substituir os fatores de produção nacionais pelos estrangeiros, trocando a produção nacional por

¹⁹ O objetivo deste trabalho não é aprofundar as complexas questões sobre a inflação. Para um estudo abrangente a respeito da inflação brasileira, vejam-se Rangel (1963), Bresser-Pereira & Nakano (1984) e Rego (1986).

²⁰ Outros fatores ligados à industrialização também são causas do processo inflacionário: o Estado, como planejador do desenvolvimento industrial, assumindo muitas vezes o papel de empresário, gerava *déficit* público crescente e os investimentos em obras de infraestrutura necessária para o desenvolvimento industrial contribuía para o aumento das despesas públicas. Boa parte dos investimentos estatais e em indústrias de base era feito com emissões de moeda, o que também agravava o processo inflacionário (SINGER, 1977, p. 30).

importações. Estas significavam redução de custos, pois quanto maior fosse o peso de insumos importados na composição final da produção, maior era o lucro de determinada atividade. Devemos observar que o comércio internacional não é, como a visão liberal o caracteriza, uma competição entre diversos produtores privados de diferentes partes do mundo que concorrem por uma parcela do mercado e oferecendo um nível de preço concorrencial único. A realidade é que a composição do preço final de um produto no mercado internacional é influenciada pela política de cada governo, ou seja, pelo nível de crédito, pela tributação, pela taxa de câmbio, pela oferta de moeda, pela infraestrutura, entre outros fatores (RANGEL, 1999, p. 95-97).

Portanto, é a partir dessa perspectiva das políticas governamentais que, após a década de 1930, a estrutura e as relações entre o Estado e a sociedade se alteraram. O Estado passava a criar as condições para o desenvolvimento das forças produtivas²¹. O poder público passou a funcionar de acordo com as premissas de organização do sistema capitalista, reformulando o funcionamento das forças produtivas e as relações entre a economia brasileira e a economia mundial. Entre 1930 e 1945, sob o governo de Getúlio Vargas, o Estado adotou soluções inovadoras, em resposta aos problemas políticos, econômicos e sociais determinados pelos diversos setores da sociedade, visando reformular a dependência estrutural que caracterizava o sistema econômico da época. Em face das condições colocadas, a ação do poder público foi reformulada por meio do redimensionamento e da integração dos órgãos governamentais pré-existentes e, principalmente, por meio da criação de novas instituições (IANNI, 1986, p. 25-44).

Se até a década de 1950 o processo de substituição de importações havia ocorrido com certo distanciamento do capital estrangeiro, a partir de 1955 iniciou-se a integração de setores industriais nacionais com o capital externo²², tornando a economia brasileira cada vez mais vulnerável aos movimentos do sistema internacional, seja em momentos de expansão ou de contração (SINGER, 1977, p. 48). A trajetória de desenvolvimento por substituição de importações, que tinha bases

²¹ Convém destacar que, durante as décadas de 1930 e 1940, as ações governamentais se deram em resposta às situações conjunturais que surgiam ao longo do processo político e econômico (IANNI, 1986, p. 36), ações que consistiriam basicamente em restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio, compra de excedentes e financiamento de estoques (TAVARES, 1983, p. 33).

²² É importante destacar que o movimento de aproximação do setor industrial com o capital estrangeiro foi iniciado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e aprofundado pelos governos militares (1964-1985). No entanto, ambos os períodos conservaram relevantes distinções. A respeito do governo Kubitschek, veja-se Benevides (1979), Lessa (1981) e Lafer (1987). Sobre a Ditadura Militar, veja-se Singer (1977) e Fausto (1994).

políticas no nacionalismo e no apoio popular, foi, no entanto, interrompida pelo golpe de 1964.

A partir de então, as políticas nacionalistas foram liquidadas, eliminaram-se as restrições às remessas de lucro, as nacionalizações de setores da economia foram estancadas e, em alguns casos, estes passaram a ser até mesmo desnacionalizados. Concomitantemente, a política de crédito governamental passou a favorecer o capital estrangeiro. O desenvolvimentismo e o processo de substituição de importações foram suprimidos como forma de controlar o processo inflacionário, possibilitar a acumulação de capital e integrar a economia brasileira à nova divisão internacional do trabalho²³. Na estratégia internacional das empresas multinacionais, o Brasil assumiu uma posição de 'entrepoto', com a função de desenvolver parte da produção industrial que necessitava de mão de obra intensiva ou recursos naturais abundantes, enquanto a tecnologia mais avançada permanecia restrita aos países desenvolvidos. O aumento das exportações brasileiras ocorreu por meio da instalação de empresas multinacionais, o que equivale a dizer que a nova ordem internacional estabeleceu que os países desenvolvidos passariam a importar produtos de subsidiárias de suas próprias empresas (SINGER, 1977, p. 65-66, p. 89-97).

No entanto, uma das características marcantes do desenvolvimento industrial brasileiro que não foi interrompida pelo golpe de 1964 foi o já citado papel exercido pelo Estado, que continuou ativo no restante da década de 1960 e durante todo o decênio seguinte, especialmente por meio da definição dos investimentos que determinaram as modificações estruturais e a criação da infraestrutura necessária para a continuidade da industrialização.

É fundamental destacar que os setores de bens de produção e de consumo durável adquiriram considerável importância na economia brasileira, o que demonstra

²³ Uma nova corrente teórica surgiu na década de 1960, na tentativa de explicar como os processos de industrialização eram reproduzidos na periferia sob a hegemonia de grupos econômicos estrangeiros e forças imperialistas. A Teoria da Dependência passou a negar a relação evolutiva entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, identificada pelo desenvolvimentismo clássico. O subdesenvolvimento passou a ser compreendido como um produto do desenvolvimento capitalista mundial, ou seja, as relações estruturais de dependência transcendiam os aspectos meramente mercantis, somando-se agora uma compreensão sobre o imperialismo, os movimentos do capital internacional e a subordinação dos países latino-americanos à economia mundial. Dentro da Teoria da Dependência, duas correntes teóricas merecem maior destaque: a corrente weberiana, desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004), e a corrente marxista, cujos principais destaques são os trabalhos de Ruy Mauro Marini (1974) e Theotônio dos Santos (2002). Tal questão já havia sido mencionada por Trotsky (1977) na década de 1930, em suas reflexões sobre o desenvolvimento desigual e combinado.

o aumento do dinamismo do setor industrial, o aprofundamento das etapas de industrialização e a consolidação do parque industrial brasileiro como o mais dinâmico da América Latina. Os dados abaixo ilustram a evolução da indústria de transformação brasileira:

Tabela 1.4 Estrutura da Produção da Indústria de Transformação no Brasil (%)

Categoria	1949	1959	1970	1975	1980
Bens de consumo não duráveis	72,8	56,7	45,0	36,8	34,4
Bens intermediários	20,4	24,6	34,4	34,6	37,4
Bens de consumo duráveis	2,5	5,1	9,3	13,3	13,4
Bens de capital	4,3	13,5	11,3	15,4	14,7

Fonte: SERRA, 1984, p. 60.

Nota-se que o processo de industrialização brasileiro migrou primeiramente da produção de bens de consumo não duráveis para os bens intermediários e, posteriormente, concentrou esforços no aumento da produção de bens de consumo duráveis. Por fim, os bens de capital compunham um valor sequencialmente minoritário na produção da indústria de transformação.

A partir de meados da década de 1950, a expansão das empresas multinacionais levou-as a ganhar protagonismo não apenas econômico, como também um importante papel no cenário político. Os movimentos do capital estrangeiro adquiriram ainda mais relevância durante a ditadura, levando a economia brasileira a uma internacionalização e a uma vulnerabilidade externa cada vez maiores, inaugurando uma nova fase de desenvolvimento associado e dependente. É ainda fundamental notar a diversificação da pauta de exportação brasileira, com a diminuição da importância do setor primário-exportador e a maior participação de produtos industrializados, como ilustra a tabela abaixo:

Tabela 1.5 Composição das exportações brasileiras por seus principais produtos (1968-1980, %)

Categoria	1968	1970	1972	1974	1976	1978	1980
Produtos Básicos	79,3	74,8	66	56,8	60,1	51,2	42
Produtos Industrializados	20,2	24,3	32,8	40,7	36,1	47,4	56,5
a) Semimanufaturados	9,7	9,4	10,3	12,3	8,7	10,9	11,6
b) Manufaturados	10,5	14,9	22,5	28,5	27,4	36,5	44,9

Fonte: SERRA, 1984, p. 62

Em síntese, após décadas de esforços industrializantes – entre investimentos, subsídios e políticas direcionadas à consolidação da indústria – o parque industrial brasileiro se tornou amplo e diversificado, avançando de forma significativa ao longo de cinco décadas. No entanto, a estratégia adotada entre as décadas de 1930 e 1970 foi interrompida, e a indústria iniciou um período de redução de sua relevância, como discutiremos a seguir.

1.2 Ruptura do modelo de desenvolvimento

A estratégia de desenvolvimento utilizada no Brasil desde a década de 1930, apoiada na participação do Estado como indutor da industrialização e numa elevada proteção à indústria nacional foi rompida, gradativamente, nas décadas de 1980 e 1990. As características que fizeram parte do desenvolvimento industrial brasileiro arrefeceram, o objetivo do Estado passou a ser solucionar a crise da dívida externa e a hiperinflação. O abandono do modelo que possibilitou altas taxas de crescimento econômico e consolidou uma estrutura industrial diversificada e integrada se deu por eventos iniciados a partir de 1973, que incluem os choques do petróleo, a alta das taxas de juros estadunidense e a consequente crise da dívida externa, que se disseminou por países do Terceiro Mundo, a instabilidade criada pela hiperinflação no Brasil e as tentativas de controlá-la, além do aumento da financeirização, ou seja, os títulos financeiros passaram a ter predominância no processo de acumulação de capital, mesmo em corporações tipicamente industriais.

Todos esses eventos serão abordados com maior propriedade no segundo capítulo desta dissertação. No entanto, é necessário destacar que a sucessão de acontecimentos marcou um longo período de crise e instabilidade, que seria parcialmente interrompido em 1994, com a implementação do Plano Real. A partir de

então, novas dificuldades surgiram: elevado nível de desemprego, valorização cambial, aumento da vulnerabilidade externa²⁴, especulação financeira, supressão da participação do Brasil na formação de cadeias globais de valor e questionamento do papel do Estado brasileiro na criação das condições necessárias para o desenvolvimento.

Diante dessa difícil conjuntura, o Estado adquiriu uma nova imagem, aparentando esgotamento de sua capacidade de promover mudanças mais profundas na estrutura econômica. Esses fatores alteraram a agenda e o clima ideológico e intelectual do debate sobre o desenvolvimento. Fortaleceu-se, dessa forma, uma corrente política e intelectual defensora do papel minimalista do Estado e de uma nova direção liberal para a economia (EVANS, 1993).

Segundo a visão neoliberal, o desenvolvimentismo seria o responsável pela perda de dinamismo das economias latino-americanas, pois a falta de concorrência, devido à excessiva regulação estatal e à proteção tarifária, prejudicariam o aumento da produtividade e a incorporação do progresso técnico. A estratégia do novo modelo seria então induzir a modernização da estrutura produtiva por meio da abertura da economia e da superação da oposição entre mercados interno e externo. Dessa forma, a atividade industrial passava a ter como fim o mercado global, com a formação de cadeias produtivas de acordo com as vantagens comparativas de cada país (CARNEIRO, 2002, p. 309-310).

A concepção de desenvolvimento nacional, bem como o ideário keynesiano, que atribuía ao Estado o estímulo ao crescimento e à prevenção de instabilidades e desequilíbrios²⁵, foram contestados. A ação do Estado passou a ser restringida, perdendo a sua soberania sobre a política monetária e fiscal para o mercado de capitais, e deixando de ter a capacidade de promover o crescimento (BELLUZZO, 1995, p. 11-20). As ideias que fundamentaram o desenvolvimento industrial no Brasil deram lugar a premissas neoliberais que ficaram amplamente conhecidas como

²⁴ Após a Crise Mexicana (1994), o Brasil seria atingido pela Crise Asiática (1997), a Crise Russa (1998), a crise da desvalorização cambial (1998), a Crise Argentina (2001), além dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, em Washington e Nova Iorque.

²⁵ Na Conferência de Bretton Woods, Keynes chegou a propor a construção de um Banco Central internacional, o *Clearing Union*, o qual emitiria uma moeda que seria referência para as moedas nacionais, o *bancor*. A proposta foi refutada pelos Estados Unidos, que optaram por transformar o *Federal Reserve* (o banco central dos Estados Unidos) em regulador da liquidez internacional e em credor de última instância. Os Estados Unidos transformaram-se, assim, em uma espécie de 'banqueiro internacional', o que lhes atribui vantagens produtivas, financeiras e estratégicas (BELLUZZO, 1995, p. 13-14).

‘Consenso de Washington’²⁶ e incluíam os seguintes pontos: disciplina fiscal, redirecionamento dos gastos públicos, reformas tributárias, regime de câmbio livre, liberalização comercial, financeira e dos investimentos estrangeiros diretos, privatização, desregulamentação e proteção à propriedade intelectual (BATISTA, 1994, p. 26).

Ao contrário do que se preconizava, a nova estratégia econômica não resultou na retomada do crescimento econômico. A década de 1990 foi marcada pela redução da relevância do parque industrial nacional, em decorrência da abertura comercial, das privatizações das empresas públicas e de um regime cambial valorizado, fornecendo as bases para que o processo de desindustrialização da economia pudesse ocorrer. As ideias liberais resultaram na redução do ritmo de crescimento mundial, tanto em países avançados quanto no Terceiro Mundo, na diminuição do emprego industrial e no fomento de transformações institucionais e financeiras na economia mundial.

Na América Latina, a retomada do liberalismo²⁷ atingiu um grau em que o ideário se tornou hegemônico, passando a limitar a capacidade dos Estados de definir estratégias de desenvolvimento que se desviassem do que era estabelecido pelos neoliberais, conforme destacam Coutinho e Belluzzo (1996):

[...] a hegemonia do pensamento neoliberal instituiu um novo paradigma, em que o predomínio das relações de mercado (com privatização e desregulamentação) minimizaria incisivamente o papel que deveria ser desempenhado pelo Estado. Sob a égide da globalização, com o estreitamento das conexões internacionais de comércio, investimento e fluxos de capitais, a política de desenvolvimento se reduziria à criação de condições propícias para atrair investidores, lubrificando-se ao máximo a liberdade privada de acumulação. Ao Estado incumbiria, no máximo, suprir certas externalidades, assegurando principalmente a estabilidade de preços sob uma política fiscal austera e liberdade cambial. Neste contexto, a teoria do desenvolvimento perderia substância, sendo inútil empenhar energias na reflexão sobre como engendrar processos de desenvolvimento – os mercados e a exposição das economias às forças benéficas da competição global seriam respostas suficientes (COUTINHO & BELLUZZO, 1996, p. 129).

²⁶ O Consenso de Washington foi estabelecido em 1989, em reuniões promovidas por John Williamson, nas quais se reuniram representantes do FMI, do Banco Mundial e do Tesouro dos EUA com representantes de países latino-americanos.

²⁷ Na América Latina, as políticas neoliberais foram primeiramente implementadas na ditadura de Augusto Pinochet, no Chile, que teve início em 1973 e terminou apenas em 1990.

Com o questionamento do papel do Estado Nacional, ocorreu a reorganização das atividades produtivas em nível global. Conforme destacam Hiratuka & Sarti (2017):

Do ponto de vista da estrutura produtiva e da organização das atividades econômicas, observou-se uma intensa desverticalização, com a fragmentação de atividades acompanhadas por uma intensa transferência internacional de etapas produtivas, de maneira a aproveitar as possibilidades de redução de custos, acompanhados dos ganhos de economias de escala e escopo, viabilizadas pela ampliação dos mercados e pela gestão coordenada de atividades geograficamente dispersas. O processo de produção passou a ocorrer crescentemente sob a forma de uma rede internacional, integrando diferentes países e diferentes empresas, realizando etapas da cadeia de valor sob a coordenação das grandes corporações (HIRATUKA & SARTI, 2017, p. 198).

Antes da formação de cadeias produtivas globais, a produção industrial exigia uma intensa internalização dos processos de produção, o que mobilizava capitais produtivos e financeiros, além de demandar recursos humanos, tecnológicos e capacidade institucional para administrar os investimentos. Nessa nova configuração global, um país pode atrair etapas específicas de uma cadeia produtiva, sem desenvolver uma estrutura industrial complexa ou beneficiar-se de um processo mais intenso de industrialização, podendo o impacto da indústria ser bem menor do que ocorria no passado. O deslocamento industrial beneficiou especialmente a China que, em 2010, passou a representar 15,4% do valor adicionado das manufaturas e 10,3% das exportações mundiais. Em 1980, esses indicadores eram de apenas 1,4% e 1%, respectivamente (HIRATUKA & SARTI, 2017, p. 198).

Além da China, os mais beneficiados são os países asiáticos, que têm apresentado aumento da participação industrial no PIB, do valor agregado e do nível de sofisticação tecnológica da produção, e um saldo da balança comercial cada vez mais favorável. Desse ângulo, o neoliberalismo foi um fator decisivo para desencadear esse processo no plano global, tanto em regiões desenvolvidas, quanto em áreas pobres como a América Latina, dando início aos processos de desindustrialização precoce.

Diversos termos passaram a se referir às empresas multinacionais que estabeleceram a produção de componentes no exterior, formando complexas cadeias produtivas globais, como *offshoring* (BLINDER, 2006), *unbundling* (BALDWIN, 2006) e *task trade* (GROSSMAN & ROSSI-HANBERG, 2006). Originalmente, a divisão

internacional do trabalho impunha aos países da periferia capitalista a produção e a exportação de produtos primários para as nações do centro e, em contrapartida, estes supriam a periferia com produtos manufaturados (PREBISCH, 1949, p. 16-64). Em seguida, conforme já apontado anteriormente, a mudança de estratégia internacional das empresas multinacionais colocou o Brasil na posição de 'entrepasto' comercial, ocupando a função de desenvolver parte da produção industrial que necessitava de mão de obra intensiva ou recursos naturais abundantes, enquanto o domínio de tecnologias mais avançadas permanecia restrito aos países desenvolvidos (SINGER, 1977, p. 89-90).

A nova divisão internacional do trabalho, imposta pela globalização, forçou os países do Terceiro Mundo a adotarem novas estratégias de desenvolvimento, com vistas a competir por vantagens comparativas e conquistar espaço no mercado mundial. Esse é o caso dos países chamados de tigres asiáticos (Coréia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Singapura), que utilizaram os baixos salários como impulso para a industrialização de suas economias e, posteriormente, passaram a produzir manufaturados de maior valor agregado. De certa forma, China, Tailândia e Indonésia seguiram estratégias semelhantes à adotada pelos tigres asiáticos. Graças à sua participação no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)²⁸, o México passou a montar produtos e reexportar para os Estados Unidos²⁹ (FRIEDEN, 2008, p. 616-642).

²⁸ Com a intenção de ter acesso privilegiado ao amplo mercado dos Estados Unidos, o México propôs a assinatura de um acordo comercial com os Estados Unidos e o Canadá. A criação, em 1994, do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) consolidou as mudanças na política econômica norte-americana, que passou a ser voltada para a conquista de mercados por meio da quebra de barreiras tarifárias e não discriminação da nacionalidade de produtos. Após a assinatura do NAFTA, a perspectiva de abertura passou a abranger todo o hemisfério: os Estados Unidos propuseram então a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Apesar de as negociações para implantação da ALCA terem avançado, os países latino-americanos reduziram o ritmo acelerado da abertura econômica no final da década de 1990, em decorrência dos resultados pífios que as políticas neoliberais vinham apresentando e da resistência dos Estados Unidos em reduzir suas barreiras tarifárias (GILPIN, 2000, p. 239-243).

²⁹ No caso da desindustrialização do México, inicialmente este foi beneficiado pela mudança de empresas estadunidenses para a fronteira entre os dois países, em busca de menores custos de mão de obra. Em um segundo momento, quando a mão de obra mexicana começou a se qualificar, o país passou a sofrer os efeitos da doença holandesa, dando início a um processo gradual de aumento do conteúdo importado em relação ao produto final, até chegar ao ponto em que a indústria passou a ser composta basicamente por empresas que fazem a montagem de componentes produzidos no exterior, o que chamamos de indústrias maquiladoras (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 61-63). Este movimento ocorre graças à participação do país no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que facilitou a entrada de produtos mexicanos no mercado norte-americano.

A globalização deu origem a uma competição internacional entre trabalhadores individuais, que passaram a realizar e dividir tarefas com companheiros de outros países. As atividades que exigem maior qualificação passaram a ser realizadas em países ricos, com abundância desse tipo de mão de obra, enquanto as tarefas menos qualificadas e com menor remuneração são exercidas por trabalhadores de países do Terceiro Mundo. As indústrias passaram a utilizar a terceirização como forma de baratear custos, deixando parte da cadeia produtiva a cargo de empresas em países pobres. De forma geral, a produção tornou-se global por razões políticas, econômicas e regulatórias, e o comércio internacional adquiriu maior relevância na estratégia de desenvolvimento de países subdesenvolvidos (BALDWIN, 2006).

Dessa forma, a globalização demonstra ter sido um fator decisivo para desencadear o processo de desindustrialização em nível global, tanto em regiões ricas, quanto em áreas pobres como a América Latina:

As raízes da crise [iniciada em 2008] encontram-se nas mudanças que a globalização acarretou nas empresas, nas instituições e nos regimes de comércio e de investimento mundiais nas últimas décadas. A globalização tornou mais permeável o mercado mundial à circulação de bens e de capital; viabilizou a industrialização acelerada da Ásia, incorporando centenas de milhões de novos consumidores e de trabalhadores; reorganizou a produção em cadeias globais de valor com forte redução de preços relativos dos bens industriais; internacionalizou a prestação de serviços com grande aumento da produtividade e consolidou mercados gerando empresas globais com escala e sinergias superiores às corporações multinacionais do pós-guerra (LAPLANE, 2016, p. 83).

Em suma, a indústria tem tido uma participação declinante no PIB brasileiro desde a década de 1980. Trata-se de uma desindustrialização. Ou seja, um conceito que se opõe ao de industrialização e tem suscitado um grande debate em torno de sua definição, aspectos, causas e efeitos, como veremos a seguir.

1.3 Desindustrialização: conceituação, causas e efeitos

Uma das questões centrais no debate sobre o desenvolvimento é a natureza do crescimento econômico. As abordagens clássicas sobre o tema tratam os setores da economia com homogeneidade, sem destacar grandes diferenças entre eles. Contrapondo-se a essa concepção, um dos pioneiros na abordagem setorial do crescimento econômico foi Nicholas Kaldor (1996), que buscou identificar qual agregado econômico possui as características mais favoráveis ao crescimento da

economia. Segundo o autor, a indústria possui rendimentos crescentes e pode ser considerada o setor com maior capacidade de geração de empregos e aumento da produtividade, enquanto efeitos contrários são identificados em atividades relacionadas ao setor primário, que usualmente possuem rendimentos decrescentes.

Thirlwall (2005) contribui para esse debate, destacando que há uma correlação entre o grau de industrialização dos países e o nível de renda *per capita* da população, bem como uma estreita associação entre o ritmo de crescimento do PIB com as taxas de crescimento da indústria de transformação. O autor observou que os países de industrialização tardia apresentavam taxas superiores de crescimento econômico em relação aos países de industrialização inicial e, dessa forma, concluiu que a indústria manufatureira pode ser considerada o motor do crescimento econômico.

Com base nessas contribuições, algumas generalizações sobre a natureza do crescimento econômico foram possíveis. Primeiramente, há uma correlação entre o crescimento da produção de manufaturas e o da economia como um todo. Em segundo lugar, os rendimentos crescentes da indústria manufatureira permitem que haja uma associação entre o ritmo da produção e o aumento da produtividade. Por último, o crescimento da indústria de transformação causa efeitos positivos em outros setores, uma vez que os serviços, a agricultura e a extração de recursos naturais estão associados à atividade industrial.

Como se sabe, a Inglaterra foi a precursora da industrialização que, posteriormente, se estendeu a um grupo restrito de países da Europa Ocidental, os Estados Unidos da América (EUA) e o Japão³⁰. Esses países são os que atualmente

³⁰ A via de industrialização da União Soviética (URSS) merece igual destaque, uma vez que tal experiência se caracterizou por uma alternativa singular de desenvolvimento industrial. A indústria russa teve seu primeiro impulso no século XVIII, com as tentativas de Pedro, o Grande (1682-1721), de consolidar o império como uma potência militar moderna em face das ameaças que a geopolítica impunha ao seu território. No século XIX, novo impulso foi dado a partir da derrota do Império Russo na Guerra da Criméia (1854-1855), a qual expôs a vulnerabilidade do país frente ao capitalismo inglês e impulsionou o Estado a concentrar esforços na construção de uma ampla rede de estradas de ferro. Nos anos 1890, a industrialização russa entrou em curso de forma definitiva, após a adoção de uma política de substituição de importações, auxiliada especialmente por elevadas tarifas para proteção da produção local e investimentos estatais em áreas estratégicas (por meio de subsídios, construção e operação da infraestrutura, incentivos à formação de grandes grupos empresariais privados etc.). Após a Revolução Russa (1917), implantou-se o que Lenin chamou de 'Capitalismo de Estado', controlado e regulado pelo Estado operário. No entanto, esse modelo inicial deu lugar a um acelerado plano de industrialização a partir de investimentos estatais altamente concentrados e ao planejamento por meio dos Planos Quinquenais, que visavam a utilização máxima de recursos na industrialização do país e alcançaram a estatização quase integral das forças produtivas, a centralização do planejamento e a concentração de todo poder político no partido dirigente. As novas políticas priorizaram a montagem de empresas estatais de indústria pesada e, graças ao bloqueio imposto pelo bloco capitalista, foi implantada uma versão socialista do modelo de substituição de

fazem parte do mundo desenvolvido e alcançaram esta condição a partir de caminhos semelhantes, sempre por meio da indústria de transformação³¹. Assim, é possível afirmar que a atual divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos reflete a diferença entre o conjunto de nações que se industrializaram pioneiramente, somadas a um número reduzido de países que conseguiram equiparar suas indústrias àqueles de industrialização inicial. Além disso, também é necessário considerar que não há registro na história econômica mundial de um país que tenha se desenvolvido sem utilizar a industrialização como indutora desse processo, bem como não há registros de industrialização sem atuação forte e ativa do Estado Nacional³².

Essas proposições, que sugerem uma correlação entre o crescimento industrial e o crescimento do PIB, corroboram as interpretações de Rowthorn & Ramaswany (1997; 1999) sobre a desindustrialização das nações desenvolvidas a partir da década de 1970. Ao observar a redução da relevância do setor industrial nos países desenvolvidos, os autores sugerem que a diminuição da participação da indústria no PIB seja um movimento natural que ocorre a partir do momento em que se alcança um nível de renda elevado. Apesar de o processo de desenvolvimento estar associado às mudanças estruturais na economia, a redução da relevância da indústria nesses países era sensivelmente acelerada. Nesses trabalhos, foi consolidado o conceito clássico de desindustrialização³³ como sendo a diminuição da participação do emprego industrial no emprego total de um país. Posteriormente, esse conceito foi ampliado por outros autores, como Palma (2005), Bresser-Pereira (2008) e Tregenna

importações, financiado especialmente por impostos sobre a produção agrícola. Como resultado, a URSS cresceu em média 13,2% durante o primeiro Plano Quinquenal (1928-1932), 16,1% no segundo (1933-1937) e 12,5% no terceiro (iniciou-se em 1940 e foi interrompido pela invasão da Alemanha nazista em 1941) (FERNANDES, 2012, p. 251-283)

³¹ Ha-Joon Chang (2004, p. 211) destaca que as políticas econômicas recomendadas pelos países desenvolvidos e organizações internacionais parecem conflitar com a experiência histórica das nações desenvolvidas, uma vez que elas não adotaram políticas liberais para estimular o seu desenvolvimento industrial. A indústria foi essencial para o desenvolvimento desses países e a ascensão de grandes potências como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Japão coincide com um processo acelerado de industrialização. De fato, os países que hoje fazem parte do mundo desenvolvido alcançaram este patamar a partir de caminhos semelhantes, sempre por meio da indústria de transformação. Ricupero (2014) destaca que mesmo economias ricas em recursos naturais, como Austrália, Canadá e os países escandinavos, utilizaram a exportação desses produtos para aumentar o nível geral de renda e passaram por períodos de desenvolvimento e diversificação industrial.

³² Sobre a atuação do Estado, é necessário destacar que no sistema capitalista pode ocorrer, em alguns casos, um processo de desenvolvimento liderado por regimes políticos autoritários, como os casos de nazismo e fascismo (CANO, 2012, p. 832).

³³ Enquanto a maior parte da literatura acadêmica sobre o tema atribui a definição de desindustrialização ao trabalho desenvolvido pelos dois autores e publicado pelo FMI, uma definição sobre o processo já havia sido realizada por Robert Rowthorn e John Wells (1987), em '*De-industrialization and foreign trade*'.

(2009), e passou a referir-se também à redução do valor adicionado da indústria na proporção total do PIB. Dessa forma, o processo de desindustrialização não é, necessariamente, caracterizado pela diminuição ou pela estagnação da produção ou dos empregos na indústria em números absolutos, mas pela perda proporcional de relevância do setor industrial em relação ao restante da economia.

Em sua concepção clássica, a desindustrialização era tida como uma etapa natural do desenvolvimento capitalista e resultante das alterações na estrutura da demanda por produtos manufaturados e por serviços, pois se observava que o aumento da renda *per capita* era acompanhado pela redução da elasticidade da demanda por produtos industriais, o que levava à diminuição proporcional da indústria na economia. Ou seja, a desindustrialização seria um processo causado por fatores internos e estaria associada a uma elevação no padrão de vida da população. Ainda segundo essa concepção, essa redução também era considerada resultado do aumento da produtividade no setor industrial (ROWTHORN & RAMASWAN, 1999; OREIRO *et al.*, 2011). Entretanto, mesmo em economias desenvolvidas, a desindustrialização tem levantado preocupações, especialmente em relação ao nível de geração e oferta de trabalho. Nesses países, o processo tem causado a perda de empregos qualificados, aumento da desigualdade e redução da capacidade de inovação (RODRIK, 2016).

Conforme se pode visualizar na tabela 1.6, a redução do setor industrial ocorreu em diferentes países, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ressalte-se que tal movimento ocorreu enquanto países asiáticos de industrialização recente, notadamente a China e a Coréia do Sul, ampliavam a relevância de suas indústrias. É o que se pode depreender da tabela a seguir:

Tabela 1.6 Valor adicionado da indústria de transformação no Produto Interno Bruto em países selecionados

	1970	1980	1990	2000	2012
EUA	24,4	21,3	18,2	15,3	12,3
Alemanha	33,3	28,6	27,1	22,3	23,8
França	22,5	20,6	17,6	15,2	10,0
Inglaterra	27,5	21,7	19,2	15,6	10,0
Itália	26,6	28,0	22,5	20,0	15,5
Japão	33,1	26,0	25,0	20,5	18,7
Coréia do Sul	18,5	24,6	26,6	28,3	31,1
China	36,5	43,9	36,7	40,0	38,5
Índia	13,8	16,3	16,5	15,8	13,5
Argentina	35,7	29,4	26,5	17,5	19,5
Brasil	27,3	31,0	25,5	17,2	13,2
Chile	18,6	14,4	19,0	19,7	11,2
México	24,5	18,7	20,0	20,3	17,9

Fonte: CANO, 2012.

Segundo Palma (2005, p. 79-80), a literatura acadêmica clássica espera que, ao longo do processo de desenvolvimento, a elevação da produtividade na agricultura e a consequente redução da necessidade de mão de obra no setor provoque um deslocamento cada vez maior de trabalhadores para os setores industrial e de serviços. Cano (2012, p. 832) destaca que a diminuição do peso do setor agrícola é apenas proporcional, uma vez que ele terá que continuar a crescer e se modernizar para suprir as necessidades da população, que são especialmente ampliadas pela urbanização. Na fase seguinte, a quantidade de trabalhadores absorvidos pela indústria tende a se estabilizar enquanto o setor de serviços passa a ter cada vez mais relevância no contexto geral do emprego³⁴. Em sua maturidade, a indústria de transformação passa a ter uma proporção correspondente a um valor entre 30% e 40% do PIB. Por fim, há uma redução do emprego industrial, geralmente em termos relativos, porém, em alguns casos, em termos absolutos. E isso tem sido identificado em países desenvolvidos desde o final da Segunda Guerra Mundial, com maior ênfase no final dos anos 1960³⁵ e, em países em desenvolvimento, desde a década de 1980.

Desde 1973, o emprego industrial nos países que compõem a atual União Europeia foi reduzido a um terço do que havia representado até a década de 1960. A desindustrialização dos países do bloco europeu foi influenciada pelo aumento da

³⁴ Um equívoco comum no debate sobre a desindustrialização é considerar que uma economia atinge um estágio avançado, transitando para uma sociedade pós-industrial ou uma economia de serviços. Na verdade, Rowthorn & Ramaswany (1999) concluem que dois terços dos serviços nos países desenvolvidos estão relacionados ao setor industrial.

³⁵ A partir da década de 1960, inicia-se uma transformação do padrão de acumulação capitalista, que passa a estar condicionado às novas tecnologias, às finanças e a uma reorganização da produção industrial em escala global (DUNNING, 1991 *apud* SAMPAIO, 2015).

produtividade e pela introdução de um novo paradigma tecnológico³⁶, mas especialmente com a redução do ritmo de crescimento da produção industrial. Essa redução das taxas de crescimento da indústria teve impactos negativos no emprego industrial, enquanto o setor de serviços continuou a absorver maior número de trabalhadores. Entre 1973 e 2000, a indústria europeia aumentou a produção de manufaturados em 50%. Concomitantemente, o número de empregos foi reduzido em 30%. Para compensar a diminuição de postos de trabalho na indústria, o número de empregos no setor de serviços teve um crescimento de 50% (PALMA, 2005, p. 81-82).

A redução dos empregos industriais em diferentes regiões pode ser verificada na tabela 1.7, a seguir:

Tabela 1.7 Participação da indústria no emprego em regiões selecionadas³⁷ (% do total)

Região	1960	1970	1980	1990	1998
África Subsaariana	4,4	4,8	6,2	5,5	5,5
América Latina e Caribe	15,4	16,3	16,5	16,8	14,2
Cone Sul e Brasil	17,4	17,2	16,2	16,6	11,8
Ásia Ocidental e Norte da África	7,9	10,7	12,9	15,1	15,3
Sul da Ásia	8,7	9,2	10,7	13,0	13,9
Leste da Ásia (exceto China e Japão)	10,0	10,4	15,8	16,6	14,9
Tigres Asiáticos	10,5	12,9	8,5	21,0	16,1
China	10,9	11,5	10,3	13,5	12,3
Terceiro Mundo	10,2	10,8	11,5	13,6	12,5
Primeiro Mundo	26,5	26,8	24,1	20,1	17,3

Fonte: PALMA, 2005.

Diversas hipóteses foram formuladas para explicar a queda do emprego industrial nas diversas regiões do mundo, tanto desenvolvidas como

³⁶ Esse processo não ocorreu apenas na União Europeia, mas em escala global. Dessa forma, organiza-se uma nova forma de produção gerenciada globalmente, liderada pela grande empresa capitalista e possibilitada por avanços tecnológicos em telecomunicações, química fina e, especialmente, na microeletrônica (COUTINHO, 1992 *apud* SAMPAIO, 2015).

³⁷ Economias incluídas sob o título 'Terceiro Mundo': África Subsaariana: Benin, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, República Central Africana, Chade, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Quênia, Lesoto, Malawi, Mali, Mauritània, Maurício, Nigéria, República do Congo, Ruanda, Senegal, África do Sul, Togo, Zâmbia e Zimbábue; América Latina e Caribe: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai (dentro dessa categoria, a subcategoria 'Cone Sul' inclui Argentina, Chile e Uruguai); Ásia Ocidental e Norte da África: Argélia, Egito, Marrocos, Omã, Arábia Saudita, Tunísia e Turquia; Sul da Ásia: Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka; Leste Asiático: Hong Kong, Indonésia, Malásia, Filipinas, Coreia do Sul, Cingapura, Tailândia e Taiwan (dentro dessa categoria, a subcategoria Tigres Asiáticos inclui: Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan); Economias incluídas sob o título 'Primeiro Mundo': Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

subdesenvolvidas. Segundo Palma (2005, p. 83), as hipóteses mais conhecidas para explicar o desencadeamento de processos de desindustrialização são:

- 1) a queda do setor industrial seria meramente estatística, representando apenas uma redução proporcional da indústria em relação à economia como um todo. Além disso, o setor de serviços seria inflado pela mudança de atividades realizadas anteriormente dentro das indústrias e que foram transferidas para esse setor por meio de terceirizações de diversas atividades (limpeza, *design*, segurança, processamento de dados, recursos humanos etc.);
- 2) a diminuição da relevância do setor industrial é resultado da redução da elasticidade da demanda por produtos manufaturados. Por exemplo, mesmo com aumento de sua renda, uma família necessita de apenas uma geladeira, e, como esta é um bem durável, a expectativa é de que a demanda por uma nova geladeira só aconteça após alguns anos. No setor de serviços, a elasticidade da demanda possui uma dinâmica diferente, pois à medida que a renda dessa mesma família aumenta, ela poderia passar a realizar, por exemplo, mais viagens ao longo do ano;
- 3) a introdução do novo paradigma tecnológico de microeletrônicos e o aumento da produtividade provocaria o declínio do emprego industrial;
- 4) a desindustrialização seria consequência de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países subdesenvolvidos seriam responsáveis pela montagem de produtos e por atividades intensivas em mão de obra, dentro de cadeias produtivas inseridas em corporações transnacionais. Essa divisão internacional incluiria os efeitos da terceirização citados no item 1.

Essas hipóteses não são excludentes, podendo se complementar para auxiliar na descoberta de uma explicação satisfatória para a desindustrialização de cada país. No entanto, esse debate teve de ser aprofundado, uma vez que foi identificado um novo tipo de desindustrialização. O termo desindustrialização passou a ser aplicado às economias subdesenvolvidas, em que o nível de renda é muito inferior ao registrado nos países desenvolvidos. Identificou-se que essas economias não estavam se desindustrializando como consequência da dinâmica capitalista, mas como resultado de falhas de funcionamento de seus mercados (OREIRO *et al.*, 2011). Essa desindustrialização tem ocorrido em países da África, da América Latina e do Oriente Médio, e foi caracterizada como precoce, pois o processo tem ocorrido antes

de dar origem a uma economia dinâmica e culminado no aprisionamento desses países em um ambiente de desemprego, renda reduzida e baixo crescimento (RICUPERO, 2014).

A desindustrialização precoce foi originalmente identificada nessas regiões em um relatório publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2003, p. 94-96)³⁸. O documento apontou que a desindustrialização estava ocorrendo especialmente em países do Cone Sul e era qualitativamente diferente da desindustrialização 'normal' identificada nas nações desenvolvidas. O mesmo relatório destacava cinco grupos de países em desenvolvimento:

- 1) o primeiro grupo é formado por Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, os quais haviam atingido um nível elevado de maturidade e apresentavam um setor industrial mais relevante em suas economias do que era observado em países desenvolvidos, embora o crescimento industrial tenha desacelerado;
- 2) o segundo grupo apresenta um crescimento industrial acelerado há várias décadas, e é formado por países como Malásia, Tailândia, China e, em menor grau, Índia e Turquia;
- 3) o terceiro grupo é aquele de países que se tornaram maquiladores, ou seja, em decorrência de acordos de livre-comércio com os Estados Unidos, transformaram a sua capacidade produtiva para utilizar a mão de obra disponível de maneira intensa e exportar sua produção. Fazem parte desse grupo o México, as Filipinas e países da América Central e do Caribe, todos eles com forte ligação histórica com os Estados Unidos;
- 4) o quarto grupo é formado pelos países do Cone Sul, que avançaram na industrialização e consolidaram amplos parques industriais, especialmente o Brasil. Entretanto, esses países passaram a demonstrar razoável incapacidade de sustentar o dinamismo do setor industrial. Observa-se, dessa forma, a deterioração da importância relativa da indústria em diversos aspectos, tanto no emprego, quanto na produtividade e no valor agregado de suas manufaturas;

³⁸ A controvérsia em torno da ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil passou a acontecer com maior vigor a partir da publicação do referido relatório (UNCTAD, 2003) e se estende até os dias atuais. Cabe ainda destacar que o diretor-geral da UNCTAD à época era um brasileiro, o economista e embaixador Rubens Ricupero, que permaneceu no cargo entre 1995 e 2004.

- 5) o quinto grupo é formado por países que se especializaram na exportação de recursos naturais abundantes, como o Chile, que vem apresentando crescimento lento, porém sustentado, e baixo valor agregado nas exportações³⁹.

A partir dos efeitos observados em diversas partes do mundo, foi necessário aprofundar as hipóteses inicialmente apresentadas no debate sobre a desindustrialização. Palma (2005, p. 85-105) contribuiu de forma importante, ao identificar quatro hipóteses para explicar a origem da desindustrialização que vem ocorrendo em diversas regiões do mundo, sendo que todas elas resultam de uma combinação de fatores e estão relacionadas entre si:

- 1) a trajetória do emprego industrial seria um 'U invertido': conforme a renda *per capita* do país aumenta, o emprego industrial sobe, se estabiliza, e por fim, cai⁴⁰;
- 2) existe uma relação declinante entre a renda *per capita* e o emprego industrial, o que vem sendo identificado por uma combinação de fatores que incluem a ascensão da microeletrônica, o deslocamento de cadeias produtivas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e, especialmente, após o ressurgimento do paradigma liberal;
- 3) o ponto em que os países começaram a se desindustrializar a partir de determinado nível de renda se precipitou no decorrer do tempo, tornando-se cada vez mais baixo ao longo das décadas. No decênio de 1960, os países desenvolvidos se desindustrializaram com um nível de renda muito mais elevado que aquele verificado no ponto em que começou a desindustrialização nos países subdesenvolvidos. Assim, os países de industrialização tardia iniciaram sua desindustrialização com um nível de renda *per capita* insuficiente para garantir a continuidade do desenvolvimento;
- 4) a quarta fonte de desindustrialização seria causada pelos efeitos da doença holandesa, cuja nomenclatura refere-se a países que registram queda da atividade industrial após a descoberta de um recurso natural abundante, tal como ocorreu na Holanda com a exploração de gás natural no Mar do Norte,

³⁹ No entanto, é necessário destacar que a economia chilena possui a vulnerabilidade de ser dependente do extrativismo mineral, o que resulta em dificuldades econômicas em momentos nos quais os preços de tais minerais sofrem retração no mercado internacional.

⁴⁰ Essa hipótese sobre a desindustrialização se prende ao conceito clássico sobre o tema, definido por Rowthorn & Ramaswamy (1999).

durante os anos 1960. Essa fonte é vista pelo autor como um fator adicional para a desindustrialização, colocando-se como um agravante que pode acelerar o processo e, por se tratar de um debate específico dentro do nosso objeto de estudo, será detalhada mais adiante.

O conceito de desindustrialização também está relacionado com a reprimarização da pauta exportadora ou especialização da economia constatada em alguns países, embora essa associação não seja sempre identificada. Nesses casos, é observado o aumento da participação dos setores ligados à exportação de produtos primários e a redução da participação da indústria nas exportações (OREIRO & FEIJÓ, 2010, p. 222). Portanto, em alguns casos, o processo de reprimarização da pauta de exportação pode ser causado pela doença holandesa, tese que é sustentada por diversos autores, como discutiremos a seguir.

1.4 A hipótese de doença holandesa

A definição de doença holandesa foi desenvolvida por Corden & Neary (1982) e posteriormente ampliada por Corden (1984). O conceito é fundamentado na ideia de que a disponibilidade de um determinado recurso natural em abundância pode afetar a participação da indústria na economia e o nível de emprego por intermédio da valorização cambial decorrente da entrada de recursos externos na economia, induzindo à perda de competitividade da indústria. A noção ficou amplamente conhecida como doença holandesa, em referência à redução de competitividade dos produtos industriais holandeses a partir da exploração de gás natural pelo país na década de 1960. Ressalte-se que, já na década de 1950, Celso Furtado (2008) havia constatado que a presença de um recurso natural abundante, no caso, o petróleo venezuelano, produzia um excedente de recursos externos e mantinha o câmbio em uma posição conflitante com a diversificação da base produtiva local, não impulsionando o restante da economia. O autor caracterizou o caso da Venezuela de 'subdesenvolvimento com abundância de divisas', em contraponto à problemática brasileira, qualificada por ele como um subdesenvolvimento com escassez de divisas (FURTADO, 1968).

No caso da Holanda, verificou-se que a descoberta de substanciais reservas de gás natural no Mar do Norte proporcionou uma grande elevação da entrada de receitas no país, mas, conseqüentemente, também provocou a valorização da taxa de

câmbio, retirando a competitividade dos produtos manufaturados holandeses e estimulando a especialização da pauta exportadora. Em outras palavras, a exploração desse recurso natural desencadeou a desindustrialização do país. A valorização cambial elevou os custos de produção, os produtos manufaturados perderam competitividade, enquanto a exploração do gás natural, mesmo tendo sido impactada pelo câmbio valorizado, continuou vantajosa devido à crescente demanda e ao aumento dos preços no mercado internacional. O que ocorreu com a economia holandesa fez que muitos estudiosos relacionassem a exploração de recursos naturais a uma especialização econômica que prejudica a dinâmica dos diversos setores da economia, especialmente do setor da indústria de transformação (NASSIF, 2008, p. 75).

Em todo caso, a desindustrialização pode ocorrer mesmo na ausência de indícios da doença holandesa (OREIRO & FEIJÓ, 2010, 223-226), que se caracteriza como uma falha de mercado em que o setor de bens intensivos em recursos naturais produz um efeito negativo sobre os outros setores da economia, inviabilizando a produção naqueles que não sejam ligados aos que lhe dão origem (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 8). É importante destacar que parte da literatura acadêmica relaciona a abundância de recursos naturais com a tendência de baixas taxas de crescimento registradas por determinados países⁴¹. Segundo essa corrente, o ritmo do crescimento econômico dos países beneficiados por esses recursos seria afetado pela volatilidade dos preços dos produtos primários no mercado internacional.

Segundo Bresser-Pereira (2008) e Bresser-Pereira & Marconi (2009; 2010), a desindustrialização brasileira seria resultado de uma doença holandesa em nível moderado, decorrente do aumento das exportações de *commodities* e da elevação do preço desses produtos no mercado internacional. Os efeitos da doença holandesa no Brasil não estariam restritos à desindustrialização e também abrangeriam a predominância de baixos salários, reduzido progresso técnico, absorção de pouca tecnologia, alta vulnerabilidade externa e taxas de crescimento reduzidas. Segundo os autores, dois eventos marcam o agravamento da doença holandesa no Brasil: 1) a abertura comercial e financeira iniciada na década de 1990; e 2) a elevação dos preços das *commodities* e o aumento da demanda chinesa por esses produtos na década de 2000.

⁴¹ A literatura citada emergiu na década de 1990 com Sachs & Warner (1995).

A doença holandesa seria um obstáculo para a industrialização da maioria dos países subdesenvolvidos. Além disso, ao longo das décadas de 1980 e 1990, muitos deles passaram a adotar uma taxa de câmbio flutuante, tornando suas moedas vulneráveis a uma excessiva apreciação, em decorrência especialmente dos efeitos da doença holandesa. Segundo Bresser-Pereira (2008), a existência de um setor que explora recursos naturais abundantes e baratos inviabiliza outros setores da economia e constitui-se num obstáculo para o crescimento econômico, pois ao utilizarem esses recursos em um nível de rendimento elevado, sua exploração aprecia a taxa de câmbio. Outra estratégia adotada pelos países do Terceiro Mundo a partir da década de 1980 foi elevar as taxas de juros para atrair capitais estrangeiros, com o objetivo de equilibrar *déficits* na balança comercial, o que também passou a pressionar a valorização da taxa de câmbio. Um último fator reside na prática de diversos países, incluindo o Brasil, de utilizarem a taxa de câmbio como instrumento de controle inflacionário.

Dessa forma, podemos identificar duas situações distintas de doença holandesa em países subdesenvolvidos: uma em que sua ocorrência impede a industrialização do país, como no caso de grandes produtores de petróleo⁴², e um segundo tipo, em que a doença holandesa foi inicialmente neutralizada por meio de medidas de proteção à indústria nascente, tendo essa proteção sido posteriormente eliminada, fazendo que a economia passasse novamente a sofrer os efeitos do fenômeno e, como consequência, a se desindustrializar. No segundo caso, sob pressão internacional para que abrissem suas economias⁴³, os países latino-americanos começaram a se desindustrializar precocemente à medida que a indústria de transformação passou a sofrer os efeitos da apreciação do câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Um estudo de Mendonça & Abrão (2015) questiona a possibilidade de ocorrer o agravamento da doença holandesa como resultado da exploração de petróleo na camada de pré-sal brasileira. Entretanto, há evidências de outros países estarem passando não somente por um processo de desindustrialização, como também por

⁴² Arábia Saudita e Venezuela são bons exemplos para ilustrar este caso.

⁴³ Segundo Bresser-Pereira (2008), o protecionismo dos países latino-americanos tinha a função de neutralizar uma falha de mercado, uma hipótese que não é admitida pelo neoliberalismo, uma vez que a razão liberal considera o perfeito funcionamento do mercado. Além disso, pela lógica liberal, não haveria prejuízos para um país caso este se especializasse na exportação de recursos naturais, pois estaria usufruindo de suas vantagens comparativas.

retrocessos no desenvolvimento industrial, como resultado da valorização dos preços das *commodities* no mercado internacional na década de 2000 e da necessidade da economia chinesa por esses produtos, o que pode ser observado, por exemplo, no caso do aumento da dependência da exportação de minérios na África do Sul, estimulado especialmente pelo comércio com a China (MENDONÇA & ABRÃO, 2017).

A neutralização da doença envolve a aplicação de uma política cambial ativa, não permitindo que o câmbio flutue livremente e, ao mesmo tempo, sem adoção do câmbio fixo. A neutralização ocorre quando a taxa de câmbio é administrada de forma soberana, impedindo sua apreciação por meio da manutenção de taxas de juros baixas, pela compra de parte das moedas estrangeiras para formação de reservas internacionais, pela imposição de controle sobre entrada e saída de capital e, principalmente, por meio da criação de um imposto sobre os setores que geram a doença holandesa como forma de equilibrar a taxa de câmbio. A experiência da Noruega que, assim como a Holanda, também explorou os recursos do Mar do Norte, levou à criação de um fundo soberano no exterior com recursos oriundos desse imposto. Dessa forma, os recursos não eram internalizados e não apreciavam a taxa de câmbio. No entanto, a implantação de medidas que neutralizem a doença holandesa não é politicamente simples, devendo enfrentar resistência dos setores ligados à exploração desses recursos que se refletem em alta rentabilidade⁴⁴. Outra dificuldade é a possibilidade de o novo imposto e a desvalorização cambial terem impactos inflacionários, mesmo que transitórios, além da queda do poder de compra dos trabalhadores que uma desvalorização causaria (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Por outro lado, a taxa de câmbio apreciada e a persistência da doença holandesa em países subdesenvolvidos interessam aos países ricos, que importam mais barato e diminuem a concorrência a que seus produtos industriais estão submetidos. Assim, quanto mais liberal ou ideologicamente próximo aos países centrais for o *policy maker* ou acadêmico que analisar os efeitos da doença holandesa e da apreciação cambial, mais inclinado ele estará a negar a ocorrência de tal problema.

⁴⁴ Assim como ocorria na industrialização brasileira, quando os cafeicultores protestavam contra o confisco cambial, imposto que transferia recursos do comércio de café para investimentos na indústria brasileira.

É importante destacar que poucos países têm condições econômicas e políticas de neutralizar a doença holandesa seguindo o exemplo norueguês, ou seja, reservando toda a receita de um imposto no exterior. Portanto, é compreensível que países subdesenvolvidos, como a Venezuela e a Arábia Saudita, tenham dificuldade em neutralizá-la, pois essas nações acabam utilizando os recursos oriundos da exploração de petróleo em investimentos em setores essenciais ou no financiamento de gastos correntes. Além disso, os recursos naturais são finitos, portanto, o recomendável para um país pobre seria aplicar os recursos em setores mais dinâmicos da economia.

Em síntese, vimos que a doença holandesa é uma das hipóteses levantadas para explicar a desindustrialização de diversas economias do mundo. E, apesar de a questão da competitividade associada ao câmbio ser um tema importante a ser considerado para compreender os processos de desindustrialização, julgamos que essa tese é insuficiente para explicar o caso brasileiro, que é de complexa interpretação, pois não há apenas uma causa associada à sua ocorrência. Além disso, a verificação do processo no Brasil está relacionada a fatores internos e externos, como discutiremos em seguida.

Feito o resumo das abordagens teóricas sobre a industrialização brasileira e o processo de desindustrialização em geral, passaremos à análise específica do caso do Brasil.

CAPÍTULO 2

AS ORIGENS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO (1980-2002)

Dando sequência à análise da desindustrialização brasileira, o presente capítulo buscará ilustrar a gênese deste processo. Iniciaremos nossa discussão na década de 1970, pois desde aquela época as interações econômicas e financeiras entre diferentes países e regiões assumiram novos contornos que alteraram a estrutura produtiva, o papel do Estado, os fluxos do capital, o senso sobre o desenvolvimento econômico e, de fato, a vida das pessoas.

Nesse sentido, cabem algumas observações sobre a economia mundial, o advento de novas tecnologias, a indústria manufatureira que se fortaleceu na Ásia, o processo de globalização (e suas diversas variações de sentido semelhante, como financeirização, securitização etc.), o esgotamento do modelo brasileiro de industrialização nos anos 1980 e a nova trajetória que a economia brasileira assumiu, especialmente a partir da década de 1990, com a aplicação de políticas neoliberais.

Abordaremos um período de crise e instabilidade, procurando evidenciar as origens dos problemas que afetaram e continuam a afetar a indústria brasileira e vinculá-los às condições específicas do processo que levou ao quadro de desindustrialização do Brasil. Nosso objetivo, embora pretensioso, surge como uma necessidade, dado que se torna cada vez mais evidente que a indústria nacional se encontra ameaçada de desaparecer. Por ora, passaremos à análise das transformações que ocorreram na economia mundial ao final do século passado.

2.1 Transformações da Economia Mundial

No último quarto do século XX, a indústria mundial teve de se adaptar a uma série de transformações: a publicidade foi elevada a um princípio básico da economia; os avanços tecnológicos em comunicações, transportes e informática permitiram o abandono da produção em massa e a transição para um novo método, que produzia apenas o suficiente para abastecer a demanda de curto prazo⁴⁵, reduzindo brutalmente o nível dos estoques; os Estados Nacionais perderam poder econômico com o advento da globalização, ficando à mercê do 'mercado mundial', à medida que

⁴⁵ Esse método de produção é conhecido como *just-in-time*.

o comércio internacional⁴⁶, a grande corporação transnacional e a finança mundializada⁴⁷ ganhavam importância; a ideologia neoliberal passou a tomar conta do debate econômico, apresentando-se como única alternativa à deterioração que se tornava evidente em diversas regiões do globo com a ampliação da pobreza, do desemprego em massa e da redução do ritmo do crescimento econômico (com exceção de alguns países asiáticos de industrialização recente).

Economistas das correntes keynesiana e neoliberal travaram uma batalha ideológica. De um lado, os keynesianos argumentavam que altos salários, pleno emprego e a ação estatal alimentaram a demanda de consumo que criou a expansão observada entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970 e, portanto, a melhor estratégia para lidar com as dificuldades econômicas era por meio de mais estímulos à demanda. Por outro lado, os neoliberais afirmavam que os pressupostos keynesianos impediam o controle da taxa de inflação e cortes de gastos do governo e das empresas, não permitindo a ampliação do lucro. Com o aumento das dificuldades econômicas em diversas partes do mundo, o keynesianismo caiu em descrédito e a ideologia do livre mercado tornou-se dominante, acirrando um processo de competição global e de maximização de lucros (HOBSEAWM, 2010, p. 399-404).

As consequências ocorridas no âmbito do trabalho e do desemprego ilustram as transformações citadas. Os anos 1970 iniciaram uma era em que as atividades produtivas se tornaram cada vez mais automatizadas, ao mesmo tempo em que os trabalhadores eram jogados para fora de seus empregos. Dessa forma, o crescente desemprego no último quarto do século XX se tornou estrutural: ao mesmo tempo em que a produtividade aumentava em decorrência da capacidade de novas máquinas, a mão de obra era dispensada de forma definitiva, ou seja, os empregos perdidos não retornariam jamais (HOBSEAWM, 2010, p. 402-403).

Em um mundo de fluxos econômicos livres, emergiu uma nova divisão internacional do trabalho, ou seja, indústrias dos países centrais passaram a se transferir para os da periferia com mão de obra abundante e barata, especialmente as indústrias intensivas em trabalho, e essas empresas até mesmo transferiram

⁴⁶ O final do ano de 1973 marca uma mudança importante no comércio internacional, representada pelo primeiro choque do petróleo. Em decorrência da Guerra do Yom Kippur, a tendência favorável do comércio internacional aos importadores de petróleo foi revertida, pois os países produtores se articularam para reduzir a oferta do produto e aumentar seu preço no mercado internacional. À época, o Brasil ainda tinha uma forte dependência da importação de petróleo, adquirindo no exterior cerca de 80% do seu consumo (FAUSTO, 1994, p. 495; LAGO, 2014, p. 228).

⁴⁷ A esse respeito, veja-se Chesnais (1996).

determinado grau de tecnologia para o Terceiro Mundo (HOBSBAWM, 2010, p. 354, p. 403). A produção passou a ser projetada para reduzir custos expulsando a mão de obra, ora buscando o trabalhador mais barato, ora procurando uma maquinaria que pudesse executar a mesma função que diversos trabalhadores.

Como já apontado anteriormente, a divisão internacional do trabalho impunha aos países da periferia a produção e a exportação de produtos primários para os países do centro e, em contrapartida, era suprida por produtos manufaturados (PREBISCH, 1949, p. 16-64). Durante a década de 1950, a divisão internacional do trabalho se alterou, os países periféricos segmentaram-se como produtores de manufaturas de consumo e os países do centro como produtores de bens de capital (OLIVEIRA, 1977, p. 83). Dessa forma, o Brasil assumiu a função de desenvolver parte da produção industrial que necessitava de mão de obra intensiva ou recursos naturais abundantes, enquanto a tecnologia mais avançada permanecia restrita aos países desenvolvidos (SINGER, 1977, p. 65-66, p. 89-97). A partir das mudanças na economia mundial ocorridas na década de 1970, a divisão internacional do trabalho sofreu nova transformação: alguns países subdesenvolvidos passaram a se inserir como responsáveis pela montagem de produtos e por atividades intensivas em mão de obra, dentro de cadeias produtivas globais administradas por corporações transnacionais (PALMA, 2005, p. 83).

Na década de 1980, uma nova onda de progresso técnico que envolvia inovações em telecomunicações, informática, eletrônica e automação industrial permitiu que o processo de transformação da estrutura econômica mundial se aprofundasse: a produção havia se tornado verdadeiramente global, passando a integrar países como Brasil, México, Índia e os quatro tigres do Pacífico: Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul⁴⁸ (HOBSBAWM, 2010, p. 354; BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017).

Ao mesmo tempo, o processo forçou as empresas a reestruturarem sua produção, uma onda de fusões e aquisições transformou o sistema financeiro e ocorreu a centralização da propriedade. A reorganização empresarial resultou nas cadeias globais de valor e levou à oligopolização da atividade econômica globalizada, ou seja, um pequeno número de grandes empresas que fazem parte da finança

⁴⁸ O deslocamento de indústrias para o Terceiro Mundo foi de tal magnitude que mesmo países de menor relevância, como Filipinas, Tailândia, Colômbia e Paquistão tiveram processos industrializantes (HOBSBAWM, 2010, p. 354).

mundializada passou a dominar a economia mundial, controlando a distribuição das riquezas e centralizando o controle da produção (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017). Conforme destacado no trecho abaixo,

[...] 36% das grandes transnacionais detêm 95% das receitas operacionais de todas as 43.000 empresas transnacionais conhecidas. Mais importante: os 737 principais acionistas têm o potencial de controlar 80% do valor destas empresas. Estes acionistas são principalmente instituições financeiras e fundos de investimento dos Estados Unidos e do Reino Unido. Apenas 100 empresas concentram 60% do gasto em P&D, sendo 2/3 dos gastos realizados em apenas 3 setores (informática, farmacêutico e automotivo) (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017, p. 19).

Após ganharem dimensão global por meio de fusões e aquisições, essas empresas passaram a ser integradoras de cadeias globais de valor terceirizadas, ao mesmo tempo em que concentram suas atividades em construção de marca, *marketing*, *design*, pesquisa & desenvolvimento (P&D). Esse processo teve efeitos na distribuição espacial das cadeias globais de valor formadas e na concomitante centralização de capital e dispersão de investimentos, dadas entre países centrais e periféricos (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017, p. 19).

Esse efeito está diretamente relacionado ao processo de financeirização da economia mundial. Na década de 1970, essa crescente financeirização deu-se sob a égide da desorganização financeira e monetária⁴⁹, permitindo o surgimento de operações fora da regulação dos bancos centrais, o que se deu especialmente em decorrência do excedente de dólares, petrodólares e da expansão da oferta de crédito internacional (o que propiciou sobrevivência aos projetos industrializantes da periferia)⁵⁰. Durante os anos 1980, a crescente mobilidade de capitais, a expansão da dívida pública norte-americana, as flutuações das taxas de câmbio e a volatilidade das taxas de juros nas três principais zonas monetárias (dólar, iene e marco) contribuíram para

⁴⁹ Tal desorganização foi impulsionada pela crise da potência dominante, os Estados Unidos, a partir dos anos 1960, na qual diversos elementos foram combinados: aumento do *déficit* público, fragilidade da moeda, inflação, desequilíbrios do balanço de pagamentos, falências de corporações e subsistemas financeiros (BRAGA, 2016, p. 25).

⁵⁰ Esse aumento do financiamento por fontes privadas era resultado do notável aumento do comércio internacional, especialmente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e boa parte desse crescimento se deveu à expansão do crédito de bancos privados. Esta expansão do crédito era de tal magnitude que a impressão era de que o sistema financeiro internacional deixaria de ser regido pelas instituições de *Bretton Woods* e passaria a ser comandado por instituições privadas (NETTO, 2014, p. 241-242). Parte expressiva desses recursos era utilizada para o financiamento das contas correntes deficitárias dos países subdesenvolvidos (CARNEIRO, 2002, p. 52). Ficava cada vez mais evidente que o Brasil havia adotado um modelo de crescimento com aumento da dívida externa.

impulsionar o processo de financeirização, ao mesmo tempo em que tinham um papel desestabilizador para as economias nacionais. Foi nessa conjuntura, de duas décadas, que surgiram as transformações financeiras que ficaram genericamente conhecidas como globalização, em que a supremacia dos bancos no sistema de crédito foi substituída pela supremacia dos mercados de capitais (BELLUZZO, 1995, p. 15-17).

Na globalização – produtiva, financeira e empresarial – os maiores beneficiados foram os países que souberam atrelar projetos nacionais de desenvolvimento com a nova configuração da economia mundial, dominada por grandes empresas transnacionais. Nesse aspecto, teve especial destaque a China, que passou a fazer parte da estratégia geopolítica e geoeconômica dos Estados Unidos. As relações econômicas sino-americanas promoveram um grande fluxo de investimentos para a China, sustentado pela migração de fábricas norte-americanas, europeias e japonesas para aquele país, em busca de menores custos de produção: baixos salários, câmbio desvalorizado e relações trabalhistas precárias (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017, p. 19-21).

Dessa forma, a globalização acirrou a concorrência entre empresas, trabalhadores e nações, inseridos agora em uma estrutura financeira e produtiva global (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017, p. 30), cujos resultados foram a centralização de capitais, a dispersão espacial das atividades produtivas e a formação de cadeias globais de valor, a terceirização de atividades acessórias à produção, além da restrição severa da ação econômica do Estado Nacional, cada vez mais à mercê dos mercados financeiros (BELLUZZO, 1995, p. 18).

2.2 A década de crise (1980-1990)

Enquanto as fábricas das grandes corporações transnacionais migravam para a Ásia, o Brasil mergulhava em um período de crise que perduraria por mais de um decênio. Na segunda metade da década de 1970, as taxas de inflação se elevaram, o crescimento econômico foi reduzido e a economia sofreu o impacto de diversos choques externos: o segundo choque do petróleo em 1979, a queda nas relações de troca (diminuição dos preços dos produtos de exportação brasileira e aumento dos preços de produtos importados), uma recessão mundial e, posteriormente, a ruptura

do mercado financeiro internacional em decorrência da moratória mexicana em 1982 (BARBOSA & DE LA CAL, 1992, p. 27-28).

Para efeitos de comparação, as tabelas 2.1 e 2.2 reúnem dados sobre a economia brasileira durante as décadas de 1970 e 1980, onde é possível observar a redução das taxas de crescimento e investimento, além do aumento da taxa de inflação. Como se vê, a seguir:

Tabela 2.1 Taxas de crescimento total e setorial, taxa de investimento (FBCF/PIB) e taxa de inflação (IGP-DI): Brasil (1973-1979, em %)

Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços	FBCF/PIB	IGP-DI
1973	14,0	17,0	0,1	15,6	20,4	15,5
1974	8,1	8,5	1,3	10,9	21,9	34,5
1975	5,2	4,9	6,6	4,9	23,3	29,4
1976	10,3	11,7	2,2	11,4	22,4	46,3
1977	4,9	3,1	12,1	5,0	21,3	38,6
1978	5,0	6,4	-2,8	6,1	22,3	40,5
1979	6,8	6,8	4,8	7,7	23,4	77,2

Fonte: LACERDA *et al.*, 2013, p. 123-124.

Tabela 2.2 Variáveis macroeconômicas selecionadas: Brasil (1978-1985, em %)

Ano	Crescimento do PIB	Investimento (PIB/FBCF)	Inflação (IGP-DI)	Déficit público
1978	5,0	22,3	40,5	5,7
1979	6,8	23,4	77,2	8,3
1980	9,2	22,9	110,2	6,7
1981	-4,3	24,3	95,2	6,0
1982	0,8	23,0	99,7	7,3
1983	-2,9	19,9	211,0	4,4
1984	5,4	18,9	223,8	2,7
1985	7,9	18,0	235,1	4,3

Fonte: LACERDA *et al.*, 2013, p. 133.

Além dessa conjuntura desfavorável, o crescimento da dívida externa assumiu graves proporções. Durante a década de 1980, a dívida externa demonstrou ser uma das faces da dependência do Brasil em relação ao resto do mundo. Ressalte-se que o montante da dívida externa bruta estava em trajetória crescente desde o início da década de 1970, conforme ilustra a tabela a seguir:

Tabela 2.3 Evolução da dívida externa bruta, das reservas internacionais e da taxa média de juros internacionais (1970-1989)

Ano	Dívida externa bruta (US\$ bilhões)	Reservas Internacionais (US\$ bilhões)	Taxa média de juros (%)
1970	5,3	1,2	-
1971	6,6	1,7	-
1972	9,5	4,2	-
1973	12,6	6,4	8,3
1974	17,2	5,3	5,5
1975	21,2	4,0	8,7
1976	26,0	6,6	9,3
1977	32,0	7,3	8,5
1978	43,5	11,9	8,5
1979	49,9	9,7	10,4
1980	53,9	6,9	13,4
1981	61,4	7,5	17
1982	70,2	3,9	17,1
1983	81,3	4,5	12,4
1984	91,1	11,9	12,9
1985	95,8	10,4	11,3
1986	101,7	6,7	9,8
1987	107,5	7,4	8,8
1988	102,5	9,1	10,5
1989	99,3	9,6	10,9

Fonte: CRUZ, 1984, p. 12; BARBOSA & DE LA CAL, 1992, p. 21.

O crescimento da dívida externa durante a década de 1970 foi resultado dos sucessivos *déficits* no comércio exterior, tanto na balança comercial como em conta corrente. Tais *déficits* eram financiados por meio de empréstimos internacionais que faziam parte de um movimento global, no qual um grande fluxo de capitais estrangeiros privados oriundos de centros financeiros (como Canadá, Japão e, especialmente, Grã-Bretanha) passaram a se destinar a diversos países subdesenvolvidos. Anteriormente, os financiamentos externos aos países do Terceiro Mundo eram feitos pelo governo dos Estados Unidos ou por instituições multilaterais, como o Banco Mundial. Por um lado, os países tomadores de empréstimos acreditavam que o financiamento externo privado era de baixo risco e proporcionaria uma aceleração do ritmo de crescimento de suas economias. Em contrapartida, no mercado financeiro internacional havia a crença de que os riscos de conceder crédito aos países subdesenvolvidos eram demasiadamente modestos, pois segundo representantes notáveis dos centros financeiros, 'países não iriam à falência'. Como resultado, a dívida externa dos países subdesenvolvidos, como México e Brasil, aumentou em média 20% ao ano durante uma década (KINDLEBERGER & ALIBER, 2013, p. 175).

A probabilidade de as dívidas dos grandes devedores latino-americanos – Argentina, México e Brasil – serem pagas era remota. No entanto, os bancos

continuariam a emprestar enquanto ganhassem juros sobre o montante da dívida. Quando, no início da década de 1980, os três países não tinham mais condições de arcar com os débitos, o sistema bancário ocidental esteve à beira do colapso (HOBSBAWM, 2010, p. 412).

O primeiro impulso para o aumento da dívida externa brasileira ocorreu entre 1969 e 1973, quando se iniciou uma trajetória de crescimento acelerado. Em grande medida, esse aumento estava relacionado às altas taxas de crescimento do produto interno e à premissa de que o endividamento externo era necessário para expandir uma economia em desenvolvimento. O segundo grande impulso para o crescimento da dívida ocorreu entre 1974 e 1976, devido ao lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em plena crise internacional, como forma de retomar as elevadas taxas de crescimento⁵¹. A dívida externa sofreu novo incremento em 1977 e 1978, quando passou a crescer a uma taxa média anual de 30%, resultado de um novo movimento do capital financeiro internacional em direção aos países subdesenvolvidos, despejando novos recursos externos na economia brasileira (CRUZ, 1984, p.13-23).

Dentre os países subdesenvolvidos, o Brasil era o maior devedor no mercado internacional, e cerca de metade da dívida deveria ser paga entre 1982 e 1985. Talvez mais importante, cerca de 70% da dívida fora contraída com juros flutuantes. Conseqüentemente, a elevação de um ponto percentual na taxa de juros internacional significava o aumento da dívida brasileira em cerca de 400 milhões de dólares. Em 1981, a dívida equivalia a cerca de 28% do PIB e a três vezes o valor das exportações daquele ano. A economia como um todo passou a ser administrada em função do setor externo, reduzindo a política econômica às tentativas de fechamento do balanço de pagamentos, sem dar a devida atenção à indústria, que passava por sua primeira crise aguda desde o início do processo de industrialização (MALAN, 1982, p. 9-24).

Para solucionar a crise, o Brasil, como muitos outros países latino-americanos, adotou um programa ortodoxo de estabilização da economia, desenvolvido por economistas brasileiros e aprovado pelo FMI. O programa consistiu basicamente em combater o *déficit* público, restringir o crédito e a oferta de moeda, além de contrair

⁵¹ Entre 1969 e 1973, a dívida externa teve grande impulso, pois empréstimos estrangeiros eram utilizados para viabilizar as altas taxas de crescimento do período. Esta possibilidade foi determinada, em grande medida, pelo movimento do capital financeiro internacional, que buscou nas economias subdesenvolvidas um meio para sua valorização, ofertando uma grande quantidade de crédito a prazos cada vez mais longos e *spreads* cada vez menores (CRUZ, 1984, p. 14- 18).

salários como forma de reduzir o consumo⁵². Porém, a inflação continuava a se acelerar.

Em 1985, chegava ao fim a Ditadura Militar com a transição para um governo civil. A segunda metade da década de 1980 seria marcada por sucessivos fracassos na tentativa de controlar as taxas de inflação, entre os quais, merecem maior destaque o Plano Cruzado (1986)⁵³, o Plano Bresser (1987)⁵⁴ e o Plano Verão (1989)⁵⁵. Em vista disso, o país teve que discutir o controle da inflação, deixando em segundo plano o crescimento econômico, a estrutura industrial e as questões sociais. Ao mesmo tempo, a capacidade do Estado em contornar a crise tinha a credibilidade minada a cada plano fracassado e a alta inflação estimulava uma danosa especulação financeira que acabou por transformar os padrões de acumulação da economia:

O aumento da inflação a partir dos choques externos encontrou na estrutura oligopolizada do sistema financeiro um importante mecanismo de sustentação e aprofundamento, exacerbado pela especulação financeira, que foi articulando os interesses do chamado capital produtivo com o capital especulativo. Quanto mais a inflação subia, maior era a realimentação financeira provocada pela rede de endividamento das empresas privadas e públicas e dos consumidores. O resultado foi uma carga financeira crescente sobre a renda líquida disponível dos agentes econômicos com pouco poder de barganha, especialmente os assalariados, os locadores de imóveis, como

⁵² É necessário destacar que Castro & Souza (1985, p. 13-26) questionam a interpretação de que o reequilíbrio econômico tenha acontecido em decorrência da política ortodoxa de ajuste, destacando que o coeficiente de importações teve redução significativa entre 1974 e 1982. Segundo os autores, a estrutura industrial brasileira teria demonstrado significativa capacidade de adaptação à conjuntura adversa e às políticas econômicas implantadas, uma vez que a produção industrial teve uma expansão de 7% em 1984, em decorrência da diminuição das importações e o concomitante aumento das exportações de produtos industriais, formando um superávit comercial de US\$ 13 bilhões (CASTRO & SOUZA, 1985, p. 13-26).

⁵³ O Plano Cruzado consistiu em: congelamento de preços e salários, a introdução de um novo padrão monetário (Cruzado - Cz\$) e a criação de uma tabela de conversão diária dos valores dos produtos. O programa reduziu a taxa de inflação a zero. Como consequência da estabilização dos preços, houve um aumento exponencial do consumo, sobre uma demanda já anteriormente reprimida, levando a capacidade produtiva da indústria próxima ao seu limite. Diante do consumo demasiadamente aquecido, logo surgiram os primeiros sinais de desabastecimento da economia. Em seguida, foi lançado o Plano Cruzado II que, na prática, foi uma brecha para o descongelamento de preços (CASTRO, 2005, p. 124-129; MODIANO, 1989, p. 357-365).

⁵⁴ O Plano Bresser manteve a estratégia de congelamento de preços do Plano Cruzado, tentando não repetir os erros do programa anterior: decidiu-se pela adoção de taxas de juros reais positivas para contrair o consumo e evitar problemas de estoque; procurou-se reduzir o *déficit* público por meio do aumento de tarifas administradas, eliminação de subsídios e corte de investimentos. O programa também teve sucesso inicial. Entretanto, após o fracasso dos Planos Cruzado I e II, a população não respeitou o congelamento pretendido (CASTRO, 2005, p. 129-131).

⁵⁵ O Plano Verão foi uma tentativa de redução dos gastos do governo por meio da demissão de funcionários públicos, privatizações de empresas estatais e ampla reforma administrativa. Foi introduzida uma nova moeda: o Cruzado Novo. O ajuste fiscal, na prática, não foi executado em decorrência das eleições de 1989 e da falta de credibilidade do governo após sucessivos fracassos no combate à inflação. Em geral, o plano pode ser considerado um fracasso, com a inflação alcançando sucessivos recordes, ultrapassando a taxa de 80% ao mês (CASTRO, 2005, p. 130-131; MODIANO, 1989, p. 371-381).

também as pequenas e médias empresas, além de empresas públicas cujos preços e tarifas eram controlados (LACERDA *et al.*, 2013, p. 217).

Dessa forma, os agentes econômicos se tornaram sócios da inflação, utilizando os títulos públicos, criados originalmente para permitir que o governo gerenciasse a liquidez da economia, como forma de obter alta rentabilidade com baixo risco e ainda se proteger contra a inflação. Aos poucos, a estratégia rentista resultou num sistema financeiro oligopolizado, concentrador de renda e de poder político, e ainda incapaz de financiar o setor produtivo (LACERDA *et al.*, 2013, p. 218).

O aumento da participação do setor financeiro na economia entre 1970 e 1989 pode ser observado na tabela 2.4, apresentada a seguir:

Tabela 2.4 Participação do setor financeiro no PIB brasileiro (em %)

Ano	1970	1975	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Produção	6,0	6,5	7,8	9,8	9,7	11,3	10,5	11,0	7,4	13,5	13,4	19,5

Fonte: QUADROS DA SILVA, 2000 *apud* LACERDA *et al.*, 2013, p. 147.

Os números acima demonstram que o setor financeiro triplicou de tamanho à medida que as altas taxas de inflação estimulavam a especulação financeira em detrimento do aumento da capacidade produtiva. Por outro lado, a tabela 2.5, a seguir, apresenta números sobre a dinâmica da produção industrial em diferentes períodos:

Tabela 2.5 Taxas médias anuais do crescimento da produção industrial no Brasil em períodos selecionados (%)

Período	1920-1939	1939-1949	1949-1959	1959-1970	1970-1975	1975-1980	1980-1985	1985-1992
Produção	6,3	7,9	9,3	7,2	10,7	7,3	-0,6	-0,9

Fonte: BONELLI, 1994, p. 2.

Destaca-se que, após décadas de crescimento a taxas significativas, a produção industrial sofreu retração durante a década de 1980, iniciando uma trajetória de dificuldades para o setor industrial que perdura até os dias atuais.

A seguir, veremos que as dificuldades econômicas dos anos 1980 permaneceram durante o início do decênio seguinte. A década de 1990 seria marcada pela estratégia de adoção de políticas econômicas baseadas nos pressupostos neoliberais e do Consenso de Washington, a exemplo do que ocorria em toda a América Latina. A privatização de empresas estatais, a abertura da economia e a desregulamentação de mercados provocaria uma intensa reestruturação produtiva.

Além disso, a década foi marcada pela adoção do Plano Real, em 1994, que conseguiu controlar a inflação, ao mesmo tempo em que retirava renda do trabalhador, criava uma combinação de juros altos e câmbio sobrevalorizado que aumentaram a vulnerabilidade externa, restringiram o crescimento econômico, deterioraram as contas públicas e tiveram impacto direto na possibilidade de o país manter uma indústria nacional.

2.3 A adoção do neoliberalismo (1990-1994)

O quadro de instabilidade e descontrole inflacionário, que caracterizou o fim dos anos 1980, continuou a ser o principal desafio econômico brasileiro no início do decênio seguinte, quando a crença de que a liberalização da economia poderia proporcionar desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida no Terceiro Mundo passou a nortear as políticas econômicas desses países. Acreditava-se que o crescimento econômico seria um fator decorrente da maior eficiência alocativa dos fatores de produção que a iniciativa privada poderia supostamente proporcionar.

No Brasil, a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, foi resultado da primeira consulta ao voto popular desde 1960. Collor derrotou políticos tradicionais com uma legenda partidária de pouca relevância por meio da utilização de uma extensa estratégia de *marketing*⁵⁶ que associou sua imagem à defesa dos mais pobres, ao combate à corrupção e à proposição de reformas. As expectativas em torno do novo governo eram grandes, tanto internamente⁵⁷, onde Collor tinha de se defrontar com a grave conjuntura econômica, quanto externamente⁵⁸. No entanto, seu

⁵⁶ Apesar de Collor ter sido considerado pela mídia brasileira e internacional como um representante da 'modernidade', seu governo demonstrou a subtração do Estado por um oligarca, oriundo de proeminente família de grandes proprietários rurais de Alagoas (EVANS, 2004, p. 98)

⁵⁷ Além de a taxa de inflação ter alcançado 80% ao mês, era grave a situação fiscal do governo, cujos gastos haviam se expandido muito. Ao mesmo tempo, houve significativa retração na arrecadação de impostos ao longo da década de 1980. O *déficit* operacional do setor público representava 6,9% do PIB em 1989 e as reservas internacionais eram praticamente inexistentes (ABREU & WERNECK, 2014, p. 314).

⁵⁸ No cenário externo, a expectativa era de que o novo governo reposicionaria o país internacionalmente, por meio da construção de uma agenda positiva com os Estados Unidos e, principalmente, descaracterizando o perfil terceiro-mundista adotado pelo país nos anos anteriores por meio da adoção de um discurso que interpretava o fim da guerra fria como uma fonte de oportunidade e não de distanciamento e aumento das disparidades entre o Norte e o Sul global (HIRST & PINHEIRO, 1995, p. 6)

governo seria caracterizado pelo Plano Collor⁵⁹ e o sequestro de liquidez⁶⁰, por escândalos de corrupção e por sua deposição em um processo de *impeachment*.

O cenário de mais de uma década de crise havia atrasado tecnologicamente o setor industrial, tornando o maquinário, os equipamentos e os métodos administrativo-gerenciais obsoletos, se comparados aos padrões internacionais, especialmente em uma época em que a informática⁶¹, a microeletrônica, a automação, as telecomunicações, a biotecnologia e novas fontes de materiais e energia alteravam o padrão industrial. Os produtores locais tiveram de passar a conviver com as novas condições criadas por uma abertura econômica sem adaptação dos fatores de competitividade, incluindo uma taxa de câmbio flutuante⁶² aplicada pelo Plano Collor. Ao mesmo tempo em que os consumidores tinham maior disponibilidade de bens e serviços, o parque industrial tinha de lidar com dificuldades como taxa de juros elevada, excessiva burocracia, tributação e carência de infraestrutura (LACERDA *et al.*, 2013, p. 266), além da concorrência direta com produtos estrangeiros, que muitas vezes eram mais baratos e de maior qualidade.

⁵⁹ O Plano Collor (1990) reintroduziu o Cruzeiro como padrão monetário e impôs um novo congelamento de preços. Após sucessivos programas de estabilização semelhantes, as medidas anunciadas foram desrespeitadas. O programa também buscou aumentar a arrecadação por meio da eliminação de benefícios sociais, incentivos fiscais e pelo aumento de impostos, entre eles o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF). Implementou-se ainda um regime de câmbio flutuante. O corte de gastos extinguiu um alto número de ministérios (de 23 para 12, incluindo o fim do Ministério do Planejamento), autarquias, fundações e ainda promoveu uma campanha para demissão de funcionários públicos. Entretanto, a medida que marcou o plano foi o sequestro de liquidez (CASTRO, 2005b, p. 143)

⁶⁰ O sequestro de liquidez consistiu no bloqueio por um prazo inicial de 18 meses de todas as aplicações financeiras que ultrapassassem NCr\$ 50.000 (cruzados novos), o que correspondia a US\$ 1.200 e atingia até mesmo os pequenos poupadores. O bloqueio possuía um caráter recessivo propositalmente extremo e foi considerado uma intervenção estatal inadmissível, pois, na prática, destruía a credibilidade do sistema financeiro nacional (CASTRO, 2005b, p. 148-149). Para efeitos de análise, o sequestro representava 80% dos meios de pagamentos (tanto de oferta de moeda como também de ativos financeiros) ou, em outros termos, 30% do PIB (PASTORE, 1991, p. 157-171). O sequestro da liquidez teve como consequência uma recessão que levou à queda de 4,3% do PIB, em 1990. Essa retração teve maiores dimensões no setor industrial, com uma redução de 8,2%, que se deu em todas as categorias, mas especialmente no setor de bens de capital (CASTRO, 2005b, p. 158).

⁶¹ Collor também foi responsável por iniciativas de desmonte da indústria de informática e pelo fim do projeto nuclear brasileiro (VIZENTINI, 2008, p. 83), setores estratégicos que se tornariam, em decorrência de avanços tecnológicos, fundamentais para a produção de manufaturados.

⁶² A situação econômica se agravou com a implantação de um regime cambial flutuante, sob uma taxa sobrevalorizada não somente em relação ao dólar, mas também ao iene japonês e às moedas europeias. A estratégia, nesse caso, era controlar os preços domésticos, reduzindo artificialmente a taxa de inflação por meio de uma taxa de câmbio sobrevalorizada. Ao adotar o regime cambial livre e reduzir drasticamente a disponibilidade de moedas e ativos financeiros após o sequestro de liquidez promovido, a conjuntura econômica passou a desestimular as exportações e a promover a recessão (PASTORE, 1991, p. 158-159).

Ainda em 1988, o Brasil havia iniciado a sua abertura comercial com a eliminação de controles quantitativos e administrativos sobre as importações, processo que se intensificou a partir de 1990. O aparente esgotamento do modelo substitutivo de importações e as mudanças dos mercados internacionais contribuíram para a redução gradativa das tarifas de importação e das barreiras não-tarifárias aos produtos importados.

A política de comércio exterior durante o governo Collor merece destaque, pois provocou profundas transformações nas condições impostas à indústria⁶³. Além da adoção de uma taxa de câmbio livre, ocorreu a modificação da política de importações⁶⁴. As listas de produtos que tinham importações suspensas foram extintas, liberando a entrada de cerca de 1.300 produtos com similares nacionais ou considerados supérfluos. As barreiras de proteção tarifária e os regimes especiais de importação⁶⁵ foram eliminados, com exceção da Zona Franca de Manaus. Dessa forma, os controles quantitativos foram substituídos por controles tarifários e alíquotas razoavelmente baixas (CARNEIRO, 2002, p. 313; CASTRO, 2005b, p. 147).

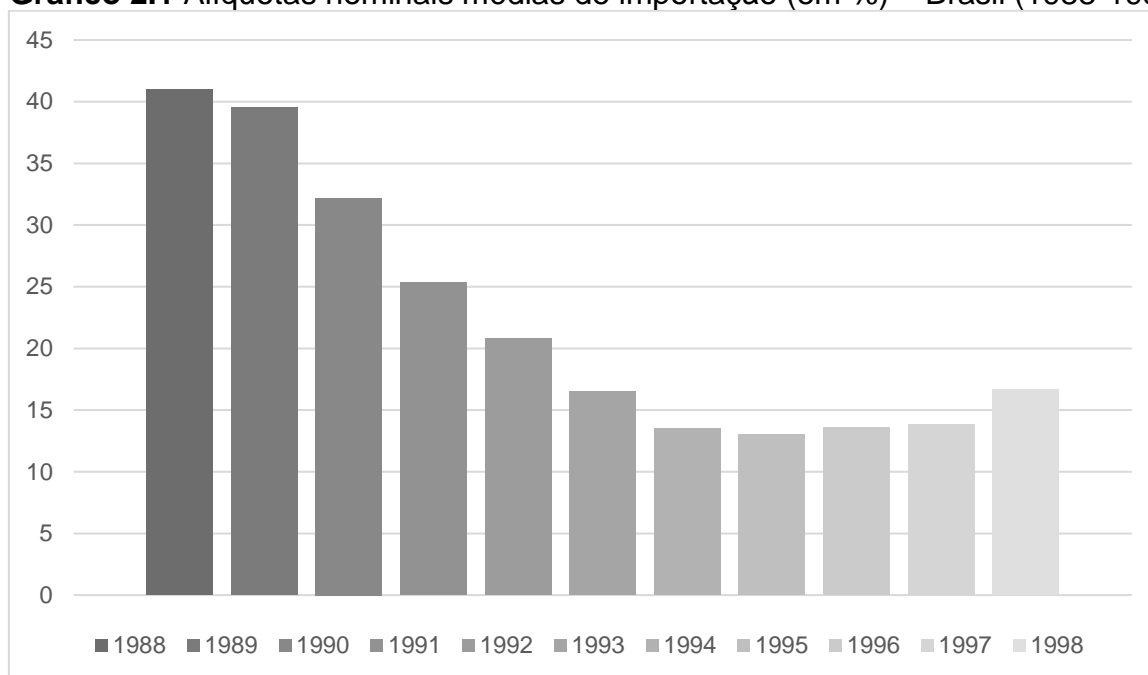
A diminuição das alíquotas de importação, no período que se estende de 1988 a 1998, pode ser observada no gráfico 2.1, a seguir:

⁶³ Em 1990, Collor introduziu uma política industrial às avessas. A Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) promoveu a exposição da indústria brasileira à competição internacional por meio da redução de tarifas, eliminação de subsídios e instrumentos não tarifários de proteção (CANO & SILVA, 2010, p. 3)

⁶⁴ A esse respeito, quatro episódios merecem destaque: a) em 1988-1989, a tarifa média nominal para as importações foi reduzida de 57,5% para 32,1%; b) em 1990-1993 decidiu-se pela redução das barreiras não-tarifárias, eliminando a proibição de importações de milhares de produtos, bem como dos regimes especiais de importação, utilizados para discriminar a relevância das importações em diferentes coberturas cambiais; c) em 1991-1994, foi acordado um cronograma de redução tarifária, que culminou na diminuição da tarifa média de importação de 32,2%, em 1990, para 14,2%, no início de 1994; e d) como forma de impor um controle mais rígido aos preços dos produtos nacionais, a implantação do Plano Real reduziu a tarifa média nominal para 11,2%, no segundo semestre de 1994 (ABREU & WERNECK, 2014, p. 324-325).

⁶⁵ Os regimes especiais de importação eram utilizados para discriminar a relevância das importações em diferentes coberturas cambiais. O mecanismo isentava, por exemplo, bens de informática e insumos que eram importados para serem utilizados na produção nacional.

Gráfico 2.1 Alíquotas nominais médias de importação (em %) – Brasil (1988-1998)



Fonte: FAZENDA, 1994 *apud* LACERDA *et al.*, 2013, p. 182.

A liberalização iniciada em 1990 suprimiu a política industrial que logrou a industrialização do país, anteriormente baseada na expansão da capacidade produtiva por meio do modelo substitutivo de importações⁶⁶. A nova política industrial passou, ao menos no discurso, a priorizar a questão da competitividade com base no aumento da eficiência e na modernização da indústria nacional. A estratégia da nova política incluía a redução da proteção tarifária, a eliminação de incentivos e subsídios e a exposição da indústria à competição internacional (LACERDA *et al.*, 2013, p. 273).

A indústria nacional, que já havia passado por mudanças durante as crises da década de 1980, quando aumentou sua relação com o mercado financeiro e ampliou seus ganhos não operacionais, novamente teve que ajustar-se às condições econômicas. Dessa vez, a reestruturação da década de 1990 ocorreu diretamente no processo produtivo, o que envolveu a redução da diversificação de linhas de produção e concentração em produtos mais competitivos, a terceirização de atividades e a implantação de controles de produtividade e qualidade. As deficiências mais comuns no setor eram a lentidão em responder às alterações na demanda e na necessidade de flexibilizar a produção, bem como a qualidade e o despenho dos produtos nacionais serem inferiores aos similares estrangeiros. Em outras palavras, as indústrias tiveram

⁶⁶ Não há consenso sobre a data na qual o modelo de substituição de importações teve fim. Autores como Maria da Conceição Tavares (1983), consideram que o modelo foi liquidado com o golpe de 1964.

que concentrar-se em suas atividades principais, eliminando plantas e linhas de produção secundárias. Além disso, terceirizaram atividades como limpeza, vigilância, transporte, cozinha e manutenção de equipamentos (LACERDA *et al.*, 2013, p. 274-275).

A década de 1990 também foi um período marcado pelas privatizações de empresas estatais produtivas, consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Até 1989, as privatizações envolveram apenas empresas de pouca relevância, cujas criação e sobrevivência foram garantidas pela atuação estatal. No governo de Fernando Collor, as privatizações tiveram curso sob o comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), envolvendo, primeiramente, mercados de concorrência aberta, como empresas de fertilizantes, petroquímica, mineração e siderurgia. Logo após, a privatização passou a abranger os monopólios que exploravam os serviços públicos, como telecomunicações e eletricidade⁶⁷ (ABREU & WERNECK, 2014).

Entretanto, o impacto da venda das empresas estatais para as finanças públicas era nulo, uma vez que eram utilizadas ‘moedas podres’⁶⁸ como meio de pagamento. Para efeitos de demonstração, basta lembrar que a Usiminas era uma empresa financeiramente saudável e de importância estratégica na cadeia produtiva industrial brasileira, com investimentos estimados em US\$ 10 bilhões. Foi vendida por US\$ 1,1 bilhão em ‘moedas podres’. O governo arrecadou, de fato, nessa privatização, apenas 83 mil cruzeiros o que equivalia a apenas mil dólares no câmbio do dia da operação e uma parte insignificante do valor real da empresa (OLIVEIRA, 1992, p. 74).

Os dados da tabela abaixo demonstram o resultado das privatizações no período que se estende de 1991 a 2001:

⁶⁷ Em setores como telecomunicações e eletricidade, a tecnologia brasileira havia atingido os mesmos níveis daqueles de países desenvolvidos e, no entanto, a alienação do patrimônio público transformou o conhecimento científico nessas áreas em um esforço inútil, uma vez que a aplicação de *know-how* se tornou ociosa (CERVO & BUENO, 2010, p. 459-460).

⁶⁸ Para a compra das estatais, eram utilizados cruzados novos retidos no Banco Central, títulos vencidos da dívida pública externa, títulos de crédito da Siderbrás (Siderúrgica Brasileira), títulos da dívida agrária, obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, entre outros recursos não monetários que não possuem valor no setor público (OLIVEIRA, 1992, p. 74-75).

Tabela 2.6 Resultado das privatizações pelo Programa Nacional de Desestatização (PND)⁶⁹ no âmbito federal – 1991-2001 (US\$ bilhões)

Período	Nº de privatizações	Resultados das vendas	Transferências de débitos	Total
1991	4	1,61	0,37	1,98
1992	14	2,40	0,98	3,38
1993	6	2,62	1,56	4,18
1994	9	1,96	0,35	2,31
1995	8	1,00	0,63	1,63
1996	11	4,08	0,67	4,75
1997	4	4,26	3,56	7,82
1998	5	1,66	1,08	2,74
1999	2	0,13	0	0,13
2000	3	7,67	0	7,67
2001	2	1,19	0	1,19
Total	68	28,48	9,20	37,78

Fonte: BNDES *apud* LACERDA *et al.*, 2013, p. 194.

O sentido geral da política econômica foi, durante o período, dar curso às privatizações, e não incentivar um ajuste da indústria às novas condições macroeconômicas⁷⁰. A intenção não era diminuir a atuação do Estado na economia ou a simples venda de ativos públicos, a privatização tinha como fim a transferência de recursos para o âmbito privado, produzindo uma perda maciça do patrimônio público⁷¹ (OLIVEIRA, 1992, p. 73-74). Assim, moldava-se um novo padrão econômico de financiamento:

Trata-se de moldar um novo padrão de financiamento da economia com os signos trocados: ao invés de recursos públicos para constituir empresas estatais, utilizar os recursos públicos para constituir um novo e poderoso bloco de capitais privados que possa assumir o papel líder e hegemônico do processo de acumulação (OLIVEIRA, 1992, p. 74).

Em suma, no governo de Fernando Collor foram dados importantes passos no processo de introdução do ideário neoliberal no Brasil, incluindo privatizações,

⁶⁹ O PND foi criado em 1990, durante o governo Collor, com o objetivo de intensificar as privatizações no âmbito federal (LACERDA *et al.*, 2013, p. 191).

⁷⁰ Por outro lado, Lavínia Barros de Castro (2005b, p. 146) argumenta que a recuperação da indústria era uma prioridade do governo, não apenas evidenciada pelo PICE, como também pela visão da equipe econômica de que a recuperação da economia poderia ser alcançada apenas a partir da diminuição do atraso industrial e do controle da inflação. A autora argumenta que, de fato, a abertura comercial, financeira e o conceito de competitividade defendido pelo governo eram uma quebra de paradigma para uma indústria constituída por meio de diversos instrumentos protectionistas e de reserva de mercado. No entanto, apesar de os gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) terem aumentado de 0,5% do PIB em 1989 para 1,3% em 1994 (CASTRO, 2005b, p. 146), como resultado do PICE, o programa acabou por ter maiores impactos apenas no que se refere às privatizações, à eliminação de tarifas e ao comércio exterior.

⁷¹ E, no fim, os recursos levantados pelas privatizações foram gastos em despesas de custeio da máquina pública, sem benefícios para os setores estratégicos para o desenvolvimento da economia nacional (CERVO & BUENO, 2010, p. 459-460).

abertura comercial e desregulamentação financeira. As políticas do governo eram uma demonstração de como o neoliberalismo podia ser combinado ao poder oligárquico tradicional sintetizado na figura de Collor, impactando na estrutura do Estado em diferentes níveis, tanto nas instituições públicas ineficientes como também nas eficientes, reduzindo a produtividade e a capacidade de ação do poder público. Ao mesmo tempo, o governo demonstrava uma aversão ao capitalismo organizado, sabotando a legitimidade do Estado com sucessivos escândalos de corrupção (SCHNEIDER, 1991, p. 329-332; EVANS, 2004, p. 98-99).

Apesar de sua campanha eleitoral ter sido construída com a retórica do combate à corrupção e de denúncia dos ‘marajás’ do serviço público, a administração de Collor teve fim quando ainda não havia cumprido metade do mandato e, ironicamente, em decorrência de acusações de corrupção (ABREU & WERNECK, 2014, p. 313). Collor renunciou ao mandato após sua situação ter se tornado insustentável, antes que se consumasse sua cassação em um processo de *impeachment*, em 1992, o que conduziu o vice-presidente Itamar Franco à presidência da República.

2.4 O Plano Real (1994)

Após a deposição de Fernando Collor, Itamar Franco ocupou a presidência⁷² e, com a instabilidade econômica agravada pelo trauma político de um processo de *impeachment*, buscou atrelar seu mandato ao programa de estabilização batizado como Plano Real⁷³. A coordenação do Plano coube ao Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se tornaria uma figura forte dentro do governo e, depois do sucesso do Real, seria eleito Presidente da República por dois mandatos consecutivos.

Após diversas tentativas fracassadas de estabilização, as incertezas quanto ao novo plano eram muitas. Temia-se um novo congelamento de preços e salários, ou até mesmo medidas similares ao congelamento de ativos financeiros. A experiência

⁷² Ao todo, Franco ocupou a presidência por quase 27 meses, em meio a uma crise deixada pelo trauma político criado pelo *impeachment* e que agravava o quadro econômico desfavorável. Nos primeiros sete meses de seu governo, Franco nomeou quatro ministros da Fazenda, que tiveram tempo médio de permanência de apenas 75 dias (ABREU & WERNECK, 2014, p. 319-321).

⁷³ No plano externo, Franco deu continuidade às políticas iniciadas por Collor, tentando inserir o país como sócio privilegiado dos Estados Unidos no processo de reorganização regional e global, destacando que o Brasil tinha múltiplos interesses na globalização da economia mundial e tornando-se um defensor da institucionalização de um regime de comércio multilateral (HIRST & PINHEIRO, 1995, p. 10-11).

de ficar sem dinheiro até para as compras mais imediatas traumatizou grande parte da sociedade, que passou a resistir a qualquer programa com medidas mais heterodoxas⁷⁴ (SINGER, 1999, p. 28; ABREU & WERNECK, 2014, p. 319-322).

A implantação do Plano foi precedida de uma reforma monetária convencional, que cortou três zeros do cruzeiro e passou a denominá-lo como cruzeiro real. A estratégia de implementação foi previamente anunciada, envolvendo três etapas: a) a aplicação de um ajuste fiscal significativo; b) a criação da Unidade Real de Valor (URV), uma unidade de conta que conviveria temporariamente com o cruzeiro real; e c) uma nova reforma monetária extinguiria o cruzeiro real e transformaria a unidade de conta em meio de pagamento, ou seja, a URV seria transformada em uma nova moeda, o Real (ABREU & WERNECK, 2014, p. 319-322). O modelo formulado para a URV consistia em uma desindexação geral da economia, como forma de solucionar os conflitos distributivos decorrentes do processo inflacionário e das diversas regras de indexação às quais a economia estava submetida (SINGER, 1999, p. 26-29).

O ajuste fiscal do Plano Real abrangeu o aumento de tributos e a criação do Fundo Social de Emergência, mecanismo que tinha o objetivo de reduzir a rigidez orçamentária dos gastos sociais (ABREU & WERNECK, 2014, p. 322-323), o que era negativamente facultado ao governo pela Constituição de 1988, conforme a Exposição Interministerial de Motivos, de 30 de junho de 1994 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1994). A implementação do Plano Real foi feita por Rubens Ricupero, após a saída de FHC para disputar as eleições para a presidência da República de 1994.

A URV vigorou por quatro meses, eliminando gradualmente a indexação e a sensação de perda inflacionária dos grupos sociais por meio da correção de todos os preços, salários e demais valores pelo mesmo indexador. O mecanismo serviu como transição do cruzeiro real para o real, possibilitando que a conversão dos preços pudesse ser feita de forma gradual, ampla e descentralizada.

A legislação que introduziu a URV em março determinou que novos contratos teriam de ser feitos em URV, mas apenas facultou às partes interessadas a conversão dos contratos existentes. [...] isso criou incentivos potentes para que, de março a junho, por toda a economia, empresas tentassem renegociar

⁷⁴ Os diversos planos de combate à inflação que foram aplicados em outros países latino-americanos, como Argentina e México, apesar de suas especificidades, têm como semelhança a proximidade com o receituário neoliberal: austeridade e ajuste fiscal, medidas de desindexação da economia, transferência do patrimônio público para o setor privado, o uso da taxa de câmbio como instrumento de combate à inflação, abertura da economia às importações por meio da redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, e a abertura financeira como estímulo à entrada de capital estrangeiro (BATISTA JR., 1996, p. 129-130).

seus contratos com fornecedores e clientes para fixar preços em URV. Essa ampla e descentralizada conversão prévia de preços, baseada na livre negociação, preparou o sistema de preços para uma passagem suave pela reforma monetária que extinguiria o cruzeiro real e converteria a URV em real (ABREU & WERNECK, 2014, p. 323).

O plano foi concebido com a ideia de que a estabilidade seria alcançada por meio de várias 'âncoras'. Para isso, foi estabelecida uma âncora cambial, que consistia em uma taxa de câmbio sobrevalorizada que era teoricamente assegurada pelo volume de reservas internacionais. Em segundo lugar, foi criada uma âncora fiscal, garantida pela desvinculação dos gastos do governo propiciada pelo Fundo Social de Emergência. Por último, a terceira âncora seria o controle da política monetária, baseada na manutenção de taxa de juros elevadas (ABREU & WERNECK, 2014, p. 323). O Real consistia na ideia de compressão extrema da demanda, estrangulada por medidas recessivas que estancaram o aumento de preços (SINGER, 1999, p. 27).

A âncora cambial foi um fator decisivo para a estabilidade dos preços. Na véspera da implementação do Real, o governo liberou uma nova lista de produtos para importação, levando a abertura iniciada por Collor a um novo patamar. Ao mesmo tempo, a taxa cambial foi fixada em US\$ 1 = R\$ 1, ou seja, o valor da nova moeda foi estabelecido em paridade com a moeda estadunidense. O mercado interno foi aberto de forma acentuada e unilateral⁷⁵ para os produtos importados, lotando as prateleiras de lojas e supermercados com uma grande variedade de artigos estrangeiros⁷⁶. Essa abertura representou um choque para a nossa indústria, pois a maioria dos produtos importados era originária de países asiáticos, que tinham preços reduzidos pelo baixo custo da força de trabalho⁷⁷. Como consequência, os preços dos artigos industriais

⁷⁵ Para efeitos de demonstração, a importação de bens de capital representava 20% da produção doméstica em 1990 e evoluiu para quase 100% em 1998. No mesmo período, a proporção dos produtos importados aumentou de 5,7% para 20,3%, enquanto a proporção da produção que era exportada elevou-se de 8% para 14,8% no mesmo período. Dessa forma, a abertura econômica não representou a conquista de novos mercados no exterior, indicando que a globalização, ao contrário do que esperava o discurso neoliberal, promoveu retrocessos quanto à diversificação e à dependência externa da estrutura produtiva brasileira (CARNEIRO, 2002, p. 315-316).

⁷⁶ Apesar das expectativas de que a indústria brasileira se tornaria mais competitiva ao ponto de conquistar mercados no exterior, o que alavancou o investimento da indústria foi o mercado doméstico, que concentrou 90% dos investimentos entre 1990 e 2002 (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 44).

⁷⁷ A questão das condições sociais de trabalho foi um dos temas que emergiram no comércio internacional com o nome de *dumping* social. Segundo os países desenvolvidos, os baixos custos da força de trabalho em determinadas nações geravam condições desiguais de competitividade no comércio internacional e, portanto, medidas retaliatórias poderiam ser aplicadas como forma de corrigir essas distorções (HIRST & PINHEIRO, 1995, p. 13)

sofreram forte contração, uma vez que a concorrência externa obrigava as indústrias brasileiras a baixar seus preços de forma acentuada (SINGER, 1999, p. 31).

A sobrevalorização do real sem dúvida acentuou a deflação dos preços industriais ao baratear ainda mais os produtos importados. O que fez a alegria dos consumidores, mas agravou as dificuldades dos produtores nacionais. Ao mesmo tempo, estimulou o aumento das importações e a redução das exportações. Passamos a ter *déficits* crescentes na balança de mercadorias, cobertos com empréstimos externos e investimentos diretos do exterior. O que serviu para ampliar, pouco depois, o *déficit* na balança de serviços, onerada por crescentes remessas ao exterior de juros e rendimentos (SINGER, 1999, p. 32).

Desde a implantação do Real, em 1994, o país mantém uma política de câmbio e juros hostis ao investimento produtivo, num sentido em que a combinação desestimula o crescimento da indústria manufatureira, enquanto impulsiona investimentos financeiros. A situação foi agravada pela crise cambial de 1999, quando o governo promoveu a desvalorização do Real frente ao dólar e implantou o câmbio flutuante. Tais medidas geraram instabilidade econômica e desconfiança de instituições internacionais, o que fez o governo adotar um regime que ficou conhecido como tripé macroeconômico, pelo qual combinam-se metas de inflação, *superávits* primários e câmbio flutuante (WERNECK, 2014, p. 349-350).

Pelo regime de metas de inflação, o processo decisório do Banco Central em relação à taxa básica de juros da economia é hipoteticamente tomado com base na expectativa da taxa de inflação. O histórico do regime de metas de inflação pode ser observado na tabela 2.7, a seguir:

Tabela 2.7 Histórico do regime de metas de inflação, IPCA e variação do PIB (1999-2014)

Ano	Meta	Banda	Limites (Inferior e Superior)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)	Variação do PIB (*)
1999	8	2	6-10	8,94	0,5
2000	6	2	4-8	5,97	4,4
2001	4	2	2-6	7,67	1,4
2002	3,5	2	1,5-5,5	12,53	3,1
2003	3,25	2	1,25-5,25	9,3	1,1
	4	2,5	1,5-6,5		
2004	3,75	2,5	1,25-6,25	7,6	5,8
	5,5	2,5	3-8		
2005	4,5	2,5	2-7	5,69	3,2
2006	4,5	2	2,5-6,5	3,14	4,0
2007	4,5	2	2,5-6,5	4,46	6,1
2008	4,5	2	2,5-6,5	5,90	5,1
2009	4,5	2	2,5-6,5	4,31	-0,1
2010	4,5	2	2,5-6,5	5,91	7,5
2011	4,5	2	2,5-6,5	6,50	4,0
2012	4,5	2	2,5-6,5	5,84	1,9
2013	4,5	2	2,5-6,5	5,91	3,0
2014	4,5	2	2,5-6,5	6,41	0,5

Fontes: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018; (*) IBGE, 2018.

Observe-se que no regime de metas, caso a inflação esteja acima da meta, o Banco Central atua subindo os juros como forma de controlá-la, ao passo que, se a mesma está abaixo da meta, o Banco Central poderia, em tese, reduzir a taxa básica de juros.

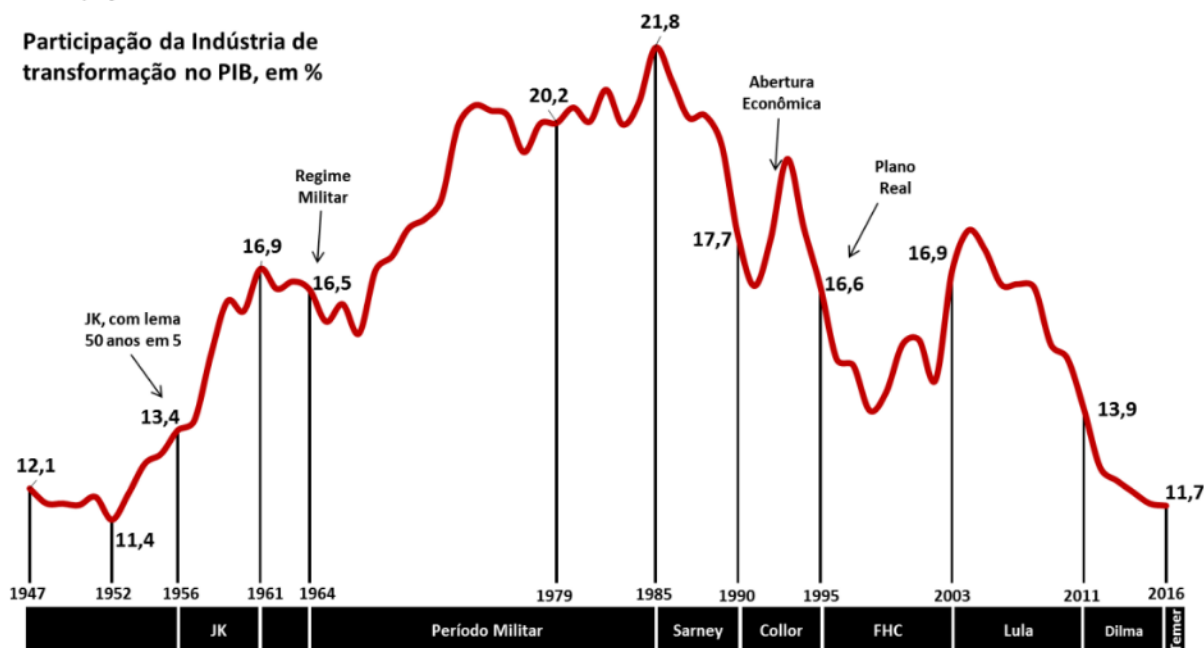
A moeda valorizada e o juro básico elevado formam um quadro atraente aos especuladores do mercado financeiro global. Em contrapartida, a carteira de investimentos financeiros contribui para aprofundar a situação de apreciação do câmbio. A valorização da moeda foi amplamente usada para manter a taxa de inflação sob controle, prejudicando as exportações de manufaturas e inundando o país com manufaturados importados (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017, p. 21).

As taxas de juros muito elevadas tonaram-se uma distorção interna, estimulando investidores estrangeiros a realizar investimentos diretos de curto prazo e causando volatilidade e apreciação cambial (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017, p. 58). A indústria sucumbiu diante do rentismo, não suportando o peso dos juros elevados e da taxa de câmbio apreciada. Dessa forma, grande parte da estrutura industrial brasileira foi inviabilizada, reduzindo sua participação no PIB nacional de 21,8% em 1985 para 11,7% em 2016, segundo a metodologia de Bonelli & Pessoa (2010), que pode ser observada na ilustração abaixo:

Figura 2.1 Participação da Indústria de Transformação no PIB, segundo a metodologia de Bonelli & Pessoa (2010)⁷⁸: 1947-2016

CRISE NA INDÚSTRIA

Participação do setor em 2016 é o mais baixo desde 1952



Fonte: IBGE, várias datas. Elaboração: FIESP/DEPECOM, 2018, p. 6.

A China executou uma estratégia distinta daquela adotada no Brasil para se ajustar às transformações da economia global. Enquanto o Brasil suprimia seu projeto de desenvolvimento nacional em nome da globalização, as lideranças chinesas perceberam que a economia mundial se movimentava em torno da competitividade buscada pelas grandes corporações transnacionais. Criou-se uma intensa associação entre o modelo chinês de desenvolvimento e as transformações financeiras e organizacionais chamadas de globalização (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017, p. 21-25). Dessa forma, a estratégia chinesa consistiu na industrialização acelerada e em beneficiar-se das vantagens domésticas decorrentes de seu gigantismo (amplo mercado consumidor, grande oferta de mão de obra etc.) nos novos padrões de concorrência global.

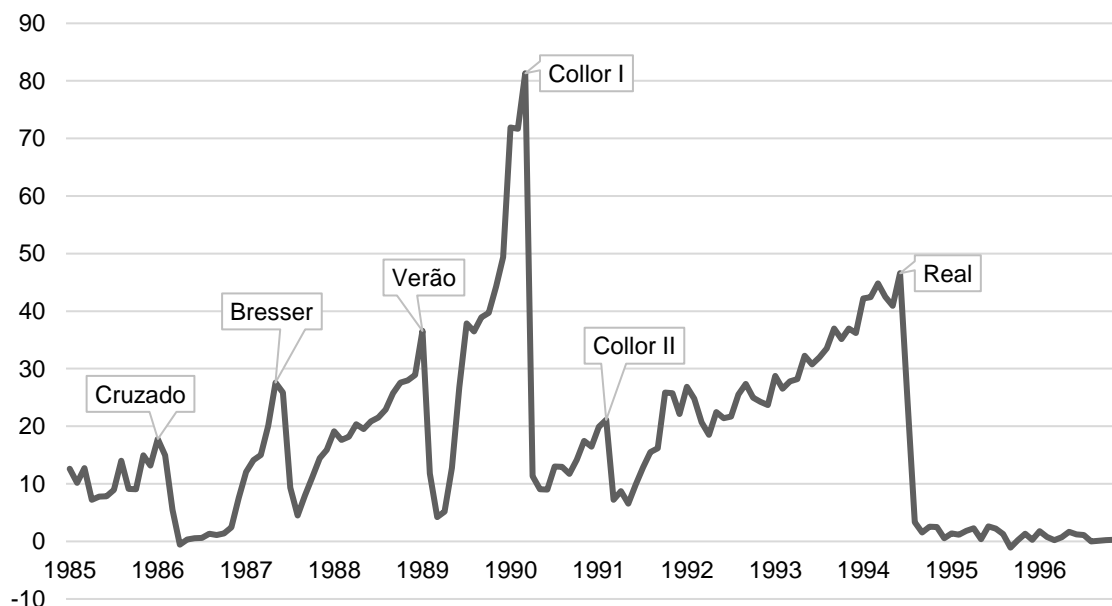
Apesar do diagnóstico da equipe econômica, de que a principal causa da inflação brasileira eram as contas públicas, o que diferenciou o Plano Real das tentativas que o antecederam foi que o ajuste fiscal não teve papel fundamental no

⁷⁸ O método elaborado pelos autores revisa os números relativos à participação da indústria de transformação no PIB, evitando distorções ao considerar as mudanças metodológicas ocorridas em 1989, 1994 e 1996.

controle da inflação. O diferencial do Plano Real foi priorizar a necessidade de desindexação da economia (o que ocorreu apenas parcialmente, uma vez que foi dada prioridade à desindexação de salários), como foi observado pela criação da URV, o que possibilitou a eliminação da inércia inflacionária (CASTRO, 2005b, p. 152-155). Além disso, o sucesso do Plano estava também relacionado ao movimento internacional de redução das taxas de inflação e à decisão antecipada de quem perderia com o Plano: os trabalhadores.

O comportamento dos preços e o desempenho dos diferentes planos de combate à inflação podem ser observados no gráfico 2.2, a seguir:

Gráfico 2.2 Inflação – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) – jan/1985-dez/1996 (% mensal)



Fonte: FGV & IPEADATA, 2017. Elaboração do autor.

No que tange ao comportamento da inflação, após o Plano Real as taxas seguiram o mesmo padrão dos planos anteriores, caindo vertiginosamente após o choque de estabilização. Entretanto, ao contrário das tentativas de estabilização antecedentes, a inflação não voltou a se acelerar nos meses seguintes. O sucesso do controle de preços alcançado a partir do Plano Real teve como principal desdobramento político o enorme apoio popular ao plano, o que levou à vitória de Fernando Henrique Cardoso na eleição presidencial de outubro de 1994, em primeiro turno.

2.5 Modernização Conservadora (1994-2002)

Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) foram marcados por um processo radical de liberalização da economia brasileira, que introduziu novos elementos aos quais as empresas industriais tiveram de se ajustar e que resultaram na adoção de uma reação defensiva das indústrias às condições econômicas adversas. Os principais elementos que forçaram transformações na indústria brasileira foram a abertura comercial, as privatizações⁷⁹, as restrições à propriedade intelectual⁸⁰, a introdução de novas regras aos investimentos estrangeiros, as taxas de crescimento econômico reduzidas e a eliminação de tarifas, subsídios e incentivos ao setor industrial.

Estes elementos introduzidos na economia brasileira baseavam-se na visão neoliberal, que apontava o desenvolvimentismo como responsável pela perda de dinamismo das economias latino-americanas. Apesar de o desenvolvimentismo ter dado curso à industrialização do país, argumentava-se que a falta de concorrência provocada pela excessiva regulação estatal e pela proteção tarifária prejudicaria o aumento da produtividade e a incorporação do progresso técnico. A estratégia do novo modelo seria então induzir a modernização da estrutura produtiva por meio da abertura da economia e da superação da oposição entre mercados interno e externo (CARNEIRO, 2002, p. 309-310).

O Plano Real, ao pôr fim ao regime de alta inflação, impôs novos desafios à política econômica, como a deterioração do quadro fiscal, os desequilíbrios do setor bancário e a utilização das taxas de câmbio e de juros como âncoras que asseguravam a estabilidade econômica, ao mesmo tempo que dificultavam a retomada do crescimento econômico. Contudo, o aspecto mais importante surgido após a adoção do Plano Real foi a crescente vulnerabilidade externa⁸¹, com o país

⁷⁹ Sobre o processo de desmonte do Estado brasileiro, ver Biondi (2014).

⁸⁰ Em geral, as empresas industriais não conseguiram expandir seus investimentos em inovação, tal como vinha ocorrendo intensamente nos países desenvolvidos, o que fez que o setor permanecesse dependente do licenciamento internacional (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 46).

⁸¹ Aos poucos, tornou-se evidente que o principal desafio da economia brasileira deixou de ser o controle da inflação e passou a ser a vulnerabilidade externa, agravada por sucessivos ataques especulativos à economia. O governo conseguiu conter a fuga de capitais especulativos somente por meio da indução de recessões, sacrificando qualquer expectativa de crescimento econômico (SINGER, 1999, p. 34). Isso ficaria evidente durante os diversos choques externos aos quais a economia foi submetida, conforme já foi apontado: após a Crise Mexicana (1994), logo no início do primeiro mandato, o governo de FHC seria atingido pela Crise Asiática (1997), a Crise Russa (1998), a crise da

dependendo cada vez mais de recursos estrangeiros para suprir suas necessidades de obter moedas fortes, ficando suscetível a qualquer alteração do cenário internacional (LACERDA *et al.*, 2013, p. 279-281).

Os dados sobre a entrada de recursos externos, mais especificamente os investimentos estrangeiros diretos (IED), podem ser observados na tabela 2.8, a seguir:

Tabela 2.8 Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil, indicadores selecionados (1976-2000)

Ano	IED no Brasil como % do PIB mundial	IED/PIB (%)	IED/FBCF (%)
1976-1985	5,3	0,7	3,3
1986-1994	1,1	0,2	1,1
1995	1,7	0,8	3,8
1996	2,7	1,4	7,0
1997	3,9	2,3	11,7
1998	4,1	3,6	18,4
1999	2,9	5,9	31,3
2000	2,6	5,7	30,6

Fonte: BIELSCHOWSKY, 2002, p. 31.

Dessa forma, todas as variáveis da economia, incluindo o crescimento econômico e a geração de emprego, ficaram em segundo plano. A prioridade era o financiamento externo e, assim, o IED e as privatizações adquiriram papel fundamental para a obtenção desse financiamento (LACERDA *et al.*, 2013, p. 279-281).

A estabilidade alcançada com o Real foi possível por meio da adoção de várias 'âncoras': cambial, fiscal e monetária. Ou seja, o Real foi sustentado com base em uma taxa de câmbio sobrevalorizada⁸² (fixada inicialmente com paridade em relação ao dólar, ou seja, US\$1 era equivalente a R\$1), a redução de gastos do governo e a manutenção de taxas de juros elevadas⁸³. Além disso, como já assinalado, na véspera

desvalorização cambial (1999), a Crise Argentina (2001) e os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, em Washington e Nova Iorque.

⁸² A desvalorização cambial é uma estratégia comumente adotada por países que visam aumentar a competitividade da sua produção no comércio internacional, pois essa medida permite o aumento das exportações e estimula a geração de empregos domésticos (KINDLEBERGER & ALIBER, 2013, p. 231-232).

⁸³ As altas taxas de juros praticadas estavam diretamente ligadas à apreciação da taxa de câmbio. O câmbio apreciado impunha a necessidade de altas taxas de juros reais, pois era necessário manter a rentabilidade das aplicações do capital especulativo no país, somando também uma margem que atraísse o capital financeiro, a despeito do risco de investimento no país. Os juros elevados tornavam imperativa a necessidade de captação de recursos estrangeiros, que acabavam por financiar a substituição da estrutura produtiva nacional por uma nova dinâmica, com crescente necessidade de importação e de remessas de lucros, dividendos e renda ao exterior (SINGER, 1999, p. 33-37).

da implementação do Real, o governo levou a abertura a um novo patamar ao liberar uma nova lista de produtos para importação (ABREU & WERNECK, 2014, p. 323).

Também como já apontado, em consequência da abertura econômica, os preços dos artigos industriais sofreram forte contração, uma vez que a concorrência externa obrigava as indústrias brasileiras a baixá-los de forma acentuada (SINGER, 1999, p. 31). A avalanche de novos produtos importados provocou desinvestimentos e a fragilização de cadeias produtivas, favorecidos pela acentuada valorização da taxa de câmbio (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 51)

Além disso, é necessário compreender que a política industrial aplicada pelo Estado havia se alterado profundamente desde o início dos anos 1990. A crença no papel do Estado como indutor do desenvolvimento, por meio da utilização de diferentes instrumentos para viabilizar a indústria em um país periférico como o Brasil, e o objetivo de expandir a capacidade produtiva por meio da substituição de importações, foram abandonados. A nova política industrial girava em torno da questão da competitividade e da eficiência da produção (LACERDA *et al.*, 2013, p. 424). Na prática, ela eliminava proteção tarifária, subsídios e incentivos do setor industrial, ao mesmo tempo em que expunha as indústrias à competição internacional, com o pretexto de aumentar a competitividade por meio de uma maior concorrência⁸⁴.

Como resultado, o setor industrial teve de se ajustar às novas condições, o que ocorreu por meio da reestruturação dos processos administrativos e provocou a demissão de centenas de milhares de trabalhadores⁸⁵, a eliminação de linhas de produção secundárias e a concentração em linhas de produtos mais competitivos (ou seja, a diversificação da produção foi reduzida), a terceirização das atividades e a implantação de programas de controle de qualidade e produtividade. Em geral, as principais deficiências da indústria nesse período foram a capacidade reduzida de responder às alterações da demanda⁸⁶, de flexibilizar a produção e, não menos importante, as deficiências de qualidade e desempenho dos produtos (LACERDA *et al.*, 2013, p. 272-275).

⁸⁴ Alguns autores, como Guerra (1997), argumentam que os governos neoliberais se eximiram da responsabilidade de desenvolver políticas industriais, especialmente durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002).

⁸⁵ As demissões (e o conseqüente rebaixamento de salários) foram amplamente utilizadas como forma de aumento da competitividade da indústria. Apenas em São Paulo, a indústria eliminou 278.467 postos de trabalho em 1991 e 277.529 em 1992. Em 1993, ano de recuperação econômica, a indústria paulista criou apenas 4.908 postos de trabalho (LACERDA *et al.*, 2013, p. 272).

⁸⁶ No Brasil, existia uma imensa demanda reprimida e, no entanto, as restrições macroeconômicas impediam as empresas de supri-la (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 45).

As tabelas 2.9 e 2.10 apresentam a evolução dos investimentos na indústria de transformação brasileira no período que se estende de 1971 a 2001.

Tabela 2.9 Brasil: Investimento na indústria de transformação (1971-2000) - % do PIB, a preços constantes de 1980

Ano	1971-1980	1981-1990	1991-1994	1995-1996	1997-1998	1999	2000
Ind. de transformação	6,58	4,13	2,46	2,65	3,07	2,95	3,25

Fonte: BIELSCHOWSKY, 2002, p. 33.

Tabela 2.10 Taxas anuais de crescimento do PIB, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e coeficiente de investimento (FBCF/PIB) – médias de períodos selecionados (a preços constantes de 1980)

Ano	1971-1980	1981-1983	1984-1989	1990-1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
PIB (%)	8,4	-2,8	4,6	-1,7	4,1	5,8	4,1	3,0	3,3	0,2	0,8	4,5	1,7
FBCF (%)	9,3	-12,6	4,2	-7,3	7,2	12,2	13,6	2,1	11,7	-2,0	-7,2	1,3	6,2
FBCF/PIB	23,5	19,6	17,2	14,9	14,4	15,2	16,7	16,5	18,1	17,7	16,3	15,8	16,5

Fonte: BIELSCHOWSKY, 2002, p. 25.

Entre 1991 a 1994, os investimentos na indústria se contraíram aos níveis mais reduzidos desde, pelo menos, a década de 1970. Os poucos investimentos se concentraram na melhoria da eficiência operacional⁸⁷. Em seguida, as inversões se recuperaram timidamente entre 1995 e 1998, quando os esforços da indústria para se adaptar ampliaram-se em uma tentativa de modernização⁸⁸. Por fim, o investimento estabilizou-se em cerca de 3% do PIB no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, mesmo suportando um ambiente macroeconômico desfavorável ao investimento e eventos, como a crise energética e a recessão mundial, ambos em 2001 (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 33, p. 43-45).

Após o início do processo de liberalização, entre 1990 e o início dos anos 2000, os investimentos foram reduzidos a um nível mínimo, sobretudo porque envolviam uma reestruturação defensiva das empresas industriais e pequenas tentativas de modernização para acompanhar as transformações impostas pelas reformas e pelo

⁸⁷ As empresas investiram em eficiência operacional por meio da contratação de consultorias para variados fins, capacitação da mão de obra empregada, reorganização das plantas fabris, implantação de laboratórios e sistemas de controle de qualidade, na redução de gargalos e na modernização/reposição de máquinas e equipamentos (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 45).

⁸⁸ A indústria também investiu na renovação de produtos e mercados, na satisfação dos clientes (implantação ou ampliação de redes de assistência técnica etc.), prospectando novos mercados, empenhando-se na construção de marcas (publicidade, registro, contratação, etc.), licenciando e registrando patentes (especialmente *design*), entre outras ações (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 45)

contexto macroeconômico. Note-se que o investimento foi freado especialmente pela cautela empresarial em investir na expansão da capacidade produtiva (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 33-34).

Podemos visualizar melhor essa questão por meio da tabela 2.11, a seguir:

Tabela 2.11 Formação Bruta de Capital Fixo, total e selecionados (em % do PIB)

	1971-1980	1981-1989	1990-1994	1995-1996	1997-1998	1999	2000
Ind. de Transformação	6,85	4,20	2,61	2,65	3,07	2,95	3,25
Ind. Extrativa Mineral	0,25	0,24	0,12	0,15	0,14	0,12	-
Petróleo	0,85	0,88	0,39	0,35	0,36	0,45	0,51
Infraestrutura	5,42	3,62	2,16	1,79	2,77	2,70	2,58
Governos	3,00	1,43	1,86	1,65	1,68	1,10	1,21
Construção residencial	4,95	4,71	4,03	3,99	4,24	3,97	3,60
Outros	2,08	2,92	3,73	6,42	4,14	4,81	5,23
Total	23,5	18,0	14,9	17,0	16,4	16,1	16,5

Fonte: BIELSCHOWSKY, 2002, p. 28. Nota: Infraestrutura abrange energia elétrica, telecomunicações, transportes e saneamento.

Como se vê, a formação bruta de capital, ou seja, os investimentos em aumento da capacidade produtiva, reduziu-se significativamente em comparação com os dados da década de 1970.

A escolha de quais atividades deveriam ser mantidas foi feita por meio de três processos: desverticalização (maiores compras de insumos e menor agregação interna de valor), especialização (redução do catálogo de produtos vendidos pela empresa) e terceirização (aquisição de serviços que antes eram efetuados dentro das empresas industriais). O somatório desses processos resultava no abandono de partes de plantas produtivas ou até mesmo de plantas inteiras, ao que se denominou à época de *downsizing*. As duas primeiras fases do processo tinham efeitos tanto sobre a produção nacional como sobre as importações, enquanto a terceirização implicava demissões de funcionários anteriormente contratados e redução de custos na contratação de prestadoras de serviços (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 35-36).

A reestruturação também compreendeu os processos gerenciais, em que práticas longamente estabelecidas foram revisadas como forma de reação das indústrias à concorrência. De fato, as empresas fizeram progressos no que se refere à administração, mediante a introdução de técnicas de gestão (*just-in-time*, ISO 9000,

TQC etc.)⁸⁹ e investimentos em eficiência operacional, o que teve impactos positivos na racionalização dos custos de operação, no nível de produção, no controle de qualidade, na superação de gargalos, no uso eficiente de insumos e redução de desperdícios e, conseqüentemente, na competitividade (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 36).

Em busca de sobrevivência em um ambiente de baixa rentabilidade (associada à taxa de câmbio valorizada e à maior concorrência), incertezas (mesmo que menores do que no período de hiperinflação), baixa disponibilidade de financiamento (segundo Bielschowsky (2002), 70% dos investimentos realizados entre 1991 e 2002 foram financiados com recursos próprios das empresas) e juros altos, os ajustes alcançaram o aumento da produtividade, embora também resultassem na redução do emprego, na ampliação das importações e no enfraquecimento dos setores intensivos em tecnologia e de bens de capital (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 36, p. 44).

A tabela 2.12, a seguir, ilustra a redução da indústria de transformação no valor adicionado e no pessoal ocupado.

Tabela 2.12 Participação relativa da indústria de transformação no valor adicionado (VA) e no pessoal ocupado (PO) (1980-1998, em %)

Ano	1980	1985	1988	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
VA	31,3	31,6	28,6	25,7	23,8	22,7	21,6	21	20,6	20	18,2	19,1
PO				15,5	14,6	13,9	13,9	13,8	13,5	13,4	12,9	12,4

Fonte: MARQUETTI, 2002, p. 121.

Os indicadores acima destacam o mau desempenho da indústria brasileira em face das dificuldades em curso desde a década de 1980. Ressalte-se que, no início dos anos 1990, a indústria já havia perdido 6 pontos percentuais do valor adicionado que representava em 1985 e tais números continuaram em uma trajetória de queda, bem como os dados relativos ao pessoal ocupado.

No período 1998-2002, um movimento importante foi o deslocamento de indústrias em busca de um ambiente econômico mais favorável, o que estimulou a interiorização de empresas, que migraram em direção a cidades menores, especialmente nos estados de São Paulo e Paraná, em busca de custos de mão de

⁸⁹ O ISO 9000 designa um conjunto de normas técnicas para um modelo de gestão de qualidade, segundo padrões internacionais de normatização. O *Total Quality Control* (TQC, Controle de Qualidade Total em português) é, similarmente, um sistema de gestão que define conceitos em busca da qualidade da produção.

obra reduzidos. De forma semelhante, ocorreram deslocamentos de indústrias em direção aos estados em que se ofereciam salários menores e benefícios tributários, como são os casos de Bahia, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 43). Mesmo com todo o esforço do setor industrial para sobreviver às condições adversas, os investimentos em expansão da capacidade produtiva ficaram travados entre 1990 e 2002. O investimento diminuto em expansão é o principal responsável pelo reduzido investimento da indústria como um todo (BIELSCHOWSKY, 2002, p. 45-52).

Em síntese, as políticas neoliberais baseadas em austeridade fiscal, contração do crédito, queda no nível dos salários, rigidez monetária e moeda apreciada provaram ser recessivas e direcionaram as economias nacionais à preservação dos interesses do mercado financeiro internacional, o que inviabilizou o desenvolvimento da maior parte da periferia. Países como o Brasil, que haviam consolidado setores industriais e atingido uma pauta exportadora diversificada, submeteram-se à razão neoliberal, salvaguardando os interesses do capital financeiro. Como consequência, esses países passaram a amargar altas taxas de desemprego⁹⁰ e baixas taxas de crescimento do PIB (CORSI, 2003, p. 27-53).

Sobre o desempenho da economia brasileira durante a década de 1990, podemos visualizar indicadores selecionados na tabela 2.13:

⁹⁰ No Brasil, o desemprego cresceu de forma acentuada, saltando de 8,7% da População Economicamente Ativa (PEA) antes do início da década, em 1989, para 19,3%, em 1999. Além disso, o crescimento médio do PIB foi inferior a 3%, em contraste com os altos índices de crescimento alcançados a partir do modelo adotado entre os anos 1930 e 1970 (CORSI, 2003, p. 43-47).

Tabela 2.13 Brasil - Variáveis macroeconômicas selecionadas (1990-2001)

Ano	FBCF* (%)	PIB* (%)	Inflação (IPC %)	Déficit público (% PIB)	Déficit externo em c.c. (**) (% PIB)	Taxa de câmbio efetiva real***	Taxas de juros reais	
							Capital de giro (%)	TJLP (%)
1990-1992	-7,3	-1,3	994,5	0,2	0,1	97,7	-	-
1993-1994	10,3	5,4	1879,6	0,9	0,2	109,7	-	-
1995-1997	5,9	3,4	14,5	4,2	3,1	92,4	-	3,8
1998	-0,3	0,1	1,7	7,4	4,2	94,8	63,0	9,8
1999	-7,2	0,8	8,9	3,4	4,8	142,0	49,0	3,9
2000	4,5	4,4	6,0	1,2	4,1	133,4	30,4	4,5
2001	1,7	1,5	7,7	1,4	4,6	158,1	26,0	1,7

Notas: (*) Taxa de crescimento. (**) Transações correntes. (***) Dez./1998=100. TJLP: Taxa de juros de longo prazo.

Fonte: BIELSCHOWSKY, 2002, p. 21.

Conforme podemos verificar, os dados acima demonstram que apesar do controle da inflação e da dívida pública, ocorreu a redução da taxa de crescimento do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), além da valorização da taxa de câmbio em mais de 50% entre o início e o final da década de 1990, a ampliação da dívida externa e o estabelecimento de altas taxas de juros.

O aumento do desemprego e da miséria e a deterioração das condições de vida e de trabalho evidenciaram o fracasso das políticas neoliberais aplicadas pelo governo e regidas segundo o argumento da globalização, que acabaram por fomentar o aumento das desigualdades entre nações ricas e pobres. Em um período marcado pela constituição de oligopólios transnacionais, formação de blocos internacionais de comércio, ampliação da abertura econômica em nível global, introdução de novas tecnologias, redução dos direitos dos trabalhadores e do nível de emprego, assim como a realocação espacial de diversas cadeias produtivas globais, os principais beneficiados acabaram sendo o núcleo do sistema capitalista (EUA, Japão e União Europeia) e alguns países da Ásia conhecidos como tigres asiáticos, além da China (CORSI, 2003, p. 17-25).

A década de 1990 foi marcada pela queda na produtividade, dos investimentos, pela redução do dinamismo tecnológico e pela continuidade do processo de desindustrialização do Brasil. Ou seja, a economia brasileira assumiu uma trajetória preocupante, uma vez que o setor industrial tem maior capacidade de disseminar progresso técnico, gerar empregos e aumentar a produtividade (MARQUETTI, 2002). Diante da conjuntura econômica de baixo crescimento, *déficits* comerciais, juros elevados, abertura comercial e câmbio apreciado, muitas empresas reduziram suas

atividades, outras passaram a importar como método para aumentar a produtividade, postergaram planos de expansão e venderam partes de seus ativos, ou reduziram os projetos de diversificação de suas estruturas. Em muitos casos, como última alternativa, as empresas optaram por paralisar, sucatear ou vender as unidades industriais. Quase todas recorreram ao corte de postos de trabalho e à terceirização de atividades como forma de baratear os processos produtivos (GUERRA, 1997, 46-47).

Ao final desse ciclo, em 2002, a modernização conservadora⁹¹ havia ampliado a importância de setores intensivos em recursos naturais⁹², reduzindo-se a importância daqueles intensivos em tecnologia, capital e trabalho⁹³. Os setores ligados à exploração de recursos naturais, novamente, se tornaram os mais dinâmicos da economia, enquanto a indústria brasileira perdeu o dinamismo duramente conquistado ao longo de décadas de desenvolvimento, tendendo a concentrar-se em segmentos direta ou indiretamente ligados à exploração de recursos naturais.

⁹¹ O termo 'modernização conservadora' foi cunhado pelo sociólogo Barrington Moore Jr. para qualificar o modelo autoritário de desenvolvimento do capitalismo retardatário do século XIX, referindo-se especialmente às experiências da Alemanha e do Japão (LACERDA *et al.*, 2013, p. 261). No Brasil, a expressão passou a referir-se ao conservadorismo neoliberal aplicado na década de 1990, por influência de Tavares & Fiori (1993).

⁹² Ocorreu a redução do valor agregado em praticamente todas as cadeias produtivas, provocada pela substituição de parte da produção por produtos importados, a perda de mercado para esses mesmos produtos importados, especialmente em setores como têxteis, vestuário, calçados, eletrodomésticos, alimentos e bens de capital e, por último, o desaparecimento de cadeias produtivas inteiras. Essa desindustrialização não teria atingido, nesse momento, apenas os setores ligados à extração de recursos naturais (COUTINHO, 1996).

⁹³ Apenas uma parcela dos setores produtivos foi preservada e conseguiu ampliar a sua inserção externa, notadamente a indústria automobilística, a produção de aviões (Embraer) e outros segmentos de transportes beneficiados pela conquista de mercados regionais no âmbito do Mercosul (CARNEIRO, 2002, p. 320-326).

CAPÍTULO 3

O CASO BRASILEIRO: PARADOXO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO COM DESINDUSTRIALIZAÇÃO (2003-2014)

Prosseguiremos com a análise do contexto histórico que resultou na desindustrialização do Brasil. Nesta nova etapa de reflexões, procuraremos realizar uma análise sobre a conjuntura desafiadora com que a indústria brasileira se deparou a partir de 2003. Para isso, revisaremos as mudanças impostas à economia brasileira, decorrentes da expansão da demanda mundial por recursos naturais (especialmente a partir de 2006), a ascensão da China como centro dinâmico da economia mundial e a crise internacional iniciada em 2007. Internamente, veremos que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, em 2002, inaugurou um novo período, com aumento do consumo, retomada do crescimento econômico, recuperação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e dos investimentos públicos, e a inclusão das frações mais pobres da população nos mercados de consumo e de trabalho.

Nessa perspectiva, para identificarmos as diferentes causas do caso brasileiro de desindustrialização, convém discutirmos inicialmente os governos Lula (2003-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), uma vez que esses períodos, paradoxalmente, também se caracterizaram pelo agravamento da desindustrialização e pela falta de entendimento de diferentes setores da sociedade quanto ao papel da indústria para o desenvolvimento nacional. Originou-se um contexto de políticas de promoção da indústria nacional que, no entanto, foram combinadas com políticas macroeconômicas prejudiciais ao setor, dando origem a uma conjuntura de recuperação do crescimento econômico, mas, concomitantemente, de acentuada desindustrialização da economia brasileira.

3.1 Os governos social-desenvolvimentistas (2003-2014)

Os anos de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram de retomada do crescimento econômico, o que resultou em grande otimismo quanto à economia brasileira. Tal otimismo seria interrompido apenas a partir de 2012⁹⁴,

⁹⁴ Essa mudança estava relacionada à redução das taxas de crescimento, ao aumento da taxa de inflação, à piora nas contas externas e nas contas públicas, ao mesmo tempo em que uma onda de

durante o primeiro governo de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2014). Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foram caracterizados pela tentativa de estabelecer um maior equilíbrio entre crescimento econômico e justiça social, com melhoria das condições de vida da população. Ao mesmo tempo, é possível identificar uma série de inconsistências na condução da política econômica, que tiveram como um dos principais efeitos exatamente nosso objeto de estudo: a desindustrialização.

Durante os primeiros anos de mandato, Lula optou pela manutenção das políticas neoliberais do governo anterior, alinhando-se com as expectativas do 'mercado' e com o consenso ortodoxo dos meios de comunicação sobre como deveria ser a condução da economia. A política econômica continuou sendo executada conservadoramente, orientando-se pelo controle da inflação, por meio de uma taxa de câmbio apreciada e taxas de juros elevadas, além da obtenção de *superávits* fiscais. No entanto, a melhoria das condições econômicas mundiais (especialmente o aumento dos fluxos de capital para os países subdesenvolvidos e dos preços das *commodities*) permitiu que o conservadorismo inicial fosse gradualmente substituído por uma nova concepção sobre o papel do Estado na economia, com ampliação da participação dos bancos públicos e das empresas estatais, e aumento dos investimentos e do planejamento do governo. Essas mudanças na concepção sobre a economia foram chamadas de social-desenvolvimentismo⁹⁵, em que a estabilidade macroeconômica era associada aos aspectos sociais do desenvolvimento (BIANCARELLI, 2014, p. 275-276)

Decidiu-se por uma estratégia de ampliação do mercado interno como motor do crescimento econômico⁹⁶, em uma sociedade na qual grande parte da população havia sido excluída do consumo⁹⁷ (BIANCARELLI, 2014, p. 274). Nesse período, o consumo foi expandido por meio do aumento da massa salarial (mediante redução do desemprego e elevação dos rendimentos dos trabalhadores), das políticas sociais de transferência de renda para as frações mais pobres da população (elevação do salário

manifestações em 2013 e a eleição presidencial de 2014 marcariam o início da articulação de setores conservadores para o golpe concretizado em 2016, com a deposição de Dilma Rousseff em um controverso processo de *impeachment*.

⁹⁵ Para uma visão geral sobre o tema, ver Carneiro (2012), Bastos (2012) e Costa (2012).

⁹⁶ As experiências socialdemocratas da Europa são bons exemplos históricos de que a melhoria das condições sociais (direitos sociais, trabalhistas, sistemas previdenciários e serviços públicos) não se opõem ao crescimento econômico e à acumulação de capital (BIANCARELLI, 2014, p. 274).

⁹⁷ Por outro lado, a criação de uma infraestrutura social para bens de consumo coletivo ou público foi deixada em segundo plano como, por exemplo, educação, saúde, transporte público de massa, saneamento básico, entre outros (BIANCARELLI, 2014, p. 286).

mínimo e adoção do Programa Bolsa Família⁹⁸), queda nos preços dos produtos industriais em decorrência da valorização cambial e da importação de bens da China e outros países da Ásia e, enfim, pela ampliação do crédito e do acesso ao mesmo (BIELSCHOWSKY, 2014, p. 123).

O primeiro mandato de Lula (2003-2006) se distanciou da década de 1990 ao estabelecer uma nova orientação para as políticas industriais. Nos governos de Collor, Itamar e FHC, a ênfase se dava na questão da competitividade em detrimento da expansão da capacidade produtiva. Como vimos no capítulo anterior, a abertura comercial, as privatizações e a desregulamentação de mercados nos anos 1990 prometiam aumentar a competitividade, modernizar a produção e atrair capitais, tecnologia e conhecimento do exterior, o que não se concretizou. Distinguindo-se dessa visão, Lula introduziu a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que redesenhou diversas instâncias de planejamento e coordenação da indústria (eliminadas na década de 1990), além de formular um amplo leque de medidas relacionadas à inovação tecnológica, à inserção externa e à expansão das exportações, à modernização industrial e ao aumento da capacidade produtiva, e definir áreas estratégicas como criação de *softwares*, produção de bens de capital, fármacos, e pesquisas em nanotecnologia, biotecnologia, energias renováveis, entre outras (CANO & SILVA, 2010, p. 2-7).

Estas seriam as bases para o país obter maior inserção no comércio internacional, promovendo áreas em que o Brasil tem capacidade ou necessidade de competir internacionalmente. A política foi desenhada respeitando a complexidade da estrutura produtiva nacional e considerando que os diferentes setores e cadeias produtivas se diferenciam em termos de dinâmica de desenvolvimento, difusão de tecnologias, dinamismo internacional e competitividade. No entanto, a política macroeconômica não era compatível com a estratégia da nova política industrial: os instrumentos clássicos como taxa de juros, câmbio e gasto público não foram utilizados como incentivos ao desenvolvimento industrial, pelo contrário, a política macroeconômica manteve sua ortodoxia (CANO & SILVA, 2010, p. 6-8).

⁹⁸ Trata-se da política social focalizada mais avançada do mundo, do ponto de vista da extensão e da eficiência. O Bolsa Família paga mensalmente a famílias pobres (cuja renda não atinge patamares mínimos) um valor pré-determinado, em troca do cumprimento de alguns compromissos, tais como frequência escolar, vacinação etc. (BIANCARELLI, 2014, p. 277).

Concretamente, as ações da PITCE permitiram a desoneração de investimentos, produção e exportações, com destaque para as alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de capital, que foram eliminadas. Houve ainda o estabelecimento do pagamento de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para produtos importados, a isenção para empresas exportadoras de pagamentos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) na compra de máquinas e equipamentos, entre outras ações. Entretanto, a PITCE não foi capaz de reverter problemas estruturais ou influenciar o nível de investimentos da indústria, mantendo o desempenho do setor aquém do esperado, o que pode ser atribuído às amarras da política macroeconômica (CANO & SILVA, 2010, p. 8-10).

Apesar das limitações citadas, a política industrial do governo Lula se expandiu em diferentes âmbitos ao longo de seu primeiro governo. É o que se pode visualizar na tabela 3.1, a seguir:

Tabela 3.1 PITCE: Impacto fiscal das medidas de desoneração tributária – 2004 -2006 (R\$ bilhões)

Discriminação	2004	2005	2006
Estímulo ao investimento produtivo	0,65	3,40	6,11
Corte de tributos às famílias (imposto de renda)	0,50	2,30	4,03
Corte de tributos da cesta básica e incentivo à produção de alimentos	3,33	5,00	5,00
Estímulo à poupança de longo prazo	0,77	2,00	2,15
Estímulo à micro e pequena empresa	-	0,30	1,35
Incentivo à produção	-	0,10	0,60
Total	5,26	13,10	19,24

Fonte: SALERNO & DAHER, 2006, p. 35 *apud* CANO & SILVA, 2010, p. 9.

O segundo mandato de Lula (2007-2010) prosseguiu com a PITCE, tentando avançar na coordenação e na formulação das políticas industriais e aprofundar a recuperação do papel indutor do Estado. Em 2008, um novo programa de estímulo à indústria foi lançado e batizado de Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), cujos principais avanços foram a definição de metas e objetivos ambiciosos a serem cumpridos no médio e no longo prazos e a ampliação dos setores incentivados pelo governo como, por exemplo, energia nuclear, biotecnologia, nanotecnologia e o complexo industrial de defesa. O PDP apoiou-se especialmente em desonerações.

Entretanto, o programa falhou em alcançar suas metas⁹⁹ e ampliar os investimentos, prejudicado especialmente pela política macroeconômica ortodoxa e pela crise mundial iniciada em 2007 e agravada no ano seguinte. Por outro lado, consolidou empresas multinacionais brasileiras em diferentes áreas¹⁰⁰ e a expansão do crédito e das desonerações manteve o mercado interno aquecido (CANO & SILVA, 2010, p. 10-16).

Os governos Lula recuperaram a capacidade estatal de planejamento, execução de obras e financiamento de investimentos em infraestrutura por meio do aumento da arrecadação do governo (em decorrência das taxas maiores de crescimento econômico), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁰¹, do reestabelecimento do papel do BNDES como financiador do desenvolvimento nacional, do aperfeiçoamento de financiamentos de longo prazo ao setor privado e às parcerias público-privadas, e da ampliação do crédito habitacional por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida¹⁰² (BIELSCHOWSKY, 2014, p. 128).

O governo de Dilma Rousseff iniciou-se em 2011, com a expectativa de continuidade e aperfeiçoamento do que havia sido aplicado no período anterior. No entanto, em contraste com os dois mandatos de Lula, ocorreu a desaceleração do crescimento econômico já a partir do primeiro ano de governo. Ressalta-se que era desejado pela equipe econômica que a desaceleração realmente ocorresse, dado o aumento da taxa de inflação (que apesar dos patamares reduzidos para os padrões históricos do Brasil, chegou perto do teto da meta estabelecida) e o ritmo da expansão do crédito após uma taxa de crescimento de 7,5% em 2010 (BIANCARELLI, 2008, p. 280).

⁹⁹ Entre as metas estabelecidas pelo PDP e não alcançadas estão: a elevação do investimento fixo de 17,6% em 2007 para 21% do PIB até 2010, o que corresponderia a cerca de R\$ 620 bilhões de dólares; aumento da participação do Brasil nas exportações mundiais de 1,18% em 2007 para 1,25% em 2010; e elevação do número de micro e pequenas empresas exportadoras para 12.971. Todas as metas foram frustradas especialmente pela eclosão da crise mundial em 2008 (CANO & SILVA, 2010, p. 13).

¹⁰⁰ Consolidaram-se multinacionais brasileiras em setores primários, como carne bovina e aves (Perdigão/Sadia e Friboi/JBS), petroquímica (Braskem/Quattor) e papel e celulose (Votorantim/Aracruz) (CANO & SILVA, 2010, p. 15).

¹⁰¹ O PAC foi um programa de incentivo ao desenvolvimento econômico, instituído em 2007, durante o segundo governo Lula. O programa buscou resgatar a presença do Estado na definição de estratégias e de investimentos por meio de um conjunto de medidas estruturantes para promover o crescimento econômico, a geração de empregos e a melhoria das condições de vida da população. Suas ações pretendiam desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal, promovendo o crescimento do país.

¹⁰² O Minha Casa Minha Vida é um programa habitacional lançado em 2009, durante o segundo governo Lula. Tal programa subsidia a compra de imóveis para famílias com renda de até 1.800 reais e facilita as condições de financiamento para famílias com renda de até 7 mil reais.

A esse respeito, apresentamos a tabela 3.2, na qual é possível verificar as variações do PIB brasileiro entre 1996 e 2015, podendo-se dela inferir conjuntamente as variações do PIB *per capita*.

Tabela 3.2 Produto Interno Bruto – Brasil (1996-2015)

Ano	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	
	Valores correntes	Variação em volume (%)	Valores correntes	Variação em volume (%)
1996	854 764	2,2	5 219,36	0,7
1997	952 089	3,4	5 729,02	1,9
1998	1 002 351	0,3	5 944,92	-1,1
1999	1 087 710	0,5	6 359,80	-1,0
2000	1 199 092	4,4	6 913,29	2,9
2001	1 315 755	1,4	7 480,36	0,0
2002	1 488 787	3,1	8 350,46	1,7
2003	1 717 950	1,1	9 511,01	-0,2
2004	1 957 751	5,8	10 703,18	4,4
2005	2 170 585	3,2	11 723,74	2,0
2006	2 409 450	4,0	12 862,63	2,8
2007	2 720 263	6,1	14 359,13	4,9
2008	3 109 803	5,1	16 238,03	4,0
2009	3 333 039	-0,1	17 222,51	-1,2
2010	3 885 847	7,5	19 877,66	6,5
2011	4 376 382	4,0	22 170,83	3,0
2012	4 814 760	1,9	24 165,05	1,0
2013	5 331 619	3,0	26 520,04	2,1
2014	5 778 953	0,5	28 498,23	-0,4
2015	5 995 787	-3,5	29 323,58	-4,3

Fonte: IBGE.

Como se vê, entre 1996 e 2002, a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5%. Taxas superiores podem ser verificadas durante o governo Lula, quando o país cresceu, em média, 4,1%. Nos anos seguintes, o crescimento ficou aquém do esperado, com uma média de 2,3% durante o primeiro governo Dilma. Tal desempenho está relacionado a diversos fatores: as medidas tomadas com o objetivo de promover a desaceleração inicialmente pretendida para frear o aumento da inflação foram exagerada, impactando nas taxas de crescimento econômico. Além disso, a crise internacional continuava a se desdobrar e os investimentos não deslancharam. Simultaneamente, iniciou-se uma investida de setores conservadores da sociedade, que passaram a manipular¹⁰³ os problemas econômicos e as expectativas quanto ao desempenho da economia, dando grande exposição midiática a uma nova versão da agenda neoliberal, cujas pautas incluíam maior abertura comercial, reversão do papel

¹⁰³ Para um estudo abrangente sobre a manipulação proveniente de setores conservadores durante o governo Dilma, veja-se Souza (2016).

assumido pelo Estado, ortodoxia macroeconômica, redução de custos trabalhistas, ênfase genérica em educação e qualificação profissional e a defesa quase explícita da reprimarização da economia (BIANCARELLI, 2014, p. 280-282)

Uma distinção da política econômica de Dilma em relação aos governos de Lula foi a tentativa, entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2012, de estimular a economia por meio da redução das taxas de juros¹⁰⁴, da ampliação do crédito e pelo maior controle cambial e, por outro lado, de destravar os investimentos privados mediante isenções fiscais para setores produtivos específicos. Tais medidas foram insuficientes para acelerar as taxas de crescimento e não lograram um aumento da produção industrial, conseguindo, entretanto, sustentar os níveis de emprego. Cedendo às pressões dos setores que seriam beneficiados com as isenções, não foram impostas contrapartidas (investimentos, aumento das exportações, etc.), o que fez que os empresários aumentassem suas taxas de lucro e não os investimentos (BIANCARELLI, 2008, p. 280-281).

A política industrial de Dilma também se diferenciou do governo antecessor ao lançar, em seu primeiro ano de mandato, o Plano Brasil Maior (PBM). Inicialmente, o PBM era similar aos programas anteriores de estímulo à indústria. No entanto, o agravamento da crise internacional e da desindustrialização redirecionaram as ações para a defesa do mercado doméstico¹⁰⁵ e a recuperação da competitividade (KUPFER, 2013), por meio de tentativas de reduzir o custo de produção no país: desonerações das exportações e da folha de pagamento, regime especial para o setor automotivo, política de compras governamentais, financiamento ao investimento e à inovação, entre outras (KUPFER, 2014).

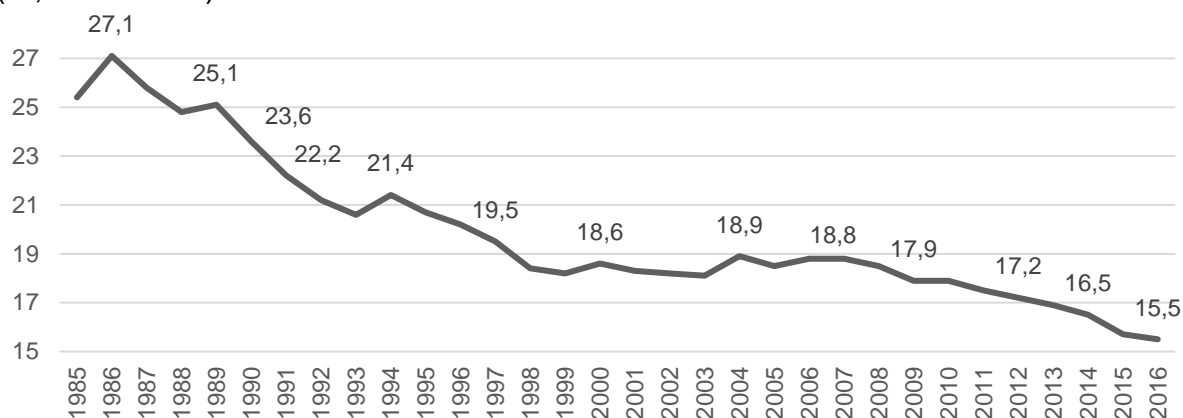
As medidas foram insuficientes e as dificuldades externas continuaram a afetar não apenas a competitividade da indústria brasileira, como também o nível de emprego. Como reflexo da crise internacional e da redução de investimentos, ocorreu a desaceleração da produção industrial e da geração de empregos no setor. A

¹⁰⁴ Tal medida desagradou a setores ligados ao mercado financeiro, o que foi bastante significativo para que começassem articulações para a retirada de Dilma do poder, uma vez que a burguesia nacional, antes industrial, se tornou rentista.

¹⁰⁵ No biênio 2011-2012, o cenário internacional contribuiu significativamente para a valorização cambial, em decorrência da entrada de fluxos financeiros. O *Federal Reserve* (o Banco Central dos EUA) manipulou as taxas de juros daquele país, fazendo que grande parte da liquidez mundial se redirecionasse para praças mais lucrativas, como era o caso do Brasil. À época, o então ministro da Fazenda, Guida Mantega, chamou o fenômeno de 'tsunami financeiro', em referência à expressão usada por Lula, em 2008, quando caracterizou os efeitos da crise internacional no Brasil de 'marolinha' (SCHUTTE, 2018, p. 32).

indústria brasileira era responsável por 18,9% dos empregos do país em 2004, índice que já havia assumido uma tendência de queda desde 1986, quando a indústria de transformação representava 27,1% de participação no emprego formal brasileiro, chegando a apenas 15,5% em 2016, como se pode ver do gráfico 3.1, a seguir:

Gráfico 3.1 Trajetória da Indústria de Transformação no Emprego Formal Brasileiro (% , 1985-2016)



Fonte: FIESP/DEPECON, 2018, p. 9.

O período de governos social-desenvolvimentistas encerrou-se de forma melancólica: em meio à rearticulação da política norte-americana para frear a formação de uma nova ordem mundial (ascensão da China, surgimento dos BRICS etc.), fortaleceu-se o ódio de classe de setores conservadores ao PT e ao ex-presidente Lula após as eleições de 2014. As articulações para deposição de Dilma se consolidaram e envolveram partidos de oposição, partidos de direita que faziam parte da base de apoio do governo, a grande imprensa, movimentos sociais reacionários, entidades representativas da burguesia (como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP) e, não menos importante, diversas instâncias do Poder Judiciário e das Forças Armadas. Na tentativa de se manter no poder, no início do seu segundo mandato, em 2015, Dilma passou a aplicar as políticas de austeridade defendidas por tais setores, o que contribuiu para que seu apoio fosse ainda mais reduzido.

Dessa forma, mesmo com as eleições de 2014 indicando que a maioria da população ansiava pela continuidade dos governos social-desenvolvimentistas, Dilma Rousseff foi deposta em 2016, em um golpe articulado por diversos setores conservadores da sociedade, com o objetivo de impor a agenda neoliberal, defender

os interesses do grande capital financeiro nacional e internacional, proteger grupos tradicionais de acusações de corrupção e frear (ou fazer retrocederem) os avanços sociais do período. Dada a continuidade de desdobramentos dos fatos, não pretendemos realizar uma análise mais aprofundada sobre o período. No entanto, é necessário destacar que o golpe de 2016 teve sérios impactos também no setor industrial, prejudicando diretamente o que o manteve viável nos anos recentes: o consumo interno, que foi afetado especialmente pelo aumento do desemprego e pela supressão do crédito.

Em síntese, a política industrial dos governos do PT apresentou uma série de contradições, resumidas especialmente na inconsistência de se estabelecer uma política macroeconômica contrária ao desenvolvimento do setor (limitando os financiamentos, inibindo as exportações etc.), contrabalanceada por uma política industrial que retomou a visão da indústria como instrumento para o desenvolvimento e a capacidade estatal de planejamento (CANO & SILVA, 2010, p. 21). Por outro lado, as condições favoráveis do comércio internacional e políticas de estímulo ao consumo propiciaram a retomada do crescimento e a melhora dos indicadores econômicos. É o que se pode depreender da tabela, a seguir:

Tabela 3.3 Indicadores selecionados da economia brasileira (1997-2014)

Ano	PIB (var. anual, %)	Setor industrial (var. anual, %)	Exportações	Importações	Saldo da balança comercial
1997	3,4	4,37	52.982.725.829	59.747.227.088	-6.764.501.259
1998	0,3	-2,09	51.139.861.545	57.763.475.974	-6.623.614.429
1999	0,5	-2,61	48.012.789.947	49.301.557.692	-1.288.767.745
2000	4,4	4,41	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273
2001	1,4	-0,64	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605
2002	3,1	3,80	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836
2003	1,1	0,10	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445
2004	5,8	8,21	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137
2005	3,2	1,99	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227
2006	4,0	2,01	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726
2007	6,1	6,21	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580
2008	5,1	4,10	197.942.442.909	172.984.767.614	24.957.675.295
2009	-0,1	-4,70	152.994.742.805	127.722.342.988	25.272.399.817
2010	7,5	10,20	201.915.285.335	181.768.427.438	20.146.857.897
2011	4,0	4,11	256.039.574.768	226.246.755.801	29.792.818.967
2012	1,9	-0,72	242.578.013.546	223.183.476.643	19.394.536.903
2013	3,0	2,17	242.033.574.720	239.747.515.987	2.286.058.733
2014	0,5	-1,51	225.100.884.831	229.154.462.583	-4.053.577.752

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), várias datas; IPEADATA, várias datas. IBGE, várias datas. Elaboração do autor.

Como se vê, o histórico de crescimento do PIB entre 2003 e 2014 demonstra um saldo positivo das políticas aplicadas no período de governos social-

desenvolvimentistas e pelo fato de a balança comercial ter sido favorecida pelas condições criadas no comércio internacional mediante o aumento da demanda e dos preços de produtos primários. Não obstante, a indústria registrou crescimento inferior ao PIB na maior parte do período. Além disso, cabe destacar que após o significativo crescimento de 10,2%, em 2010, o setor não apresentou variação negativa apenas em 2011 e 2013.

Em suma, a política macroeconômica no período anulou a eficácia das políticas industriais. O fracasso dessas medidas em promover a indústria nacional resultou em um período de acentuada desindustrialização, com a deterioração das exportações de manufaturas (especialmente quando considerada a intensidade tecnológica na pauta de exportações) e a perda de mercados da indústria, inclusive internamente. A política industrial serviu de linha auxiliar para as políticas macroeconômicas, o que, combinado com a falta de uma visão estratégica sobre o futuro da indústria no Brasil, limitou avanços.

3.2 Interpretações sobre o caso brasileiro

A desindustrialização do Brasil difere do processo verificado nos países desenvolvidos, ou seja, um resultado do estágio de desenvolvimento do país. Todavia, no caso brasileiro, o processo se caracteriza como uma desindustrialização precoce¹⁰⁶. Na desindustrialização precoce, o país suprime o processo industrializante antes que consiga dinamizar sua economia e, no caso brasileiro, sua origem está relacionada com as mudanças na economia mundial e, especialmente, com as políticas econômicas adotadas desde a década de 1990. Com efeito, a indústria brasileira adentrou a década de 1990 já enfraquecida pela crise dos anos 1980, quando o país enfrentou os desequilíbrios causados pelo endividamento externo e a hiperinflação. Posteriormente, as políticas macroeconômicas passaram a provocar a deterioração da produção industrial e impedir o aumento da capacidade instalada.

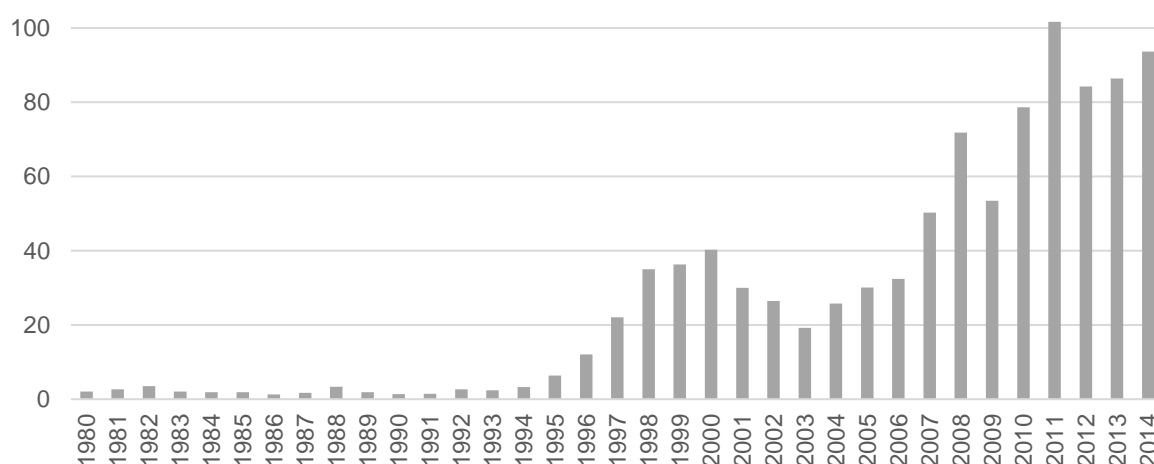
Entre as causas da desindustrialização brasileira, podemos apontar: 1) a política cambial, pois é um fator fundamental para a competitividade das exportações

¹⁰⁶ Autores como Nassif (2008) negam que o caso brasileiro se assemelhe ao processo descrito na literatura como desindustrialização precoce. Segundo o autor, esse processo não precisa ser entendido como negativo, pois a retração das taxas de participação da indústria no PIB não caracteriza uma desindustrialização. Na verdade, a retração estaria associada a uma reestruturação produtiva iniciada no fim da década de 1980 e que resultou no aumento do peso do setor de serviços na economia. A queda na participação da indústria no PIB teria ocorrido na segunda metade dos anos 1980, pela convergência de alta inflação, estagnação econômica e queda na produtividade do trabalho.

de produtos manufaturados. Embora a taxa de câmbio não promova ganhos sistemáticos de produtividade, a valorização cambial pode inviabilizar determinadas exportações ou mesmo a produção para o mercado interno, dada a competição com produtos importados; 2) a abertura econômica, em decorrência da queda de tarifas e da eliminação de mecanismos de proteção à indústria que complementam os efeitos do câmbio e reduzem a competitividade da produção nacional no exterior e até mesmo no Brasil, que passou a importar uma grande quantidade de produtos; 3) os juros elevados, ao promoverem investimentos especulativos em lugar dos produtivos, inibindo o investimento industrial e tornando o setor obsoleto; 4) a desaceleração da economia mundial iniciada em 2007, que teve impactos na demanda externa e provocou o acirramento da competição entre grandes países produtores¹⁰⁷ pelo mercado internacional; e 5) embora o investimento estrangeiro direto (IED) tenha aumentado significativamente em números absolutos, grande parte desses recursos refere-se a investimentos especulativos (CANO, 2012).

O gráfico 3.2, apresentado a seguir, ilustra o crescimento do ingresso de investimento estrangeiro direto entre 1980 e 2014.

Gráfico 3.2 Ingresso de investimento estrangeiro direto no país (1980-2014) – em bilhões de dólares



Fonte: IPEADATA. Elaboração do autor.

Conforme podemos observar, o IED representava um montante reduzido de recursos até 1994, ano de implantação do Plano Real. O ingresso de investimentos

¹⁰⁷ Notadamente, Estados Unidos, União Europeia e China passaram a desenvolver políticas mais agressivas para conquistar o mercado internacional de produtos manufaturados (CANO, 2012).

estrangeiros no país se expandiu significativamente, elevando-se de US\$ 3,2 bilhões, em 1994, para US\$ 101,7 bilhões, em 2011.

Inicialmente, os investimentos financeiros cresceram atrelados à expansão dos investimentos produtivos, como forma de acelerar a acumulação de capital. Em seguida, eles se expandiram como consequência da integração do Brasil à economia mundial a partir do ideário globalizante. As altas taxas de juros praticadas no país tinham o objetivo inicial de atrair capitais estrangeiros, equilibrar o balanço de pagamentos e financiar a dívida pública com recursos externos. No entanto, as taxas elevadas passaram a permitir que uma parcela minoritária da sociedade, composta pelos brasileiros mais ricos, aumentasse sua renda a partir de títulos públicos, agravando ainda mais a concentração de renda no país (GAULARD, 2015, p. 228-233).

A manutenção de altas taxas de juros é prejudicial para a indústria, uma vez que o investimento especulativo se mostra mais atraente que o produtivo. O empresário nacional confronta a taxa de lucro com a taxa de juros básica oficial¹⁰⁸ e passa a investir na produção apenas em último caso. Em tais condições, o investimento industrial foi inibido e a indústria tornou-se gradualmente obsoleta, com enormes dificuldades de assimilar ou produzir progresso técnico, transformando-se num entrave para o desenvolvimento, uma vez que perde produtividade, novas oportunidades e competitividade¹⁰⁹ (CANO, 2012, p. 834).

O processo de desindustrialização é resultado da 'servidão consentida'¹¹⁰ ao ideário neoliberal e aos interesses estrangeiros contidos nele, dado que a política macroeconômica passou a ignorar o papel essencial da indústria para o desenvolvimento nacional. Sob o pretexto de conquistar a 'confiança internacional' por

¹⁰⁸ Neste caso, referimo-nos à taxa Selic, que trata da taxa de financiamento de operações que possuem lastro em títulos públicos federais, incluindo operações entre bancos. Dessa forma, a Selic acaba por servir como referência para todas as demais taxas de juros da economia.

¹⁰⁹ Gaulard (2015) não corrobora essa visão, destacando que as altas taxas de juros praticadas no país têm, de fato, estimulado uma maior financeirização da economia. No entanto, esta não pode ser considerada a causa ou um fator que agrave a desindustrialização brasileira, pois o desenvolvimento das finanças tem permitido complementar a taxa de investimento da economia, aumentando as possibilidades de ganhos dos empresários, permitindo que eles lidem mais facilmente com as dificuldades que surgem do quadro de baixo investimento produtivo. Segundo a autora, podemos observar que as taxas de juros reais têm tido uma trajetória de queda (representavam 25% em 1998 e 7,25% em 2008), enquanto o crédito destinado aos investimentos produtivos se expandiu (aumentando de 28% em 2000 para 36% em 2008), o que nega a tese de financeirização aguda da economia (GAULARD, 2015).

¹¹⁰ Tal expressão foi cunhada por Étienne de la Boétie (1986), em 'O Discurso da Servidão Voluntária', publicado no século XVI.

meio de um conjunto de políticas recessivas e submissas, que não se adéquam à realidade de um país que não completou o seu ciclo de desenvolvimento industrial ao ponto de originar uma economia autônoma, deixamos de direcionar a política macroeconômica aos interesses nacionais (LOURES *et al.*, 2006, p. 19-26). Entre tais políticas recessivas, a combinação de câmbio valorizado – pois tem sido utilizado como mecanismo de controle da inflação desde a implantação do Plano Real (1994) – juros elevados e investimento reduzido tem provocado uma crescente deterioração da indústria em termos de competitividade (CANO, 2012, p. 834; ABRÃO, 2016).

A deficiência de competitividade está relacionada à remoção da proteção ao setor industrial, uma vez que a indústria ficou mais exposta ao comércio internacional a partir da abertura econômica, quando passamos a importar de empresas mais competitivas instaladas em outros países (FEIJÓ & STEFFENS, 2015, p. 141-142). Do mesmo modo que o aumento das importações acabou afetando as cadeias produtivas nacionais, a política agressiva de conquista de mercados promovida pela China, especialmente no mercado estadunidense, resultou no mesmo efeito negativo (CANO, 2012, p. 835). Como já foi apontado, a concentração de atividades industriais naquele país foi possível a partir da combinação de mão de obra barata, câmbio desvalorizado, altas taxas de investimento na indústria e políticas que infringem direitos de propriedade intelectual¹¹¹ (SALAMA, 2012, p. 227-229). Portanto, a estratégia chinesa difere da brasileira por se aproveitar da liberalização dos fluxos de comércio mundial, ao mesmo tempo em que aplica uma política macroeconômica de promoção da indústria.

A abertura econômica da China se baseia na capacidade de vender produtos a preços menores que outros países, beneficiando-se das políticas neoliberais implementadas em quase todo o mundo. Portanto, enquanto a abertura da economia brasileira vem ocasionando a desindustrialização do país, a abertura chinesa demonstra ser industrializante. Ou seja, a abertura econômica nem sempre resulta em desindustrialização precoce, como no caso brasileiro, podendo ser instrumentalizada

¹¹¹ A estratégia de crescimento chinesa está diretamente associada à prioridade dada às atividades industriais e à propriedade intelectual no país. Os direitos de propriedade intelectual na China são adquiridos tanto de forma legal, por meio de parcerias internacionais e compra de patentes, como de forma ilegal, 'adaptando' técnicas estrangeiras ou esperando a tramitação do caso na justiça. De qualquer forma, em ambos os casos a incorporação da tecnologia tem ocorrido. Enquanto isso, a estratégia brasileira parece ser de ausência de políticas industriais notáveis, com exceção do papel desempenhado pelo BNDES, além de favorecer os produtos de baixa tecnologia (SALAMA, 2012, p. 227-229).

para beneficiar setores competitivos da indústria. No caso chinês, o Estado atua em diferentes variáveis, como a taxa de câmbio, investimentos na indústria, subsídios direcionados, medidas protecionistas, entre outras. Em contrapartida, no Brasil prevaleceu o ideário neoliberal e criaram-se as condições para desindustrialização (SALAMA, 2012).

Brasil e China têm mantido relações comerciais assimétricas, em que as exportações brasileiras de *commodities* contribuem para que o país consiga cobrir os *déficits* comerciais com o exterior (SALAMA, 2012). De fato, o aumento da demanda chinesa por produtos primários provocou a elevação dos preços das *commodities* e, apesar do crescimento da demanda internacional, este aumento das exportações brasileiras está mais relacionado à elevação dos preços do que ao volume exportado.

A tabela 3.4, ilustra a transformação ocorrida na estrutura das exportações brasileiras entre 1990 e 2008, após a expansão da demanda chinesa por *commodities* e da elevação dos preços desses produtos no mercado internacional. Como se vê, a seguir:

Tabela 3.4 Estrutura das exportações brasileiras para a China (%)

Produtos	1990	2000	2008
Primários	19,5	67,9	77,5
Industriais	80,5	32,5	22,5

Fonte: CANO, 2012, p. 842.

Os dados acima sintetizam a inversão ocorrida nas relações comerciais com a China, com a redução das exportações de produtos industriais e a expansão da exportação de *commodities* para aquele país.

A relação entre aumento dos preços e das exportações de produtos primários e valorização do câmbio suscitou o debate acerca da ocorrência da doença holandesa na economia brasileira¹¹², o que, por consequência, agravaria o processo de desindustrialização: a apreciação do câmbio poderia desestimular a produção em setores intensivos em tecnologia e a exportação de produtos manufaturados em geral,

¹¹² Palma (2005, p. 101) afirma que a hipótese de doença holandesa não se aplica aos países latino-americanos, uma vez que o processo de desindustrialização foi desencadeado pela agressiva abertura comercial e financeira na região durante os anos 1990. Em contrapartida, Bresser-Pereira (2008) se coloca como o principal defensor da tese de que a desindustrialização brasileira pode estar sendo agravada por um fator semelhante ao descrito na literatura acadêmica como doença holandesa.

enquanto não prejudicaria setores intensivos em recursos naturais e mão de obra (BRESSER-PEREIRA & MARCONI, 2010, p. 209-214).

Os dados abaixo demonstram uma significativa modificação na composição das exportações brasileiras entre 1998 e 2014:

Tabela 3.5 Exportações brasileiras por fator agregado e participação dos grupos no total exportado (%) (1998-2014) – Valores em US\$ FOB

Ano	Total	Primários		Semimanufaturados		Manufaturados	
		US\$	% do total	US\$	% do total	US\$	% do total
1998	51.139.861.545	12.976.629.639	25	8.120.091.260	16	29.386.759.463	57
1999	48.012.789.947	11.827.714.439	25	7.981.816.621	17	27.331.116.461	57
2000	55.118.919.865	12.564.213.653	23	8.499.143.505	15	32.558.809.196	59
2001	58.286.593.021	15.349.157.173	26	8.243.719.500	14	32.957.232.261	57
2002	60.438.653.035	16.959.137.566	28	8.965.474.566	15	33.068.452.805	55
2003	73.203.222.075	21.186.280.630	29	10.944.949.061	15	39.763.702.130	54
2004	96.677.498.766	28.528.570.681	30	13.432.829.719	14	53.137.454.153	55
2005	118.529.184.899	34.723.705.048	29	15.962.530.677	13	65.360.670.060	55
2006	137.807.469.531	40.280.500.171	29	19.522.657.784	14	75.022.939.944	54
2007	160.649.072.830	51.595.634.520	32	21.799.871.161	14	83.942.894.369	52
2008	197.942.442.909	73.027.659.951	37	27.073.161.050	14	92.682.612.825	47
2009	152.994.742.805	61.957.450.140	40	20.499.192.345	13	67.349.060.428	44
2010	201.915.285.335	90.004.977.023	45	28.207.374.323	14	79.562.636.749	39
2011	256.039.574.768	122.456.858.719	48	36.026.477.307	14	92.290.867.357	36
2012	242.578.013.546	113.454.235.845	47	33.042.049.837	14	90.707.180.387	37
2013	242.033.574.720	113.023.336.257	47	30.525.504.105	13	92.945.137.539	38
2014	225.100.884.831	109.556.367.262	49	29.065.355.554	13	80.211.027.835	36

Fonte: MDIC, 2017.

Observe-se que, desde 1998, caminhou-se para a reprimarização das relações comerciais brasileiras com o restante do mundo: em 2000, os produtos manufaturados representavam 59% das exportações, diminuindo para 36% em 2011, enquanto os produtos primários representavam 23% das exportações em 2000 e alcançaram um pico de 49% em 2014. É necessário destacar que os números evidenciam um grande aumento nos recursos oriundos das exportações de produtos primários e, como dito anteriormente, a forte entrada de recursos contribuiu para a valorização da moeda brasileira frente ao dólar.

Como já foi mencionado, a valorização da moeda pode desestimular a produção em setores intensivos em tecnologia e a exportação de produtos manufaturados em geral, embora não prejudique setores intensivos em recursos naturais e mão de obra. As indústrias que utilizam tecnologia mais moderna não conseguem competir com suas similares estrangeiras. Conseqüentemente, a manutenção do câmbio apreciado inviabiliza a produção de bens com maior valor agregado e, como consequência, o país rumo para o cenário de quase-estagnação,

apresentando baixas taxas de crescimento (BRESSER-PEREIRA & MARCONI, 2010, p. 214). Por essa razão, é necessário distinguir as exportações brasileiras por intensidade tecnológica, conforme a tabela a seguir:

Tabela 3.6 Exportações brasileiras por intensidade tecnológica (1997-2014) – US\$ FOB

Ano	Não-tecnológico	% do total	Manufaturado de baixa tecnologia	% do total	Manufaturado de baixa-média tecnologia	% do total	Manufaturado de média-alta tecnologia	% do total	Manufaturado de alta tecnologia	% do total	Total
1997	9.829.263.217	19%	18.315.336.408	35%	9.136.125.387	17%	13.348.285.298	25%	2.353.715.519	4%	52.982.725.829
1998	9.414.596.228	18%	17.181.341.214	34%	8.330.433.801	16%	13.235.860.133	26%	2.977.630.169	6%	51.139.861.545
1999	8.426.211.679	18%	16.749.346.810	35%	7.837.093.903	16%	11.150.580.717	23%	3.849.556.838	8%	48.012.789.947
2000	9.150.378.714	17%	17.110.766.656	31%	9.232.895.256	17%	13.071.915.738	24%	6.552.963.501	12%	55.118.919.865
2001	10.538.736.556	18%	19.449.227.186	33%	8.951.983.943	15%	12.642.696.068	22%	6.703.949.268	12%	58.286.593.021
2002	11.582.418.596	19%	20.163.183.110	33%	9.954.385.794	16%	13.089.363.053	22%	5.649.302.482	9%	60.438.653.035
2003	14.469.104.130	20%	24.517.361.282	33%	12.255.676.383	17%	17.131.237.433	23%	4.829.842.847	7%	73.203.222.075
2004	19.084.437.390	20%	30.716.382.543	32%	17.747.869.794	18%	22.901.000.986	24%	6.227.808.053	6%	96.677.498.766
2005	24.421.822.407	21%	35.006.279.279	30%	21.123.880.284	18%	29.723.192.002	25%	8.254.010.927	7%	118.529.184.899
2006	30.702.128.089	22%	38.912.083.743	28%	25.575.397.658	19%	33.841.654.454	25%	8.776.205.587	6%	137.807.469.531
2007	38.997.649.897	24%	44.860.876.080	28%	29.288.287.111	18%	37.916.062.715	24%	9.586.197.027	6%	160.649.072.830
2008	57.540.468.044	29%	52.368.613.111	26%	35.517.870.442	18%	41.813.932.691	21%	10.701.558.621	5%	197.942.442.909
2009	47.483.145.088	31%	46.102.869.609	30%	22.553.313.600	15%	28.477.092.349	19%	8.378.322.159	5%	152.994.742.805
2010	73.911.431.558	37%	55.835.185.320	28%	25.540.306.523	13%	38.118.812.937	19%	8.509.548.997	4%	201.915.285.335
2011	104.338.700.302	41%	63.971.335.789	25%	33.940.367.165	13%	45.217.856.912	18%	8.571.314.600	3%	256.039.574.768
2012	94.303.507.564	39%	61.913.576.768	26%	34.529.544.326	14%	42.727.692.423	18%	9.103.692.465	4%	242.578.013.546
2013	91.937.364.071	38%	62.201.943.571	26%	37.374.608.015	15%	41.576.615.164	17%	8.943.043.899	4%	242.033.574.720
2014	88.481.372.760	39%	60.064.542.679	27%	30.829.344.038	14%	36.744.843.655	16%	8.980.781.699	4%	225.100.884.831

Fonte: MDIC, 2017. Elaboração do autor.

Analisando os dados apresentados, identificamos a reprimarização da pauta de exportação brasileira, demonstrada pela participação estável dos setores de alta tecnologia, que se mantêm em 4% do total exportado entre 1997 e 2014, concomitante à elevação dos produtos não-tecnológicos, de 19% para 39% do total exportado no mesmo período (com pico de 41% em 2011). Os segmentos de média-alta, baixa-média e baixa tecnologias reduziram sua participação entre 1997 e 2014. Nota-se que os grupos de manufaturados tiveram ganhos quando consideramos os números brutos das exportações, mas reduziram sua relevância no total exportado. Tais variações nos levam a crer que a intensidade da desindustrialização brasileira é maior quando considerado o fator tecnológico, ou seja, quanto mais sofisticado o produto, maior a dificuldade da indústria de produzir e competir no plano internacional. Além disso, é um forte indicador para o paradoxo citado no título deste capítulo: crescimento econômico (neste contexto, conduzido pelo aumento das exportações de *commodities*) com desindustrialização.

O desempenho das exportações de produtos manufaturados está associado ao ritmo do crescimento mundial e ao nível de competitividade dos produtos nacionais em comparação com similares produzidos no exterior (LOURES *et al.*, 2006, p. 22). Considerando que, entre essas duas variáveis, apenas a competitividade pode ser objeto de política econômica nacional, o desempenho de tais exportações está diretamente relacionado com a ineficácia de políticas industriais e macroeconômicas adotadas no âmbito interno, que contribuíram para a queda de competitividade da produção industrial.

3.3 A questão tecnológica

A desindustrialização ganhou espaço no debate público, com diversos intelectuais discutindo o problema em jornais de grande circulação¹¹³, na academia e mesmo no interior do governo¹¹⁴: a desindustrialização se tornou, de fato, uma preocupação. As discussões sobre o processo concentraram-se, em geral, nas

¹¹³ Esse debate foi travado especialmente pelo ex-ministro Bresser-Pereira (2006; BRESSER-PEREIRA & MARCONI, 2009), defensor da tese da desindustrialização, e Alexandre Schwartzman (2009; 2010) e Hélio Schwartzman (2012), cujas análises ora negam a ocorrência da desindustrialização, ora defendem a reprimarização da economia, sem qualquer atenção às consequências relativas a empregos, salários, estratégia de desenvolvimento etc.

¹¹⁴ A esse respeito, merecem destaque os estudos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) como, por exemplo, os de Marconi e Rocha (2011), Squeff (2012) e Arend (2015).

variáveis macroeconômicas, e grande número de analistas critica especialmente a apreciação da taxa de câmbio e as taxas de juros elevadas¹¹⁵ por inibirem as exportações e desestimularem os investimentos produtivos. Estas, apesar de serem interpretações adequadas, são limitadas, pois consideram que o Brasil poderia adotar um modelo liderado pelas exportações de manufaturas como os países asiáticos, e ignoram fatores como as decisões das corporações transnacionais na economia mundial e o atual domínio tecnológico daquela região.

A desindustrialização coincide com transformações importantes na estrutura produtiva e tecnológica, o que contribui para reforçar as assimetrias entre nações centrais e periféricas, uma vez que o domínio da tecnologia, do conhecimento e dos processos de produção é essencial para o avanço das estruturas produtivas em países do Terceiro Mundo (HIRATUKA & SARTI, 2017, p. 196-205). Até os anos 1960, predominava o paradigma tecnológico do fordismo, baseado na mecânica e em processos químicos, em que o Brasil adquiriu total domínio. A base tecnológica da indústria mundial foi alterada nos anos 1970, com o advento da microeletrônica. Com tal transformação, o país não conseguiu realizar a transição para o novo paradigma tecnológico, especialmente por não ter acesso às novas tecnologias (muitas vezes limitadas por regras de restrição à propriedade intelectual).

É importante destacar que a indústria é fonte de progresso técnico e de mudanças tecnológicas, além de ser a principal difusora de tecnologias. Além disso, possui maior elasticidade-renda de importações do que os produtos primários, o que permite menores restrições externas ao crescimento de longo prazo. Tais características tornam a atividade industrial a maior responsável pelo crescimento econômico, dado que o setor possui retornos crescentes de escala na produção, implicando a formação de cadeias produtivas, em efeitos de aprendizado e de difusão de progresso técnico¹¹⁶ (VERÍSSIMO & ARAÚJO, 2015, p. 152).

A capacidade de assimilação tecnológica e de inovação de um país depende da atuação e da interação entre empresas, instituições de ensino e pesquisa, que refletem historicamente as condições institucionais e culturais da região (incluindo o sistema educacional de cada país). A capacidade de inovação possui caráter

¹¹⁵ O principal expoente dessa visão é Luiz Carlos Bresser Pereira, influenciando diversos outros intelectuais a seguirem na mesma direção. Para um panorama geral sobre o tema, veja-se: Bresser-Pereira (2008).

¹¹⁶ Esta perspectiva sobre a indústria foi consolidada em estudos desenvolvidos por Kaldor (1999).

cumulativo e, dessa forma, as barreiras criadas pelos países centrais na forma de restrição sobre a propriedade intelectual¹¹⁷ impedem a reprodução do conhecimento em países em desenvolvimento¹¹⁸ (HIRATUKA & SARTI, 2017, p. 196).

A evolução histórica do capitalismo pode ser dividida em cinco revoluções tecnológicas¹¹⁹, e cada uma delas desencadeou profunda reorganização da estrutura produtiva, aumento substancial da produtividade e novas possibilidades de trajetória para as economias nacionais. A cada revolução, percebemos as diferentes movimentações das nações que tomam a liderança do processo e alcançam grande progresso em seus padrões tecnológicos (*forging ahead*), enquanto os países que ficam à margem desse novo paradigma precisam definir estratégias para também alcançar esse novo padrão (*catching up*). Entretanto, por muitas vezes a dinâmica das revoluções tecnológicas impediu que grande parte dos países subdesenvolvidos seguisse a mesma trajetória de desenvolvimento dos demais (*falling behind*)¹²⁰ (AREND & FONSECA, 2012).

As tecnologias disponíveis em cada nação se tornaram um dos fatores fundamentais para definição das assimetrias entre as diferentes regiões do mundo. Na América Latina, por exemplo, o PIB global teve desempenho crescente de 1950 a 1980, em grande parte impulsionado pelo ‘milagre econômico’ brasileiro (1968-1973). Entretanto, nos anos posteriores, os países que conseguiram aumentar a sua participação na produção global foram Coréia do Sul, China, Taiwan, Hong Kong e Singapura, enquanto a América Latina regrediu a uma participação equivalente à registrada em 1950 (AREND & FONSECA, 2012, p. 34-54)

O desenvolvimento industrial brasileiro foi intensamente determinado pelas revoluções tecnológicas, conseguindo promover um *catching up* por meio da entrada

¹¹⁷ A adoção de uma Lei de Patentes, em 1996, foi uma das imposições do Consenso de Washington. Os Estados Unidos pressionaram diretamente o Brasil, sob a ameaça de sanções comerciais, para que a lei fosse adotada (ULHÔA, 1995).

¹¹⁸ Essa visão é compatível com o estruturalismo latino-americano discutido por Prebisch (1949), Celso Furtado (1968) e Maria da Conceição Tavares (1983), pois reconhece as condições assimétricas de desenvolvimento dos países da região, que muitas vezes são impostas pelo exterior, e identifica o papel do progresso técnico como essencial para o desenvolvimento da América Latina.

¹¹⁹ Segundo a teoria neo-schumpeteriana, as cinco revoluções tecnológicas foram: 1ª) Revolução Industrial (1771); 2ª) Era do vapor e das ferrovias (1829); 3ª) Era do aço, da eletricidade e da engenharia (1875); 4ª) Era do petróleo, automóvel e da produção em massa (1908); e 5ª) Era da informática e telecomunicações (1971) (AREND & FONSECA, 2012, p. 38).

¹²⁰ A ideia de *catching-up*, *forging ahead* e *falling behind* foi levantada por Abramowitz (1986), ao observar a aproximação entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. O autor identificou que, nesse período, as nações mais atrasadas cresciam a taxas mais elevadas quando tentavam diminuir a lacuna de desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico, em comparação com os países mais avançados.

de capital estrangeiro entre 1956 e 1980. Todavia, do ponto de vista tecnológico, a economia brasileira ingressou em um processo de *falling behind* a partir da década de 1980, não conseguindo acompanhar a dinâmica determinada pela quinta revolução tecnológica, o que resultou em desindustrialização precoce, especialização em produtos primários, vulnerabilidade externa e, conseqüentemente, atraso tecnológico em relação a outras nações (AREND & FONSECA, 2012).

A probabilidade de ocorrer uma transferência de tecnologia para um país periférico no início de um novo paradigma tecnológico é muito baixa, portanto, a estratégia brasileira de superação do atraso tecnológico baseada no ingresso de empresas multinacionais e investimentos estrangeiros diretos não garante a superação da insuficiência tecnológica característica de uma economia periférica (AMSDEN, 2001, p. 190-206). Além disso, apesar de o país ter montado uma estrutura industrial ampla e diversificada, é possível observar que, desde os anos 1980, ocorreu a estagnação dos setores que deveriam se tornar os mais dinâmicos da economia: os setores de materiais eletrônicos, elétricos e comunicações representavam 7,1% da indústria de transformação em 1980, e esse índice diminuiu para 6,5%, em 1999, enquanto outras regiões do mundo lideravam o novo paradigma da microeletrônica ou se adaptavam a ele (CASSIOLATO, 2001).

O setor industrial dinâmico nos países desenvolvidos deixou de ser o automobilístico (principal setor do paradigma metalúrgico-químico-mecânico vigente durante a maior parte do século XX), e passou a ser a eletrônica. Considerando-se que a indústria automobilística ainda é um setor chave da economia brasileira¹²¹, e tendo em vista a baixa relevância dos setores fundamentais para o paradigma vigente (informática, eletrônica e telecomunicações), podemos afirmar que o Brasil está aprisionado no padrão tecnológico precedente, o que resulta em dificuldade para o país acompanhar o avanço tecnológico das nações desenvolvidas e evitar a especialização da economia e o aumento da relevância de setores ligados à extração de recursos naturais (LAPLANE, 1992).

¹²¹ A indústria automobilística é um setor com grande potencial multiplicador, por estimular outros setores interligados ao longo da cadeia produtiva. Na década de 1950, o Brasil estruturou um parque industrial de autopeças que gerou muito mais empregos do que as próprias montadoras de automóveis. O conteúdo local da produção de automóveis alcançou 85% em 1960 e se manteve nesse patamar até a década de 1980. Nos anos 1990, em decorrência da abertura comercial, as grandes empresas dessa cadeia produtiva se tornaram alvo de aquisições internacionais, enquanto pequenas e médias empresas entraram em crise (POSTHUMA, 1997 *apud* SCHUTTE, 2018, p. 14).

Sobre a interpretação neo-schumpeteriana da desindustrialização, as cadeias produtivas globais reservam a 'criação' para os países desenvolvidos e a 'destruição' para os países subdesenvolvidos. Diante das dificuldades de acompanhar as transformações tecnológicas, muitas empresas no Brasil e em outros países do Cone Sul desapareceram. Durante a crise da dívida externa, no início dos anos 1980, 15 mil empresas se extinguíram na Argentina e 7 mil no Chile¹²² (RICUPERO, 2014). O mercado deixado por elas foi ocupado por empresas estrangeiras que realizam investimentos em P&D apenas nos países de origem. Similarmente, empresas estrangeiras ocuparam o mercado brasileiro em setores de alta tecnologia que foram privatizados pelo governo. A pesquisa brasileira foi reduzida ou direcionada à adaptação das tecnologias criadas no exterior. Além disso, as indústrias de eletrônicos praticamente desapareceram da América Latina.

As empresas brasileiras privatizadas eram, ao lado das universidades públicas, responsáveis por desenvolver pesquisas tecnológicas. A venda dessas empresas fez retroceder a geração local de tecnologia, com algumas exceções, como é o caso da Embraer (Aeronáutica)¹²³. Portanto, as políticas de Estado¹²⁴, aplicadas a partir da década de 1990, inviabilizaram as manufaturas de alta tecnologia e de maior valor agregado no Brasil, induzindo a desindustrialização do país, uma vez que o setor industrial não consegue concorrer com produtos asiáticos em mercados competitivos (RICUPERO, 2014).

Segundo Amsden (2001, p. 190-194), esse processo é conhecido internacionalmente como *targeting*, e consiste na discriminação de um determinado número de empresas, que recebem enorme quantidade de subsídios para que aumentem a sua competitividade e se tornem globais. A contrapartida para esses subsídios é, usualmente, a exigência de pesados investimentos em propriedade intelectual e a internacionalização crescente da operação das empresas escolhidas mediante conquista de mercados no exterior e investimentos diretos em outros países. Em indústrias de alta tecnologia, a promoção das empresas por meio de *targeting*

¹²² Cabe ressaltar que as ditaduras neoliberais nesses países contribuíram para tal desaparecimento.

¹²³ É necessário destacar que a empresa norte-americana Boeing está em tratativas para a compra da Embraer. A empresa brasileira utiliza tecnologia avançada e tem grande importância estratégica, inclusive para a segurança nacional. No entanto, o governo de Michel Temer está disposto a entregá-la.

¹²⁴ Na década de 1990, o Brasil apresentou um reduzido crescimento frente às possibilidades abertas pelo novo dinamismo do progresso técnico. A política macroeconômica teve efeito negativo sobre o nível de investimento e, portanto, reduziu o crescimento econômico e a possibilidade de o país acompanhar a introdução de novas tecnologias (MARQUETTI, 2002, p. 123).

ocorre por meio da criação de parques tecnológicos. Para que as empresas possam participar, há uma seleção, e a entrada dá melhores condições para que as escolhidas se tornem grandes empresas globais.

Uma das principais evidências do atraso tecnológico em relação aos padrões capitalistas globais é a comparação entre os líderes da economia internacional. A lista de 500 maiores empresas globais da *Fortune* (2017) identificou que estas têm origem em apenas 34 países, movimentaram US\$ 27,7 trilhões em receitas em 2016, e grande parte delas são empresas tecnológicas como *Apple*, *Facebook* e *Amazon*. Nenhuma companhia africana entrou nessa lista. Os únicos países latino-americanos com representação entre as maiores empresas do mundo são Brasil, México e Venezuela¹²⁵. As únicas instituições brasileiras na lista são: Ultrapar Holdings (Energia), JBS (Produção de Alimentos), Itaú (Banco), Bradesco (Banco), Banco do Brasil, Petrobras (Petróleo) e Vale (Mineração).

Enquanto o Brasil direciona uma parcela modesta de recursos para P&D, a China tem dedicado uma parte cada vez maior do seu PIB a pesquisa e desenvolvimento e, em decorrência desses investimentos, vem apresentando grandes aumentos de produtividade no trabalho. Além disso, a estratégia chinesa envolve a questão da propriedade intelectual, copiando numerosas técnicas avançadas e absorvendo tecnologia (SALAMA, 2012, p. 229). É importante destacar que a China aparece na lista da *Fortune* com 115 empresas (atrás apenas dos Estados Unidos, com 132). Embora a maioria das empresas chinesas esteja ligada a setores de pouco valor agregado, algumas de tecnologia também figuram na lista, como Tencent (Tecnologia/Telecomunicações) e Alibaba (Comércio Eletrônico). Três empresas chinesas ocupam a segunda (*State Grid* - Eletricidade), terceira (CNPC - Petróleo) e a quarta posições (Sinopec - Petróleo) entre as maiores empresas do mundo. Já a Coreia do Sul possui uma representante de alta tecnologia na 15ª posição, a *Samsung Electronics*.

A estratégia chinesa para aumentar a exportação de produtos de alta tecnologia se baseou em um processo duplo, pelo qual grande parte da produção exportada está associada à atuação de multinacionais naquele país e, por outro lado, tanto as multinacionais quanto as empresas nacionais foram pressionadas (por meio de

¹²⁵ O México figura na lista com a América Móvil (Telecomunicações) e Pemex (Petróleo), enquanto a Venezuela aparece com o Banco Mercantil.

regulação e pressões políticas) a aumentar o valor agregado das exportações mediante produção com conteúdo local (SALAMA, 2012, p. 239).

Podemos observar que o Brasil, apesar de possuir empresas entre as maiores do mundo, estas se concentram em produtos primários ou no setor bancário. Além disso, é notório que a estratégia de desenvolvimento adotada por países da Ásia permitiu um *catching up* e possibilitou que a economia desses países continuasse a avançar e se assemelhasse às economias centrais. Nesse sentido, os países latino-americanos não conseguiram seguir a mesma trajetória.

3.4 Panorama da crise na indústria

Depois de discutirmos diferentes aspectos do caso brasileiro de desindustrialização, apresentaremos dados sobre a atual conjuntura de nossa indústria após mais de 30 anos de crise. Tais dados demonstram que o processo de desindustrialização foi iniciado ainda na década de 1980, prosseguindo nos anos 1990 em meio à ausência de políticas de promoção e proteção ao setor e à instauração de um regime macroeconômico prejudicial à produção e favorável aos interesses externos. A partir de 2003, a indústria demonstra sinais ambíguos: ao mesmo tempo em que a diminuição da relevância e da participação proporcional do setor em diferentes variáveis comprova a continuidade da crise, os números absolutos revelam uma trajetória ascendente ao menos até 2013. Por fim, é possível observar, ainda que prematuramente, como a crise econômica e política iniciada no final do primeiro governo de Dilma Rousseff afetou negativamente o setor industrial a partir de 2014.

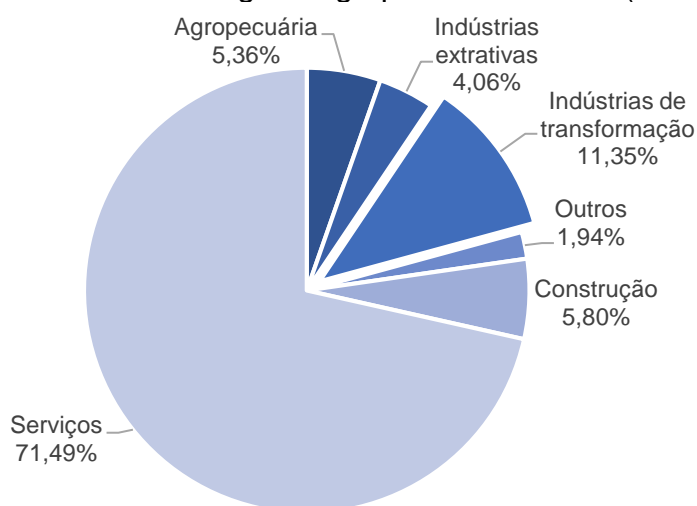
Como se pode verificar na figura 2.1, apresentada no segundo capítulo, notam-se dois períodos distintos na trajetória da indústria brasileira. Dos anos 1950 até 1985, ocorreu um processo de crescimento e consolidação do setor industrial. No segundo período, posterior a 1985, a indústria de transformação iniciou uma trajetória de queda na produção agregada do país. A participação da indústria brasileira no PIB¹²⁶

¹²⁶ Um dos principais indicadores apresentados no debate sobre a desindustrialização é a participação do setor industrial no PIB. No entanto, as séries históricas sofreram mudanças metodológicas importantes desde a década de 1980. Em 1986, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) deixou de ser encarregada das Contas Nacionais, tarefa que passou a ser atribuída ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1997, o IBGE alterou novamente a metodologia, ampliando a base de dados, modificando a estrutura do sistema e adequando-se aos padrões internacionais. Seguindo novas recomendações internacionais, as Contas Nacionais foram revistas em 2007. Portanto, considerando essas descontinuidades, a análise desses dados somente seria realmente possível a partir de 1995. Além disso, esses números poderiam induzir pesquisadores a identificar uma intensa desindustrialização, quando na verdade poderiam estar distorcidos pela terceirização de serviços que

regrediu de 21,8% em 1985 para 11,7% em 2016. Isto significa que, em pouco mais de 30 anos, a indústria perdeu 46,3% da relevância que outrora tivera na economia brasileira. De acordo com os dados, observamos que o dado mais recente da indústria de transformação registrou um nível de participação no PIB inferior aos patamares verificados na década de 1940.

No gráfico a seguir, verificamos a reduzida participação da indústria de transformação no PIB ao se comparar com a representatividade de outras atividades, como o setor de serviços, que registrou 71,49% de participação no PIB, enquanto a indústria teve uma participação de 20,49% se somados seus diferentes setores (indústria extrativa, de transformação e construção). A indústria de transformação representou apenas 11,35% do valor adicionado em 2015, conforme demonstra a ilustração a seguir:

Gráfico 3.3 PIB - Valor adicionado segundo grupo de atividades (Brasil, 2015)



Fonte: IBGE, 2015. Sistema de Contas Nacionais. Elaboração do autor.

Apesar da redução da participação da indústria de transformação em relação à totalidade da economia, a produção industrial apresentou crescimento em números absolutos até 2013. A tabela 3.7 emprega o ano de 2012 como base para demonstrar tal movimento de ascensão da produção nacional, demonstrando analogamente o

antes eram realizados dentro das indústrias e pelas mudanças organizacionais implantadas durante os anos 1990 (TORRES & CAVALIERI, 2015, p. 865-867).

declínio da produção industrial a partir da crise política e econômica iniciada ao final do primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Tabela 3.7 Produção industrial no Brasil - indústrias de transformação e extrativa – (quantum, índice dessazonalizado, jan/2002-dez/2016, ano base: 2002 = 100)

Ano	Indústria de transformação	Indústria extrativa
2002	100	100
2003	100	104
2004	109	109
2005	111	119
2006	115	130
2007	121	137
2008	125	142
2009	116	130
2010	128	146
2011	129	149
2012	125	149
2013	129	143
2014	124	154
2015	111	160
2016	104	145

Fonte: IPEADATA. Elaboração do autor.

Na tabela 3.8, abaixo, podem ser observadas as variações no valor adicionado do setor industrial entre 2011 e 2015. É possível identificar que a desestabilização política e econômica durante o governo Dilma agravou significativamente a situação da indústria de transformação e a construção a partir de 2014.

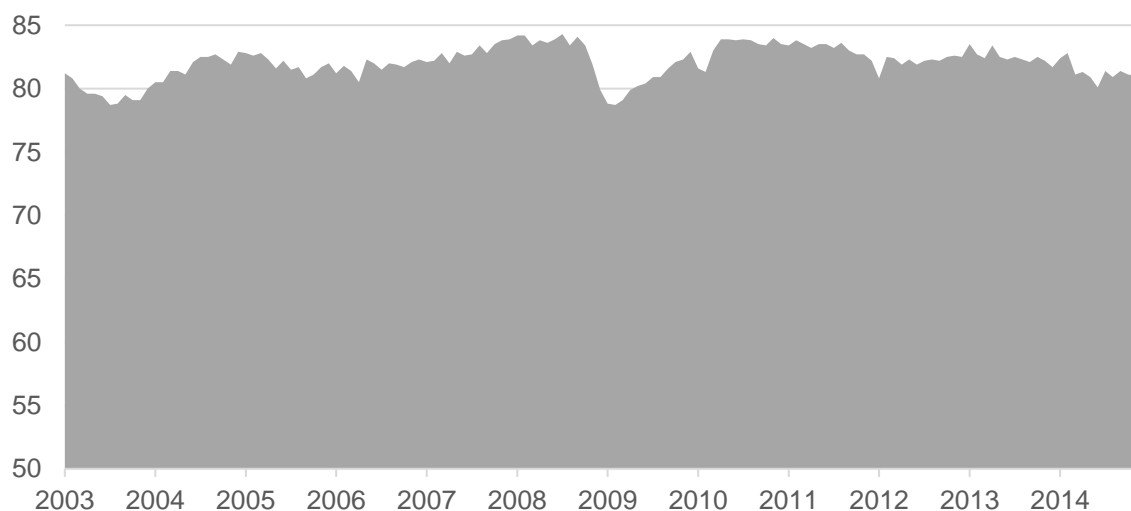
Tabela 3.8 Variação (var.) e contribuição em pontos percentuais (contr. em p. p.) do valor adicionado bruto – indústria de transformação, Brasil (2011-2015)

Atividade	Valor adicionado bruto									
	2011		2012		2013		2014		2015	
	Var. (%)	Contr. em p.p.	Var. (%)	Contr. em p.p.	Var. (%)	Contr. em p.p.	Var. (%)	Contr. em p.p.	Var. (%)	Contr. em p.p.
Indústria	4,1	1,1	-0,7	-0,2	2,2	0,6	-1,5	-0,4	-5,8	-1,4
Indústrias extrativas	3,5	0,1	-1,9	-0,1	-3,2	-0,1	9,1	0,4	5,7	0,2
Indústrias de transformação	2,2	0,3	-2,4	-0,3	3,0	0,4	-4,7	-0,6	-8,5	-1,0
Construção	8,2	0,5	3,2	0,2	4,5	0,3	-2,1	-0,1	-9,0	-0,6
Outros	5,6	0,2	0,7	0,0	1,6	0,0	-1,9	0,0	-0,4	0,0

Nota: A linha 'Outros' refere-se à eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos.
Fonte: IBGE, 2015.

O gráfico 3.4, a seguir, ilustra sumariamente o percentual médio da capacidade instalada na indústria de transformação brasileira, ou seja, o indicador busca mensurar quanto da estrutura industrial (incluindo máquinas, equipamentos e construções) tem sido utilizada na produção. Ao mesmo tempo, é possível observar a capacidade ociosa da indústria, o que corresponde a parte da estrutura produtiva não utilizada. Observa-se que o setor não tem usado plenamente sua capacidade instalada, pois a sua capacidade ociosa tem variado entre 17% e 25%. Em outras palavras, quase ¼ da capacidade de produção da indústria brasileira está inutilizada. Nestas condições, a probabilidade de que o empresário realize investimentos em aumento da capacidade produtiva é reduzida.

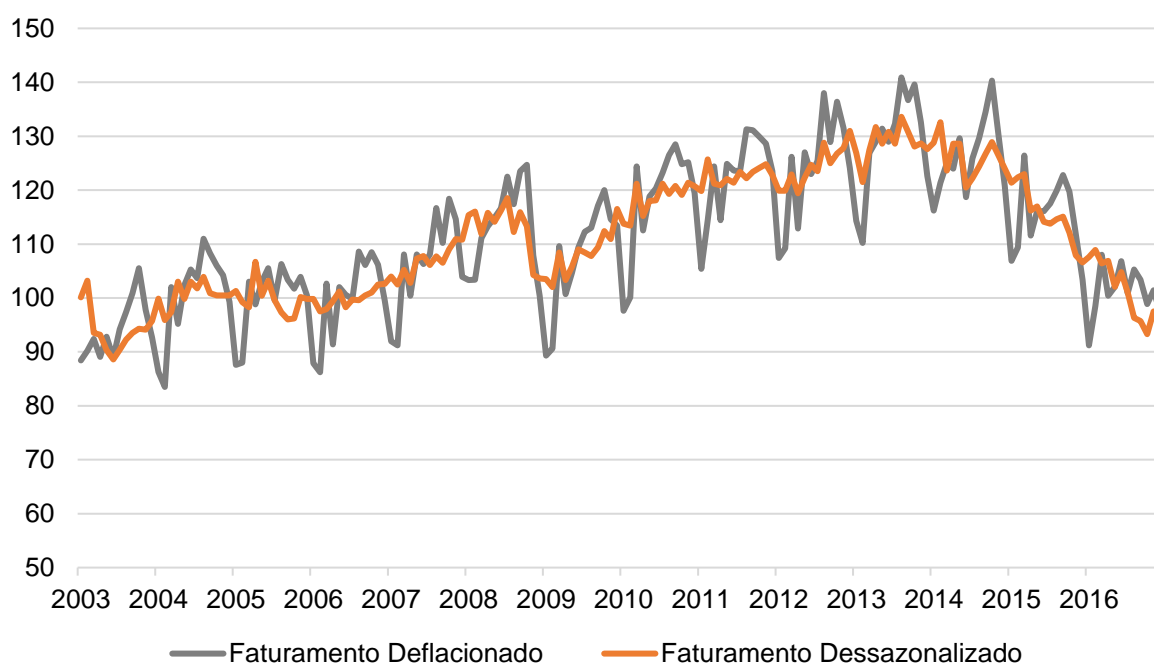
Gráfico 3.4 Utilização da capacidade instalada na indústria de transformação do Brasil (% dessazonalizada, jan/2003-fev/2014)



Fonte: CNI. Elaboração do autor.

O gráfico 3.5 abaixo reúne dados sobre o faturamento líquido real da indústria manufatureira do Brasil entre 2003 e 2016. Com exceção de 2009, quando o país foi atingido pela crise internacional, nota-se que, de maneira geral, o faturamento da indústria de transformação teve uma trajetória crescente até 2014, quando iniciou um movimento declinante.

Gráfico 3.5 Faturamento na indústria de transformação do Brasil (jan/2003-fev/2016, Base fixa = 100)



Fonte: CNI. Elaboração do autor.

A perda de relevância da indústria também se refletiu no nível de empregos formais, com a diminuição do número de pessoas empregadas, de 27,1%, em 1986, para 15,5%, em 2016, a menor participação da série histórica. Tais dados foram apresentados no gráfico 3.1, na primeira seção desse capítulo, e representam apenas os trabalhadores formais, com vínculo empregatício ativo no final do ano de referência.

As tabelas 3.9 e 3.10, a seguir, reúnem indicadores sobre a formação bruta de capital fixo (FBCF) da indústria de 2001 a 2015. Tal indicador mensura as variações de bens de capital, ou seja, o quanto as empresas aumentaram ou diminuíram aqueles bens que podem produzir outros bens (como máquinas, equipamentos, construções etc.). Sua análise é significativa por indicar se a capacidade de produzir do país está

crescendo e se investimentos para aumento da capacidade de produção futura estão sendo realizados.

Tabela 3.9 Formação Bruta de Capital Fixo e taxa de investimento (FBCF/PIB) – (2001-2015)

Ano	Formação Bruta de Capital Fixo (R\$ 1.000.000)		Taxa de investimento (%)
	Valores constantes	Variação em volume (%)	
2001	222 351	1,3	18,4
2002	238 838	-1,4	17,9
2003	256 250	-4,0	16,6
2004	309 472	8,5	17,3
2005	345 721	2,0	17,1
2006	394 878	6,7	17,2
2007	464 237	12,0	18,0
2008	549 681	12,3	19,4
2009	589 982	-2,1	19,1
2010	750 347	17,9	20,5
2011	852 478	6,8	20,6
2012	908 951	0,8	20,7
2013	1 055 584	5,8	20,9
2014	1 067 848	-4,2	19,9
2015	988 284	-13,9	17,8

Fonte: IBGE, 2015.

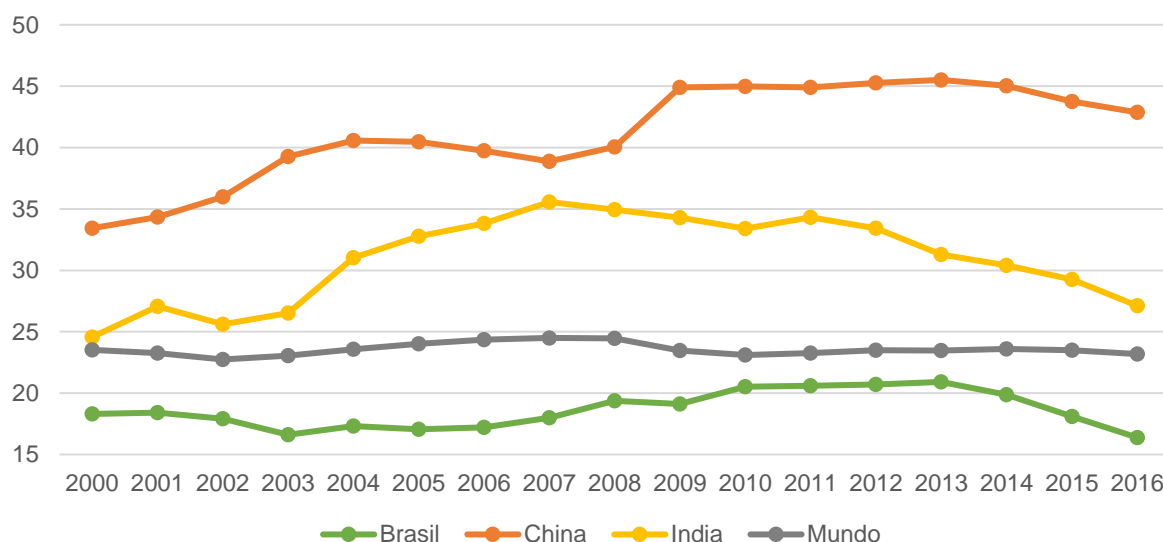
Tabela 3.10 Componentes da formação bruta de capital fixo a preços constantes – (2010-2015)

Componentes da FBCF	Valor a preços constantes de 2010 (1 000 000 R\$)					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Formação bruta de capital fixo	797 946	818 672	1 021 557	1 113 057	1 057 078	591 325
Construção	397 310	412 473	532 123	567 654	549 825	313 197
Residencial	159 167	165 387	224 493	247 624	241 790	146 689
Outros edifícios e estruturas	238 143	247 086	301 316	320 030	308 034	166 508
Máquinas e equipamentos	310 656	311 224	366 631	420 936	386 804	202 172
Equipamentos de transporte	117 234	115 820	127 143	145 034	123 363	57 740
Equipamentos de TIC	41 816	41 915	53 228	61 096	61 114	34 208
Outras máquinas e equipamentos	151 606	153 489	186 260	214 805	202 327	110 224
Produtos de propriedade intelectual	74 905	82 129	101 578	109 013	105 249	65 778
Pesquisa e desenvolvimento	33 082	33 756	42 216	45 717	42 172	26 325
Software, banco de dados, exploração e avaliação mineral	41 823	48 373	59 362	63 297	63 078	39 453
Outros ativos fixos	15 075	12 847	15 418	15 455	15 200	10 179
Variação de estoque	49 220	48 356	34 133	41 614	35 925	- 14 063
Total	847 166	867 029	1 043 569	1 154 672	1 093 003	577 262

Fonte: IBGE, 2015.

Nos dados apresentados nas tabelas 3.9 e 3.10 pode-se inferir a FBCF em preços correntes e sua variação em volume, seus componentes e a taxa de investimento. Observe-se que a taxa de investimento se manteve abaixo de 20% até 2009, superando momentaneamente este limite para, em 2014 e 2015, retornar ao patamar anterior. Ressalte-se que a taxa de investimento mundial foi, em média, de 23% em 2016. Para efeitos de comparação, no mesmo ano, a taxa de investimento na China foi de 42,8%, 27,1% na Índia e apenas 16% no Brasil, conforme pode ser observado no gráfico 3.6, a seguir:

Gráfico 3.6 Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) – (2000-2016) – em países selecionados



Fonte: Banco Mundial.

Com base nas discussões e dados apresentados, podemos concluir que a crise na indústria está relacionada a diferentes fatores relativos às políticas internas, às mudanças tecnológicas ocorridas ao longo de décadas e à posição do país na economia mundial. No tempo transcorrido, reside a grande dificuldade em superar a desindustrialização: como pode a indústria não se tornar obsoleta após décadas de impasses? Neste sentido, é necessário destacar que a estrutura industrial é demasiadamente sensível às transformações na política econômica e na economia mundial. Desse modo, enquanto o desaparecimento de empresas industriais pode facilmente ocorrer como consequência de tais mudanças, a criação, desenvolvimento e consolidação de uma nova empresa é custosa e demorada, o que significa que,

caso ocorra um movimento de recuperação do setor industrial, este demandará uma grande quantidade de recursos por um extenso período, tal como ocorreu com a industrialização brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma melhor compreensão do caso brasileiro de desindustrialização, foi necessário tecer algumas considerações sobre o processo de industrialização do Brasil, de modo a ilustrar os fatores necessários para a criação de uma estrutura industrial relevante em um país periférico. Ressaltamos que a industrialização brasileira teve participação ativa do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico e industrial por meio do estabelecimento de áreas estratégicas prioritárias, da criação da infraestrutura e da concessão de crédito. Destacamos que a indústria nacional foi criada em um ambiente de elevada proteção, mediante a aplicação de tarifas e barreiras não-tarifárias, instrumentos cambiais e restrições quantitativas que possibilitaram o processo de substituição de importações.

Vimos que, em países desenvolvidos, a desindustrialização é tida como um processo normal, sem grandes prejuízos ao desenvolvimento econômico. Tal processo esteve relacionado com o aumento da produtividade na indústria de tais países, a elevação da renda da população e o crescimento do setor de serviços, além da formação de cadeias globais de valor, a partir da transferência de atividades de empresas locais para o exterior. Embora a desindustrialização normal seja tida, em geral, como menos nociva ao desenvolvimento, mesmo assim identificam-se efeitos negativos como o aumento do desemprego, a redução da capacidade de inovação e o crescimento da desigualdade. Em alguns casos, a desindustrialização nos países desenvolvidos estava relacionada com a exploração de recursos naturais abundantes e a conseqüente valorização da taxa de câmbio, o que ficou conhecido como doença holandesa.

Em contrapartida, ressalta-se um gênero de desindustrialização que difere do anterior, por ser um processo desencadeado em países subdesenvolvidos, ou seja, ainda pobres. Diferentemente da desindustrialização normal, a desindustrialização precoce resulta na piora dos indicadores econômicos, especialmente aqueles relativos a emprego, renda e produção. Tal processo se desencadeou nos países latino-americanos, em decorrência dos efeitos da globalização e da financeirização da economia internacional, de restrições tecnológicas, da abertura comercial e financeira, além da reorganização da produção mundial em cadeias globais de valor. Há, assim

como na desindustrialização normal, a possibilidade de o processo precoce ser desencadeado ou agravado pelo efeito da doença holandesa.

Ressalte-se que as indústrias de países desenvolvidos permaneceram sendo protagonistas do processo de produção reorganizado sob a forma de cadeias globais, no qual os países asiáticos, especialmente a China, tiveram uma maior inserção. De fato, a China passou a concentrar grande parte da indústria mundial e se tornou uma das maiores economias do mundo. Por outro lado, o Brasil passou a participar da produção globalizada como fornecedor de produtos primários, ficando à parte da agregação de valor e da estrutura globalizada de geração de riquezas.

Estes foram alguns condicionantes externos significativos para a queda da participação da indústria de transformação no Brasil. Não obstante, é necessário destacar os fatores internos que contribuíram para o quadro apresentado. A estratégia de desenvolvimento adotada pelo Brasil desde a década de 1930, e que permitiu a industrialização, foi interrompida pelo contexto de crise nos anos 1980. Na década seguinte, as políticas econômicas se distanciaram ainda mais do ideário desenvolvimentista, abrindo espaço para a ideologia neoliberal e deteriorando a capacidade do Estado de estimular a indústria nacional. Nessa perspectiva, vimos que o Plano Real teve significativa contribuição. Criaram-se as condições para que a desindustrialização prosseguisse.

Observamos que a década seguinte se diferenciou dos anos 1990. Em 2003, com a chegada ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva, estruturou-se um governo social-desenvolvimentista, que deu origem a um paradoxo de retomada do crescimento econômico com agravamento do processo de desindustrialização, o que é prejudicial para a expectativa de crescimento no longo prazo e, conseqüentemente, para a construção de um projeto de desenvolvimento para o país. Tal paradoxo teve início na aplicação de políticas de promoção da indústria conciliadas com a manutenção de um regime macroeconômico prejudicial ao setor industrial. Essa conjuntura prosseguiu durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando setores conservadores passaram a tentar desestabilizar o governo. Dessa forma, notou-se que a desindustrialização brasileira prosseguiu em um ambiente de crescimento econômico entre 2003 e 2014, especialmente em decorrência do aumento do consumo interno e das exportações de *commodities*, e ocorreu mais significativamente em números relativos do que em números absolutos.

A desestabilização após as eleições de 2014 provocou a retomada das políticas neoliberais e ataques às políticas sociais. Foi dado um golpe contra a sociedade brasileira, o social-desenvolvimentismo e as tentativas de recuperação da indústria nacional¹²⁷. Apesar de setores representativos da indústria terem participado das articulações para deposição da presidente (nas quais a FIESP teve papel ativo), destacamos brevemente que o golpe de 2016 vem prejudicando diretamente a indústria e parte dos fatores que ainda mantinham sua viabilidade, como o consumo interno e a disponibilidade de crédito.

Em síntese, a transformação do papel do Estado no desenvolvimento econômico, a abertura comercial e financeira, e o regime macroeconômico nocivo aos investimentos produtivos contribuíram para originar e agravar a desindustrialização no Brasil. Ressalte-se que os resultados sobre a economia são abrangentes, resultando na reprimarização da pauta exportadora, na dificuldade de ampliar as taxas de crescimento, na disponibilidade e qualidade de empregos, na queda da competitividade, entre outros efeitos. Outra questão destacada foi a dificuldade do Brasil em acompanhar o padrão tecnológico vigente, o que resultou em um aumento da lacuna de desenvolvimento tecnológico entre o país e as nações desenvolvidas.

Dessa forma, resta-nos discutir o que poderia ser feito para solucionar o problema que nosso objeto de estudo nos coloca: o comprometimento com o desenvolvimento nacional.

De forma geral, seria necessário o abandono dos pressupostos neoliberais, com destaque para mudanças no regime macroeconômico, recuperando a competitividade do setor no curto prazo. Nesse sentido, seria preciso modificar a atual política cambial, o grau de abertura comercial, a dinâmica de altas taxas de juros e estabelecer controles sobre os fluxos de capital. No entanto, a desvalorização cambial e outras medidas mencionadas não seriam suficientes para a retomada da industrialização, sendo necessária uma combinação com políticas que incentivassem o investimento produtivo e o desenvolvimento de tecnologia. Tal esforço poderia se concentrar em setores com maior impacto na cadeia produtiva¹²⁸, como petróleo e

¹²⁷ É importante destacar a questão política e ideológica deste debate, uma vez que a burguesia brasileira demonstra sinais de ter abdicado de qualquer projeto de desenvolvimento que se compreenda como nacional.

¹²⁸ Veja-se Hirschman (1985).

gás, dadas as oportunidades abertas com a descoberta de grandes reservas na camada de pré-sal.

Por fim, acreditamos que o pensamento crítico em torno da desindustrialização do Brasil não compõe uma única tese. O debate deve prosseguir com a discussão de projetos políticos e econômicos para o país. Torna-se necessário compreender a história para enfrentar o desafio de transformá-la.

APÊNDICE

Quadro A. Panorama teórico: conceitos, definições, causas e efeitos da desindustrialização

Conceito	Definição	Possíveis Causas	Efeitos
Desindustrialização normal (ou positiva)	Redução da relevância do setor industrial com base em indicadores relativos ao emprego e produção, sem prejuízos para o aumento da renda <i>per capita</i> .	Aumento da produtividade na indústria	Aumento dos índices de desemprego; Redução da capacidade de inovação; Crescimento da desigualdade.
		Aumento da renda da população	
		Crescimento do setor de serviços	
		Formação de cadeias globais de valor / Transferência da produção para o exterior	
Desindustrialização precoce (ou negativa)	Redução da relevância do setor industrial com base em indicadores relativos ao emprego e produção, antes que ocorra a dinamização da economia e ainda com renda <i>per capita</i> reduzida.	Doença holandesa	Reprimarização da pauta exportadora; Redução das taxas de crescimento no longo prazo; Impactos na qualidade e disponibilidade de empregos; Perda de competitividade; Desequilíbrios na balança comercial.
		Globalização / Financeirização	
		Regime macroeconômico	
		Formação de cadeias globais de valor / Deslocamento da produção para o exterior	
		Abertura econômica	
		Restrições tecnológicas	
Doença holandesa			

Fonte: Elaboração do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWITZ, M. Catching Up, Forging Ahead and Falling Behind. *Journal of Economic History*, v.46, n. 2, 1986.

ABRÃO, R. A. F. As políticas macroeconômicas pós-Plano Real e as suas contribuições para a desindustrialização brasileira. *A Economia em Revista - AERE*, v. 24, n. 2, p. 39-49, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/33060>>, acesso em 2 set. 2017.

ABREU, Marcelo de Paiva; WERNECK, Rogério. Estabilização, Abertura e Privatização. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

AMSDEN, A. H. *The Rise of the Rest*. New York: Oxford University Press, 2001.

AREND, M.; FONSECA, P. C. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. In.: *Revista de Economia Política*, vol. 32, n. 1 (126), pp. 33-54, jan/mar 2012. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/bwn54k>>, acesso em 17 ago. 2017.

AREND, M. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. *Texto para Discussão (TD) - IPEA*, n. 2105, Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4620>>, acesso em 17 abr. 2018.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

BALDWIN, R. Globalisation: the great unbundling (s). *Economic Council of Finland*, v. 20, n. 3, p. 5-47, 2006. Disponível em: <[http://appli8.hec.fr/map/files/globalisationthegreatunbundling\(s\).pdf](http://appli8.hec.fr/map/files/globalisationthegreatunbundling(s).pdf)>, acesso, em 2 set. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018. Histórico de Metas para a Inflação no Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>>, acesso em 20 fev. 2018.

BANCO MUNDIAL. Gross fixed capital formation (% of GDP). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.FTOT.ZS?locations=BR-CN-IN-1W>>, acesso em 12 mai. 2018.

BARAN, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BARBOSA, Fernando de Holanda; DE LA CAL, Manuel Sánchez. Crescimento econômico e renegociação da dívida externa. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 1, p. 19-42, 1992.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p. 779-810, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642257>>, acesso em 16 abr. 2018.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington*. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, 1994. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33191588/nog94-cons-washn.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1520366499&Signature=qbWa5YQQVjxR2ZJHzcCCZtTbGo4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_CONSENSO_DE_WASHINGTON_A_visa_o_neolibe.pdf>, acesso em 6 mar. 2018.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 127-197, Dec. 1996. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/ykpxqn>>, acesso em 30 jul. 2017.

BELLUZZO, L. G. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. *Economia e Sociedade*, v.4, n. 1, p. 11-20, fev. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>>, acesso em 5 mar. 2018.

BELLUZZO, L. G. M.; GALÍPOLO, G. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. E-book. São Paulo: Contracorrente, 2017.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 263-288, 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record/CEPAL, v. 1 e v. 2, 2000.

BIELSCHOWSKY, R. *Investimento e reformas no Brasil: indústria e infra-estrutura nos anos 1990*. Brasília: IPEA/Cepal, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Maria da Conceição Tavares. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 193-200, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 ago. 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de Desenvolvimento e as Três Fontes de Expansão do Brasil. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. Geração Editorial, 2014.

BLINDER, Alan S. Offshoring: the next industrial revolution? *Foreign Affairs*, mar./abr., 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2006-03-01/offshoring-next-industrial-revolution>>, acesso em 2 set. 2017.

BOÉTIE, Étienne de la. *Discurso da servidão voluntária*. Lisboa: Editora Antígona, 1986.

BONELLI, Regis. Produtividade, Crescimento Industrial e Exportações de Manufaturados no Brasil: Desempenho e Competitividade. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0327.pdf>, acesso em 16 jul. 2017.

BONELLI, R.; PESSOA, S. A. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. São Paulo: FGV, *Texto para Discussão*, nº 7, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11689/Desindustrializa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>>, acesso em 20 mar. 2018.

BRAGA, José Carlos de Souza. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais. *Economia e Sociedade*, v. 2, n. 1, p. 25-57, fev. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643298>>, acesso em 6 mai. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado: Esboço de uma Economia Política Periférica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Doença holandesa e estagnação. *Folha de São Paulo*, 4 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0412200604.htm>>, acesso em 22 ago. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 47-71, 2008. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/5bwf7p>>, acesso em 22 ago. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. Doença holandesa e desindustrialização. *Valor Econômico*, 25 de novembro de 2009. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf>, acesso em 19 ago. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.) *Doença Holandesa e Indústria*. Editora FGV, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. *Inflação e recessão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMPOS, Roberto. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1963.

CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Ed. IE/Unicamp, 2007.

CANO, W.; SILVA, A. L. G.; Política industrial no governo Lula. *Texto para Discussão*. Campinas: IE/UNICAMP, n.181, 2010.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 831-851, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400006&lng=en&nrm=iso>, acesso em 26 ago. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 8ª Edição Revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br/>>, acesso em 22 set. 2017.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp – IE Unicamp, 2002.

CARNEIRO, R. Novos e velhos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p. 749-778, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642255>>, acesso em 16 abr. 2018.

CASSIOLATO, J. E. Que futuro para a indústria brasileira? In: *O Futuro da Indústria: Oportunidades e Desafios - A Reflexão da Universidade*. Brasília: MDIC/STI/IEL Nacional, cap. 1, 2001.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco E. Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 1990 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CNI. Indicadores CNI – Sistema Indústria. Disponível em: <<http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/listaResultados.faces>>, acesso em 1 mai. 2018.

CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. Booming sector and de-industrialization in a small open economy, *Economic Journal*, v. 92, n. 368, p. 825-848, 1982.

CORDEN, W. M. Booming sector and Dutch disease economics: survey and consolidation. *Oxford Economic Papers*, v. 36, nº 3, p. 359-380, 1984.

CORSI, Francisco Luiz. A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade externa. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. *Desafios do Trabalho: Capital e Luta de Classes no Século XXI*. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003.

COSTA, F. N. Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. *Texto para Discussão IE - Unicamp*, n. 205, maio 2012. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3185&tp=a>>, acesso em 16 abr. 2018.

COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes Tendências de Mudança. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.1, p. 69-87, ago. 1992.

COUTINHO, L. Desindustrialização escancarada. *Folha de São Paulo*, v. 20, n. 10, 1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/07/dinheiro/12.html>>, acesso em 16 ago. 2017.

COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. Desenvolvimento e Estabilização sob Finanças Globalizadas. *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 7, p. 129-154, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643183>>, acesso em 10 set. 2017.

CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1980-1945)*. 2ª Edição. São Paulo: Difel, 1971.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUNNING, J. *Explaining International Production*. Ed. Harper Collins, 1991.

EVANS, Peter. *Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, p. 107-157, 1993. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/4k8mkp>>. Acesso em 19/01/2017.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1975.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FEIJÓ, F. T.; STEFFENS, C. Comércio internacional, alocação do trabalho e a questão da desindustrialização no Brasil: uma abordagem utilizando equilíbrio geral computável. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 135-161, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482015000100135&lng=en&nrm=iso>, acesso em 6 set. 2017.

FERNANDES, L. M. Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real. In: FIORI, J. L. (Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

FGV; IPEADATA, 2017. Inflação – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>, acesso em 27/jul/2017.

FIESP/DEPECON. Panorama da Indústria de Transformação Brasileira (Relatório). 15ª edição, 2018. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-da-industria-de-transformacao-brasileira/>>, acesso em 1 mai. 2018.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações: 40 anos depois. In: BACHA, E.; DE BOLLE, M. B.; *O futuro da indústria no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FRIEDEN, J. *Capitalismo global: história econômica e política do século XX*. Edição Digital. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

FORTUNE, 2017. *Fortune 500*. Disponível em: <<http://fortune.com/global500/>>, acesso em 18 ago. 2017.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GAULARD, Mylène. The Brazilian deindustrialization: financialization is not guilty. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 227-246, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000200227&lng=en&nrm=iso>, acesso em 05 set. 2017.

GILPIN, Robert. *The challenge of global capitalism: the world economy in the 21st century*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

GROSSMAN, G. M.; ROSSI-HANSBERG, E. The rise of offshoring: it's not wine for cloth anymore. In: _____. *The new economic geography: effects and policy implications*. Kansas: Federal Reserve Bank of Kansas City, p. 59-102, 2006. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/~erossi/RO.pdf>>, acesso em 2 set. 2017.

GUDIN, E. *Princípios de Economia Monetária*. Rio de Janeiro: Agir, 1968

GUDIN, E.; SIMONSEN, R. *As controvérsias do planejamento na economia brasileira*. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5620>, acesso em 14 set. 2017.

GUERRA, Oswaldo. Política industrial e competitividade: de Collor a FHC. *Organizações & Sociedade*, v. 4, n. 8, p. 39-56, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v4n8/02.pdf>>, acesso em 16 ago. 2017.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 189-207, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000100189&lng=en&nrm=iso>, acesso em 29 set. 2017.

HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Heaven, EUA: Yale University, 1958.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Leticia. A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira De Política Internacional*, v. 38, n. 1, p. 5-23, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE, 2010. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>, acesso em 28 fev. 2018.

IBGE, 2015. Sistema de Contas Nacionais: Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>>, acesso em 17 abr. 2018.

IBGE. Banco de Tabelas e Estatísticas. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>, acesso em 24 mai. 2018.

IBGE, 2018. Séries Históricas – PIB Brasileiro. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7531a821326941965f1483c85caca11f.xls>, acesso em 20 fev. 2018.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>, acesso em 23 abr. 2018.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

KALDOR, N. *Causes of growth and stagnation in the world economy*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1996.

KINDLEBERGER, Charlie; ALIBER, Robert. *Manias, pânico e crises: a história das catástrofes econômicas mundiais*. 6ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

KUPFER, D. Dez anos de política industrial. *Valor Econômico*, 8 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/dezanos.pdf>>, acesso em 19 abr. 2018.

KUPFER, D. O que fazer em relação à política industrial? *11º Fórum de Economia da FGV*, Série de Conferências, 16 set. 2014. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/eventos/forum-de-economia/11%C2%BA-forum-de-economia>>, acesso em 19 abr. 2018.

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; MARQUES, R. M.; *Economia Brasileira*. 5ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil – Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LAGO, Luiz Aranha Correa do. As retomadas do crescimento e as distorções do 'milagre', 1967-1974. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LAPLANE, M. *O complexo eletrônico na dinâmica industrial dos anos oitenta*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia - IE, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

LAPLANE, M. Globalização, crise e os novos requisitos do desenvolvimento In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; LAPLANE, G.; SARTI, F. (Orgs.) *O futuro do desenvolvimento: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho*. Campinas: UNICAMP, IE, 2016. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/O_Futuro_do_Developolvimento_e_nsaiois_em_homenagem_a_Luciano_Coutinho.pdf>, acesso em 10 set. 2017.

LESSA, Carlos. *Quinze Anos de Política Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1981.

LOURES, R. C. R.; OREIRO, J. L.; PASSOS, C. A. K. Desindustrialização: a crônica da servidão consentida. *Economia & Tecnologia*, ano 02, vol. 04, 2006. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/ret/article/viewFile/28936/18905>>, acesso em 18 ago. 2017.

MALAN, Pedro. O Problema da Dívida Externa. In: TAVARES, Maria da Conceição; DAVID, Maurício Dias. *A economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.

MARCONI, N.; ROCHA, M. Desindustrialização precoce e sobrevalorização da taxa de câmbio. *Texto para Discussão (TD) – IPEA*, n. 1681, Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1101>>, acesso em 17 abr. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 2ª Edição. Cidade do México: Ediciones Era, 1974. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/003_libros_marini.html>, acesso em 25 set. 2017.

MARQUETTI, A. Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 32, n. 1, p. 103-124, 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117750>>, acesso em 2 set. 2017.

MDIC, 2017. Balança comercial: Janeiro-dezembro 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=3056>>, acesso em 24 abr. 2018.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MENDONÇA, M. G.; ABRÃO, R. A. F.; Subdesenvolvimento, desindustrialização e exploração de recursos naturais: o petróleo da camada de pré-sal como chave ou entrave para o desenvolvimento nacional. *Revista Aurora*, v. 8, n. 2, 2015.

Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/4849>> acesso em 19 ago. 2017.

MENDONÇA, M. G.; ABRÃO, R. A. F.; A dependência de exportação de minérios da África do Sul em seu comércio com a China: caminho para a desindustrialização? *Relaciones Internacionales (La Plata)*, n. 53, p. 165-190, 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Exposição de Motivos Interministeriais*. 205. Brasília, 1994.

MODIANO, Eduardo. A ópera dos três cruzados 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/9qfsb4>>, acesso em 19 ago. 2017.

NETTO, Dionísio Dias Carneiro. Crise e Esperança, 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. *Collor: a falsificação da Ira*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>, acesso em 18 ago. 2017.

OREIRO, J. L.; SOARES, C.; MUTTER, A. Desindustrialização no Brasil e suas causas. *Valor Econômico*. 1 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/890879/desindustrializacao-no-brasil-e-suas-causas>>, acesso em 19 ago. 2017.

PALMA, J. G. Cuatro fuentes de “desindustrialización” y un nuevo concepto del “síndrome holandés”. In: OCAMPO, J. A. *Más allá de las reformas: dinámica estructural y vulnerabilidad macroeconómica*. Bogotá: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) - Naciones Unidas, 2005.

PASTORE, Affonso Celso. A reforma monetária do Plano Collor. *Revista Brasileira de Economia*, v. 45, p. 157-174, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/477/7589>>, acesso em 25/jul/2017.

POSTHUMA, A. C. Autopeças na encruzilhada. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. *De JK a FHC: A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

PREBISCH, Raúl. *Estudio Económico de América Latina*. Nova Iorque: Nações Unidas, 1949. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1003/1949_es.pdf>, acesso em 17/jul/2017.

QUADROS DA SILVA, S. L. Sistema financeiro: participação na renda, funções e distinções. In CAMARGO, J. M.; GIAMBAGI, F. (Org.). *Distribuição da renda no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RANGEL, Ignácio. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Editora Bial, 1999.

REGO, José Márcio. *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz and Terra, 1986.

RICARDO, David. *On the principles of Political Economy and Taxation*. Kitchener: Batoche Books, 2001.

RICUPERO, R. Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil? *Le Monde Diplomatique*, 6 de março de 2014. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/desindustrializacao-precoce-futuro-ou-presente-do-brasil/>>, acesso em 19 ago. 2017.

RODRIK, Dani. Premature deindustrialization. *Journal of Economic Growth*. London: Centre for Economic Policy Research, Volume 21, Issue 1, p. 1-33, 2016. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10887-015-9122-3>>, acesso em 19 ago. 2017.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. *De-industrialization and foreign trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. "Deindustrialization: causes and implications". Washington: *IMF Working Paper*, 1997. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9742.pdf>>, acesso em 18 ago. 2017.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. "Growth, Trade and Deindustrialization". Washington: *IMF Staff Paper*, 1999. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/Pubs/FT/staffp/1999/03-99/rowthorn.htm>>, acesso em 20 ago. 2017.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. Natural resource abundance and economic growth. *National Bureau of Economic Research Paper Series*, n. 5398, p. 1-54, 1995. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5398.pdf>>, acesso em 25 ago. 2017.

SALAMA, P. China-Brasil: industrialización y "desindustrialización temprana". *Cuadernos de Economía*, vol. 31, n. 56, p. 253-272, 2012. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/view/35841/39710>>, acesso em 28 ago. 2017.

SALERNO, M. S.; DAHER, T. *Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Governo Federal (PITCE): Balanços e Perspectivas*. Brasília, 2006.

SAMPAIO, Daniel Pereira. *Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Economia, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286447/1/Sampaio_DanielPereira_D.pdf>, acesso em 2 mar. 2018.

SANTOS, Theotônio dos. *Teoría de la dependencia: balance y perspectivas*. México, UNAM, 2002. Disponível em: <<http://ru.iiec.unam.mx/3099/1/TeoDep.pdf>>, acesso em 21 out. 2017.

SCHNEIDER, Ben Ross. Brazil under Collor: anatomy of a crisis. *World Policy Journal*, v. 8, n. 2, p. 321-347, 1991.

SCHUTTE, G. R. A política neodesenvolvimentista e seu desmonte no caso de Petróleo & Gás (2003-2017) *Texto para discussão - NEEDDS*, n. 1, p. 1-67, 2018. Disponível em: <<http://needds.ufabc.edu.br/index.php/119-textos-para-discussao-n-01-2018-a-politica-neodesenvolvimentista-e-seu-desmonte-no-caso-de-petroleo-gas-2003-2017>>, acesso em 15 mai. 2018.

SCHWARTSMAN, A. Uma tese com substâncias. *Folha de São Paulo*, 19 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1908200909.htm>>, acesso em 18 ago. 2017.

SCHWARTSMAN, A. Doença e evidência holandesas. *Folha de São Paulo*, 26 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2605201023.htm>>, acesso em 18 ago. 2017.

SCHWARTSMAN, H. Badulaques chineses. *Folha de São Paulo*, 13 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/36921-badulaques-chineses.shtml>>, acesso em 18 ago. 2017.

SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira no Pós-Guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. (Orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Sergio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1976.

SINGER, Paul. *A Crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Orgs.). *O desmonte da nação: o balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Nova Fronteira, 2017.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do Golpe*. São Paulo: Leya, 2016.

SQUEFF, G. C. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. Texto para Discussão (TD) – IPEA, n. 1747, Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1125>>, acesso em 17 abr. 2018.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. Nova Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. *História Econômica & História de Empresas*, v. 3, n. 2, p. 7-25, 2000. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/143/99>>, acesso em 21 fev. 2018.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Tese de Livre Docência. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1974.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org.). *Desajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TORRES, R. L.; CAVALIERI, H. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 859-877, Dec. 2015. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/m86czf>>, acesso em 20 ago. 2017.

THIRLWALL, A. P. *A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações*. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/Professores/54/Thirlwall_2005_A_Natureza_do_Crescimento_Economico.pdf>, acesso em 22 ago. 2017.

TOPIK, Steven. The Evolution of the Economic Role of the Brazilian State, 1889–1930. *Journal of Latin American Studies*, v. 11, n. 2, p. 325-342, 1979.

TOPIK, Steven. State interventionism in a liberal regime: Brazil, 1889-1930. *The Hispanic American Historical Review*, v. 60, n. 4, p. 593-616, 1980.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 33, n. 3, p. 433-466, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/cje/ben032>>, acesso em 2 set. 2017.

TROTSKY, Lev. *A revolução permanente*. Lisboa: Antidoto, 1977.

ULHÔA, Raquel. FHC mantém pressão pela Lei das Patentes. *Folha de São Paulo*, 15 de novembro de 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/15/brasil/10.html>>, acesso em 12 mai. 2018.

UNCTAD. *Trade and Development Report: capital accumulation, growth and structural change*. Nova Iorque/Genebra: Nações Unidas, 2003. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/tdr2003_en.pdf>, acesso em 19 ago. 2017.

VERISSIMO, M. P.; ARAUJO, V. M. Desempenho da indústria automobilística brasileira no período 2000-2012: uma análise sobre a hipótese de desindustrialização setorial. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 151-176, 2015. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/jj2wps>>, acesso em 20 ago. 2017.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa. A indústria brasileira antes de 1930: uma contribuição. VERSIANI, F. R.; MENDONÇA DE BARROS, J. R. *Formação econômica do Brasil: período republicano*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1938.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 3ª edição. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

WERNECK, Rogério L. F. Consolidação da Estabilização e Reconstrução Institucional, 1995-2002. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.